TIAGO NOVAES LIMA

***A LUTA DE FREUD:
A CIDADE, O ABSURDO E O MAIS ALÉM NA TRAMA NARRATIVA DE O
HOMEM DOS RATOS***

São Paulo

2006

TIAGO NOVAES LIMA

A luta de Freud

A cidade, o absurdo e o mais além na trama narrativa de O

Homem dos ratos

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Ana Maria Loffredo

São Paulo

2006

A LUTA DE FREUD
A CIDADE, O ABSURDO E O MAIS ALÉM NA
TRAMA NARRATIVA DE “O HOMEM DOS RATOS”

TIAGO NOVAES LIMA

BANCA EXAMINADORA

(NOME E ASSINATURA)

(NOME E ASSINATURA)

(NOME E ASSINATURA)

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA E APROVADA EM: ____ / ____ / ____ .

Este trabalho é dedicado à minha avó Candinha.

AGRADECIMENTOS

Ao Cnpq, pelo financiamento desta pesquisa

A Ana Maria Loffredo, por receber-me, por bancar minha eterna inquietude, por aceitar ir a fundo comigo na singularidade das visões. Por dar forma às minhas asas, por não me deixar queima-las quando eu desejava voar alto demais, por me ajudar a articular as construções quando eu andava afobado demais para tanto.

A Renata, que esteve comigo em todos os vais e vens, em toda torrente de idéias, em todas as frustrações do caminho. Quando sentíamos sede e quando estávamos saciados. Quando a fonte secava, e quando havia abundância. A ela, que questionava constantemente o que era isso mesmo que eu fazia, e que, nesta indagação, perfazia em mim a metamorfose do olhar.

A Paula Fonseca, Cynthia, Malu e Juliano, pelo inestimável auxílio e paciência como leitores pertinazes e constantes da edificação poliédrica desta dissertação.

A Iso, Raquel e Lucianne, pelos enlaces no momento do desenlace.

A Noemi Moritz Kon, pela riqueza e densidade das questões, pela participação fundamental em minha banca de qualificação.

Aos confrades Sérgio, André e Nivaldo, companheiros de papo e de copo, que fizeram companhia – entraram juntos e saíram juntos comigo – nesta montanha russa.

A Ana Maria Leal, por fazer surtir chispas de discernimento, em meio à estranheza e às perturbações.

A Mara Caffé, Isabel Vilutiz, Mário Eduardo Costa Pereira e Miryam Uchitel, por terem grande parte de responsabilidade nesse último terremoto na forma de pensar.

Aos meus pais, que com certeza acham isso tudo uma loucura, e que ao mesmo tempo devem ficar bastante orgulhosos.

Ao Rodrigo e a minha tia, pela colcha de retalhos que montamos com tantas narrativas em noites estreladas. A Judith, pela continuidade desta tradição narrativa.

Ao Ayrton, pela amizade e pela disponibilidade de verter para o inglês estas linhas polifônicas.

A Ana, Carol, Guilherme, Rios, Mari Amaral, Caio, Daniel, Carla e Danile, e tantos outros amigos que estiveram comigo em tantos projetos, tantas perguntas sem respostas, ligados todos num futuro *blues*.

“Temos aqui dois mundos antagônicos, e logo será óbvio para todos qual se acha em declínio, qual em ascensão. Mesmo assim sei que tenho pela frente uma longa luta e, em virtude de minha idade, não acredito muito que chegue a presenciar o fim.”

Sigmund Freud

SUMÁRIO

RESUMO.....	p. 8
ABSTRACT.....	p. 9
INTRODUÇÃO.....	p. 10

PRIMEIRA PARTE

I. A PSICANÁLISE, TÉCNICA PRIVILEGIADA DO BIPODER.....	p. 24
1. PSICANÁLISE E POLÍTICA: A ESCOLHA PELA GENEALOGIA DO PODER.....	p. 24
2. REGIMES: DO SUPLÍCIO AO PANÓPTICO.....	p. 32
3. DA SEXUALIDADE CONFESSANDA À CONTRA-CIÊNCIA.....	p. 40
II. O CURSO CASUAL, MATERIAL E DESCONTÍNUO DO DISCURSO.....	p. 49
1. INTRODUÇÃO AO DISCURSO NA PRAGMÁTICA FRANCESA.....	p. 49
2. HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS.....	p. 54
3. O GÊNERO DE DISCURSO: CENA ENGLOBANTE, CENA GENÉRICA, CENOGRÁFIA.....	p. 55
III. CASO EM PSICANÁLISE: GÊNERO LITERÁRIO.....	p. 62

SEGUNDA PARTE

IV. “A PROPÓSITO DE UM CASO DE NEUROSE OBSESSIVA (O “HOMEM DOS RATOS”)”.....	p. 86
1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	p. 86
2. LEITURAS PROPRIAMENTE PSICANALÍTICAS DE “O HOMEM DOS RATOS”.....	p. 96
3. CIDADES SUPERPOSTAS, CIDADES SOTERRADAS: O PSICANALISTA E A CIDADE.....	p. 111
4. A LÓGICA DO ABSURDO E O ABSURDO AVESSO À LÓGICA: O PENSAR OBSESSIVO E O PENSAR DO MÉDICO.....	p. 139
5. EM TORNO DO ESTRANHO: MORTE, SUPERSTIÇÃO E O MAIS ALÉM.....	p. 168
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 189
VI. REFERÊNCIAS.....	p. 201

RESUMO

LIMA, T. N. ***A luta de Freud: a cidade, o absurdo e o mais além na trama narrativa de “O Homem dos ratos”***. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Esta dissertação se dedica a analisar um caso clínico de Sigmund Freud, *A propósito de um caso de neurose obsessiva (O Homem dos ratos)*, tendo como meta a discriminação dos valores que são por ele transmitidos. Para tanto, baseou-se no referencial discursivo conhecido como Pragmática Francesa, assim como nas reflexões de Walter Benjamin sobre a narrativa e de Michel Foucault acerca das relações de saber e poder instituídos pelo discurso. A partir deste recorte, entrevistamos a depreensão de três eixos singulares: a relação conflituosa entre o analista e a cidade onde habita, a relação antagônica de identificações e diferenças entre analista e paciente, e a relação estranha entre o saber do analista e seu não saber acerca da morte, da superstição e da religião. Pudemos, por fim, lançar reflexão sobre a importância de se pensar a fundação da psicanálise e do gênero discursivo chamado de “caso clínico” como imersos em seu tempo e em seu lugar.

Palavras-chave: Sigmund Freud, Análise de Discurso, narrativa, O Homem dos ratos, poder, política, modos de subjetivação, modos de objetivação.

ABSTRACT

LIMA, T. N. *Freud's struggle: the city, the absurd and far beyond in the narrative plot of "The Rat Man"*. 2006, 207 f. Dissertation (Master's Degree), Psychology Institute, University of São Paulo, 2006.

The present dissertation is dedicated to the analysis of a Sigmund Freud's clinical case, "Notes upon a Case of Obsessional Neurosis (The Rat Man)", aiming to discriminate the values conveyed by it. In order to do so, the dissertation was based on the discursive referential known as French Pragmatics, as well as on Walter Benjamin's thoughts about the relationship between knowledge and power, created through discourse. From this point of view, the existence of three particular axes can be inferred: the conflictuous rapport between the analyst and his/her place of dwelling; the antagonistic entwining of identification and differences going on between patient and analyst; the uncanny relationship between the analyst's knowledge and lack of knowledge on the subjects of death, superstition and religion. We were able to issue, at last, some reflexion on the importance of thinking about the very creation Psychoanalysis and the discursive genre called clinical case as being, both of them, immerse in their time and place.

Key words: Sigmund Freud, discourse, analysis, narrative, Rat Man, power, politics, subject creation, object creation.

INTRODUÇÃO

“Assim, seguiu em frente, mas era um extenso caminho. Pois a rua em que estava, a principal da aldeia, não levava à encosta do castelo, apenas para perto dela, e depois, como que de propósito, fazia uma curva e, embora não se afastasse do castelo, também não se aproximava dele. K. estava sempre esperando que ela afinal tomasse o rumo do castelo e só porque o esperava é que continuava a andar; evidentemente por causa do cansaço ele hesitava em abandonar a rua; espantava-se também com a extensão da aldeia, que não tinha fim, sem parar as casinhas, os vidros das janelas cobertos de gelo, a neve, o vazio de gente – finalmente ele escapou dessa rua paralisante, uma viela estreita o acolheu, neve mais profunda ainda, era uma tarefa árdua erguer os pés que afundavam, o suor brotava, de repente ele parou e não pôde mais continuar.”

- **Franz Kafka** -

Como pensar o poder em psicanálise? Como estudar as relações conjuntas e antagônicas que, dentro da clínica, tecem e transcendem este espaço? Como se apropriar, na entrevista com este poder, da materialidade do discurso? Como vislumbrar a palavra como instrumento e objetivo de uma luta? Quais seriam os efeitos no encontro com o discurso, de se pensar a imanência entre saber e poder? Quais seriam as forças em jogo no discurso psicanalítico, e pelo que estariam lutando umas contra as outras?

O objetivo deste estudo é contribuir com essa luta engendrada por muitos, por retirar a psicanálise desta imobilidade asséptica onde se pode às vezes encontrá-la, tanto na prática clínica quanto no imaginário que dela se faz. Para tanto, utilizando-se das obras de Michel Foucault, discuto a importância de considerar a imanência entre saber e poder, mais especificamente, entre poder e psicanálise. Para este autor, a psicanálise se insere como uma das estratégias polimorfas no regime de poder contemporâneo. Polimorfa porque não cumpre uma única função neste regime. Em momentos da obra de Foucault, apresenta-se como mera prática confessanda em uma engrenagem que, alegando o combate

da repressão da palavra, exige que se fale, que se confesse tudo aquilo que não pode ser confessado. Em outros momentos, apresenta-se como interlocutora privilegiada das práticas e das tecnologias de si. Em outros, ainda, como contra-ciência, justamente por encontrar-se nos limites e nas fronteiras das ciências humanas.

Optei por buscar estes embates – no discurso e pelo discurso psicanalítico - no momento da fundação deste saber. O momento em que o fundador da psicanálise discursa e narra as relações que estabelece com seus pacientes, colegas, antagonistas e leigos. Meu objetivo era realizar um estudo que revelasse, no relevo textual, uma “outra” narrativa, que corresse entre, sob e sobre a narrativa puramente teórica. Essa narrativa seria a construção dos valores permeados pela teoria, das dúvidas, das posturas do eu-narrador em relação a seus interlocutores. Minha contribuição não estaria em sugerir intervenções, apontar armadilhas em que o analista poderia ter se metido contra-transferencialmente, acrescentar interpretações e construções possíveis, como um outro psicanalista ajudando Freud a analisar o caso, o paciente, sua conduta em relação à cura. Não seria observar se o procedimento de Freud foi feliz como prática terapêutica, e sim como esta trama narrativa constrói todo um campo de tensões, de redes entrelaçadas, de problemáticas que acompanham a teoria e a sustentam.

O autor no texto: pelo que e em nome do que ele luta? Qual o seu modo de presença no mundo, ou seu *ethos*? De uma forma ou de outra, concorda conosco no que tange o poder de suas palavras, e concorda conosco ao dizer que o dizer é antes de qualquer coisa: afirmar o direito de dizer o que se diz.

Originalmente as palavras eram mágicas; e ainda hoje conservam muito da velha magia. Com palavras uma pessoa pode tornar outra feliz ou levá-la ao desespero, com palavras o professor transmite seu saber aos alunos, com palavras o orador arrebatava uma platéia e determina julgamentos e decisões dos ouvintes. Palavras despertam afetos, e são o meio universal de os homens influenciarem uns aos outros. (FREUD apud SOUZA, 1995, p.11)¹

Portanto, como Freud quer influenciar seu público? Em nome do que, e a partir do quê? Que julgamentos pretende determinar? Que decisões?

De início, o tema foi o estudo de estruturas totalitárias e disciplinares no século XX. Daí, parti para o estudo do nascimento da resistência psicanalítica, sempre pensando em estudar, na transmissão escrita da clínica, as relações de poder que se estabelecem durante esta transmissão, e entre paciente e analista. Tinha inicialmente em mãos, como método, a Análise de Discurso segundo proposta por Marlene Guirado. Depois, bebi o suficiente da pragmática francesa para ficar com mais sede. Deixado a desejar, tive então a idéia de estudar os temas, julgamentos, posicionamentos sociais engendrados pelo discurso freudiano – em uma tentativa de retorno à enunciação, de politizar o lugar do analista, de remontar no discurso os poderes que nele são engendrados, de buscar armar a cenografia presente nesta clínica fundadora de casos e de escritos. A resistência nos textos técnicos não seria o reduto único desta leitura. A partir deste estudo de valores, pude abordar a dimensão estética e estilística da narrativa freudiana: sua proximidade com a riqueza da língua falada, seu pensamento em construção e em constante formação e sua capacidade de se manter viva e ativa.

Com a contribuição inestimável da banca de qualificação, em dezembro de 2004, meu trabalho finalmente ganhou um contorno. Desviei o foco daquilo que

¹ FREUD, S. “Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse” IN: **Gesammelte Werke**, vol. 11, p. 10.

intitulara de um “poder estranho”, modalidade singular do poder na psicanálise marcada pelos desdobramentos e redobramentos fantasmáticos que recobrem e desdobram as figuras do analista e do paciente, que era o centro de meu texto de qualificação, e passei para aquilo que é o estudo da narrativa freudiana do ponto de vista dos valores. Com isso, creio que a dissertação ganhou contornos mais bem definidos.

O meu encontro com a psicanálise marcou o último dos grandes terremotos na forma de pensar até agora. Não foi possível sobrevoar de fora aquele país estrangeiro. Era preciso não apenas assistir as brigas de galos com eles, mas misturar-se a eles, falar a língua nativa, fugir da polícia, burlar o *city tour* e perder a passagem de volta.

Se fosse explicitar o fio da meada, onde uma questão a princípio informulável deu à luz esta pesquisa, diria que, sem sombra de dúvida, foi quando, distraído na leitura de um livro de Kafka, deitado na areia de uma praia do nordeste, topei com um parágrafo que me provocou uma súbita identificação. O trecho narrava, traduzia e verbalizava uma sensação que tinha freqüentemente ao longo das aulas de graduação. O agrimensor K., almejando a entrada de um castelo situado no centro de um vilarejo de onde emanam as ordens – ordens confusas, contraditórias, desconexas – em uma estrada que dá voltas no castelo, parece nele desembocar, mas ao mesmo tempo nunca o atinge. E daí para se poder pensar em um poder que, procurado num único lugar corpulento, na verdade emana de todos os lugares: da neve, das obediências absurdas, da organização das ruas, e não só do castelo. Das opiniões mais comuns, das formas

de amar mais veiculadas, dos projetos de vida mais difundidos. Algo que estava sim, ali, presente e pulsando, encarnado na figura de um estudante de psicologia lendo Kafka ao lado de amigos e paqueras, comendo queijo coalho vendido pelos “nativos”. Tudo estava ali: um castelo de areia num momento frugal. Uma vívida sensação de fragilidade, de que tudo o que acreditava, e que cria romper com a ordem das coisas estava balizado, inscrito, já montado na própria ordem das coisas. Havia um percurso muito bem traçado atrás e à frente, e que precisava ser questionado. Tudo seria muito simples se eu simplesmente me deixasse deslizar por esse percurso.

Algo de uma ordem naturalizada e legitimada, e que uma vez foi estranho. Estranheza esta que não tivera muito espaço até então. A sensação de que, o que a princípio fora tomado como absurdo tenha sido, pouco a pouco, integrado na ordem das coisas. Coisificações de verdades meramente provisórias. Um grito era necessário. Grito como o do saxofonista Johnny no leito do hospital, no conto *O Perseguidor*, de Júlio Cortázar, cujo biógrafo, Bruno, no entanto, não teve a abertura para se deixar abalar.

“Bruno, esse sujeito e todos os outros sujeitos de Camarillo tinham certeza. Do quê, você quer saber? (...) Seguros de quê?, diga lá, quando eu, um pobre-diabo com mais pestes que o demônio debaixo da pele, tinha bastante consciência para sentir que era tudo feito uma gelatina, que tudo ao redor tremia que só precisava prestar um pouco de atenção, sentir um pouco, calar um pouco, para descobrir os furos. (...) Mas eles eram a ciência americana, você compreende, Bruno? O guarda-pó que os protegia dos buracos: não viam nada, aceitavam o já visto por outros, imaginavam que estavam vendo. E naturalmente não podiam ver os furos e estavam muito seguros de si, convencidíssimos de suas receitas, suas seringas, sua maldita psicanálise, seus não fume e seus não beba... (...)

Na verdade, as coisas verdadeiramente difíceis são outras tão diferentes, tudo que a gente acha que pode fazer a qualquer momento. Olhar, por exemplo, ou compreender um cão ou um gato. Essas são as dificuldades, as grandes dificuldades. Ontem à noite aconteceu de eu me olhar neste espelhinho, e garanto que foi tão terrivelmente difícil que quase me joga da cama. (...) Mas é como em Palm Beach, em cima de uma onda

despenca em você a segunda, e depois outra... Você nem acabou de sentir e já vem outra, vêm as palavras, essa espécie de cola-tudo, essa baba. E a baba vem e cobre você, e o convence de que o do espelho é você. Claro, mas como entender? Mas se sou eu, como meu cabelo, com esta cicatriz. E as pessoas entendem que a única coisa que aceitam é a baba, e por isso acham tão fácil se olhar no espelho. (CORTAZAR, 2001, p. 104-105)

Minto, quando disse que quase não houve espaço para a revelação desta fragilidade na graduação. A fenomenologia, a teoria crítica, a literatura, a genealogia e a arqueologia foucaultiana, a psicologia da arte, a psicologia institucional de Guirado e minha participação política em centros acadêmicos, representação discente, abaixo-assinados e a comissão de reestruturação de uma disciplina – tudo isso – não só foi um espaço revelador de inquietudes, mas um espaço fomentador de inquietudes, formador de espírito crítico, argamassa, molde e mãos para a constituição do meu problema.

Desejava estudar como é que esse poder se manifestava no jogo de forças entre analista e paciente. No entanto, como estudar objeto tão impalpável? Um artigo de Marlene Guirado (1991) dava uma idéia: por meio da história de um conceito. Então, parti para o estudo do que seria o conceito que mais denunciaria a princípio o poder no *setting* analítico: a resistência, na forma como é abordada ao longo de trinta anos de textos técnicos freudianos. Restringi-me a dez textos de importância irrefutável.

Senti falta, para realizar a análise de forma mais acurada, de um estudo mais aprofundado do campo da análise de discurso. A proposta de Guirado era permeada por esta disciplina, mas cumpria sem dúvida estudar os textos originais daquele campo da linguística, principalmente aqueles que dão fundamento a esta proposta, e que dizia respeito ao pensamento de Michel Foucault e do linguista

francês Dominique Maingueneau. Para minimizar minha defasagem na área, cursei uma disciplina intitulada *Tópicos da Teoria da Enunciação*, ministrada pela Profa. Norma Discini, que em muito iluminou os objetos já tratados por Guirado, e trouxe em acréscimo outros tópicos que me auxiliariam.

Por outro lado, fui observando, por meio dos ensaios analíticos que realizava, que restringir o estudo ao conceito de resistência seria reduzir de forma exagerada a complexidade de meu objeto. O poder não se resumia e não poderia ser contemplado apenas por meio do recorte demasiado violento de um único conceito, da repetição de uma expressão ao longo dos textos. Por que não estudar a relação que se estabelecia entre as figuras do analista e do paciente por um lado, e as do enunciador e a do enunciatário por outro?

Os desdobramentos destas questões, tanto metodológicas quanto de escolha de objeto, culminaram na decisão conjunta de sair da orientação de Marlene Guirado. Sem contudo deixar de reconhecer a importância de sua estratégia de pensamento no desenvolvimento de minha própria, pude, ao eleger a professora seguinte que solicitei e admitiu amavelmente tomar-me como orientando, optar por uma forma de pensar a *maldita psicanálise* enquanto força poética. Ao reconhecer o caráter de instituição da psicanálise, tomando-a mais como criação do que como descoberta, mais em sua ficcionalidade do que em sua cientificidade, isso de modo algum reduziria sua importância e seu tamanho. A psicanálise, como ocorre em qualquer instituição, se é certo que poderia se ancorar no caráter enrijecedor, de algo natural e legítimo, poderia também ser um dos instrumentos que relativizam essa mesma naturalidade e legitimidade das instituições.

Como justificar então a empreitada desta dissertação? Faço valer aqui as palavras de Birman,

Quando se está centrado numa doutrina, está-se falo-referido, perdeu-se a capacidade de brincar e de saber que isso tudo são jogos de verdade, e que outros jogos de verdade podem ser inventados, até mais interessantes... (...) Não podemos exigir estar acima de qualquer suspeita. Como, então, participar internamente da roda do mundo ao qual pertencemos e manter a posição de exterioridade ao mesmo tempo? Como ocuparmos o ponto de fuga excêntrico, como retomarmos a cada vez a excentricidade fundante da psicanálise que a sustenta enquanto um dispositivo criativo? (BIRMAN, 2002, p. 111-2)

Brincando e levando a brincadeira a sério – fundando jogos de verdade a partir dos jogos de verdade que estão postos na fundação da psicanálise, fundando-se analista neste jogo de localizar o centro do ponto de fuga excêntrico.

Esta dissertação pode ser dividida em duas partes. A primeira, composta dos três primeiros capítulos, é uma apresentação da estratégia de pensamento, do recorte, e sua fundamentação. A segunda, constituída pelo quarto capítulo e seus sub-itens, realiza a análise de um caso clínico freudiano “O Homem dos ratos”, a partir desta estratégia. Deste modo, a primeira fundamenta, introduz e justifica o modo de olhar particular cujo exercício e realização é o objetivo da segunda parte. Este exercício ao mesmo tempo dá materialidade e consistência a esta estratégia de pensamento, de modo que a segunda parte também fundamenta o que afirmo na primeira.

No primeiro capítulo, elegi alguns autores que abrem as portas para se pensar a exterioridade na forma como são abordadas política e psicologia. Em seguida, afirmando a imanência entre as duas, tomo a política enquanto poder e estudo seu conceito, ao longo de três obras de Michel Foucault. O poder é então

tomado como verbo; poder que se exerce mais do que se possui, que provém de baixo e cuja forma mais significativa tem sido a vontade de verdade, como um dos grandes sistemas de exclusão vigentes na modernidade. Ao invés de procurar saber a verdade de cada disciplina, estuda-se por outro lado os campos do verdadeiro, e a vontade de verdade enquanto força coercitiva.

Este capítulo procura situar a psicanálise no interior desta forma de entender o poder como sistema de exclusão e de apropriação. A psicanálise, enquanto técnica de saber/poder, instaura realidades – modos de objetivação e de subjetivação. Fundamental ao biopoder, nos interrogamos se o dispositivo da sexualidade vale ou não como uma arqueologia da psicanálise, afirmação esta feita por Foucault em uma de suas obras.

Esclarecido e fundamentado o que se entende por poder em sua imanência com o saber, e discutidas as questões da psicanálise enquanto estratégia de um regime de poder determinado, o segundo capítulo esclarece o que seria uma Análise de Discurso que ressalta a luta e a prática no e do texto. Mais uma vez norteado por Foucault e seus contemporâneos que compactuam com ele da mesma afinidade lingüística, conceitua-se o discurso. Inserido na pragmática européia, discurso não é objeto, mas abordagem. São ressaltadas as dimensões contextuais do discurso, sua dimensão jurídica e a importância do co-enunciador na enunciação. É tomado enquanto acontecimento, enquanto materialidade incorpórea, para em seguida afirmar sua desconstrutividade intrínseca e sua casualidade e descontinuidade.

O discurso é também marcado pela polifonia. Nele podem ser depreendidas heterogeneidades ditas constitutivas e outras mostradas. Tais depreensões

denunciam os limites tênues na tessitura discursiva, entre o que é próprio e o que não é. Em seguida, define-se o conceito de gênero discursivo como um dispositivo social de produção e recepção discursiva, em que a psicanálise se apresenta enquanto um.

O terceiro capítulo é a ponte entre a primeira e a segunda parte da dissertação, pois apresenta e introduz a especificidade do objeto discursivo a ser estudado, aproximando-se do gênero discursivo que o abarca: a narrativa do caso clínico freudiano. Tomando em conta as reflexões de W. Benjamin, sobre a possibilidade da narrativa – esta forma artesanal de comunicação - em uma sociedade isolada pela comunicação romanesca e estanque pela informação da imprensa; a partir da reflexão de Davi Arrigucci Jr., sobre a narrativa como um problema no século XX, levantamos duas questões: qual seria a especificidade do gênero discursivo conhecido como caso clínico, qual seria a especificidade da narrativa clínica freudiana.

Acerca da primeira questão, veremos como que o caso clínico se constrói na intersecção epistemológica com quatro modelos: o modelo histórico, o modelo literário, o modelo científico e o modelo hermenêutico. Sobre a segunda questão, analisamos como que a dimensão formal do texto (o método genético de escrita, as lacunas, a dimensão poética da palavra, a incompletude, as astúcias de grande narrador) cumpre papel fundamental na transmissão de elementos essenciais da análise psicanalítica: o estranho, a associação livre, a travessia do familiar para o estranho, a análise seguida de construções.

O quarto e último capítulo realiza enfim o exercício de leitura do caso clínico, baseando-se no trabalho já realizado até então: trabalho de estudo das

relações saber/poder e da narrativa. Em outras palavras, os valores tecidos na narrativa, as formas de subjetivação: como me defino como analista? Como enfermo? Como espectador? Como cidadão? Como situo a experiência do estrangeiro que me acomete? E as formas de objetivação: como me situo em relação à cidade? À razão e à racionalidade? À superstição, à morte, à religião? Como lido com a opacidade do mundo em relação a minha sede de saber?

Após uma breve revisão de literatura acerca do Homem dos ratos, onde exponho comentários dos textos de Lacan, Laplanche, Mahony, Octave Manonni, Mezan, Menezes e Zlotnic que discutem o caso clínico de neurose obsessiva, parto para a escansão de três eixos de análise. O primeiro discute a relação do analista com sua cidade. O segundo, do analista com o paciente. O terceiro, do analista com o estranho, a morte, o mais além.

No primeiro, armamos o cenário – a Viena fictícia construída pelo narrador. Uma cidade onde convivem o moderno e o arcaico, o atual e o infantil, o burguês asseado e a sua sujeira enrugada, o afã da luta com a heteronomia opressora de sanções corporais, guerras silenciosas, leis arbitrárias, curiosidades restritivas, onde a sexualidade se dá nas surdinas das relações entre classes servis e burguesas, onde a tradição se opõe à paixão, onde a sociedade se opõe à singularidade.

No segundo eixo, estudo a relação entre analista – como se define, se adjetiva, se porta, como este pensa, como é seu modo de presença no mundo – e a do paciente, o enfermo que o primeiro pretende curar. Os atores, entre as quatro paredes de um consultório, desfiam modos de se afirmar, negociam suas presenças, contrapõe-se em um jogo de resistências e convencimentos. Se o

pensamento do narrador se dá analisando as próprias paixões, traduzindo o sem sentido; o do paciente é marcado por mandamentos, fórmulas protetoras, ações ambivalentes que se anulam. Paciente se levanta, interrompe sua narrativa muitas vezes ininteligível, traça circuitos de dívida, estabelece relações transferenciais violentas, deixa correr pela análise os ratos escondidos, as fantasias infantis. Por fim, no capítulo, revelamos a proximidade perturbadora do analista com a consciência do absurdo, e de como este inaugura a fala absurda, bifurcada, inconsciente de si mesma, fala que no trivial relata o íntimo, na mentira revela a verdade, fala que impregna o interlocutor, e faz com que a tradução dos complexos do paciente acabe, ela mesma, reproduzindo o complexo e demandando uma nova tradução, sempre refeita.

O terceiro eixo irá abordar a relação entre o texto e o leitor. Utilizando-se como caixa de ressonância do texto, deixando-se impregnar pela sua viscosidade, escancarando as portas que esta destranca, se debruça sobre a experiência do estranho na transferência de leitura deste leitor com o texto lido. Discute-se a dificuldade da leitura e a identificação perturbadora com ambos os personagens. Em seguida, o modo como Freud discute a morte, o mais além, a superstição, e como que, em três momentos da obra freudiana, mantém em suspenso a resolução do intraduzível, e se assenta no desconhecido. Se na tradução do absurdo, o analista acolhe e representa o complexo, é também observado que, absorvendo como problema o estranho, a morte e o mais além, no texto, este assume o território do estranho como sendo seu. O texto mesmo, então, torna-se estranho.

No que concerne o acabamento inacabado desta dissertação, as Considerações Finais irão fazer um apanhado das riquezas coletadas, das tensões destacadas e das questões reanimadas por esta maneira específica de olhar e de “desaprender a olhar”, para então adiantar, num conjunto de novas questões e desdobramentos, outras dúvidas em aberto, erigidas a partir deste meu texto.

PRIMEIRA PARTE

Lutar com palavras
É a luta mais vã.
No entanto lutamos
Mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.
Algumas, tão fortes
Como o javali.
Não me julgo louco.
Se o fosse, teria
Poder de encantá-las.
Mas lúcido e frio,
Apareço e tento
Apanhar algumas
Para meu sustento
Num dia de vida.

- Carlos Drummond de Andrade -

I

A PSICANÁLISE, TÉCNICA PRIVILEGIADA DO BIPODER

1. PSICANÁLISE E POLÍTICA: A ESCOLHA PELA GENEALOGIA DO PODER

Em Psicanálise, política é um tema raramente abordado. Quando o é, usualmente aparece em um registro normativo, como idéias impeditivas do modo de fazer analítico. Política estaria aí próxima à ética, definindo interdições ao profissional psicólogo, sancionando procedimentos e evitando abusos – política encapsulada nos códigos reguladores do exercício profissional ou nas “identificações de dirigismo e autoritarismo face à condição humana do paciente em questão” - em que o analista sucumbe ao desejo de fazer uso de modo indevido do poder que a profissão lhe concedeu. (GUIRADO, 1991, p. 21)

Em uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, política pode surgir como impermeável à Psicologia (e à Psicanálise). Em outro momento, aquela só irrompe na Psicologia quando esta aborda temas eminentemente políticos, como por exemplo, a violência doméstica (AZEVEDO, 1995). Em outro, ainda, faz-se necessário, para poder confluir as duas esferas, criar um novo domínio do conhecimento, uma nova disciplina: a Psicologia Política. (PENNA, 1995)

Seja aproximando a política à ética em Psicologia, seja na sua assunção como ciência neutra, ou ainda na emergência da Psicologia Política como disciplina independente, o que se observa é a pressuposição de uma relação de exterioridade usualmente percebida entre saber e poder, como acusam

Guirado (1991) e Patto (1995). É dessa maneira que também o discurso psicanalítico, por estar confortado no domínio de um saber, pode dizer-se neutro em relação à sua dimensão política. Os problemas éticos e políticos na relação analítica parecem nunca ser fruto da teoria empregada pelo analista, mas do mau uso dessa teoria.

Ora, o que se observa na institucionalização de um saber é justamente o contrário: saber e poder guardam íntima relação. O desconhecimento da dimensão política da relação em psicanálise se traduz na ignorância da consideração dos conceitos como relativos e instituídos, como construções metodológicas da observação da realidade – ou, se preferirmos, dos fenômenos. Assim, como esclarece Guirado (1995, p. 118) em seu *Transferências e Transferências*:

Quando se pensa “transferência é isto”, quando se julga identificar na fala de um paciente aquilo que teoricamente se definiu como tal, ou como resistência, ou como fantasia inconsciente, ou como..., fortalecem-se cegas certezas e naturaliza-se o que é, no fundo, uma invenção;...

E, segundo Patto (1995, p. 9):

O fato de a Psicologia não explicitar seus compromissos políticos e de não se voltar para questões políticas *stricto sensu* não significa que ela esteja desvinculada dessa esfera da vida dos homens. Ao contrário, ao aderir ao mito da neutralidade da ciência, à pretensão de autonomia ante os juízos de valor e ao postular a igualdade entre seu objeto e as coisas sobre as quais incide a Ciência Natural, a Psicologia cancelou a visibilidade de sua índole política, mas não a vocação política de suas teorias e práticas, tanto mais eficazes como ação política quanto menos se dão conta disso, quanto mais se querem alheias às questões referentes ao exercício do poder.

Se tomarmos, de um lado, o dado de que a maneira como se definem e são entendidos certos conceitos tem repercussões inevitáveis na prática clínica e, de outro, que determinadas conceituações podem, na relação de poder

analista/paciente, impedir um dos lados da relação por meio da interdição da palavra do paciente na análise, poderemos concluir que certas atribuições, quando naturalizadas e aplicadas por meio da técnica, podem carregar de maneira “cega” o que comumente se chama de autoritarismo.

Se a política se refere às questões referentes ao exercício do poder, e se entre ela e a psicanálise a relação é de imanência, então o saber e a sua constituição podem ser vistos como exercício do poder. Para pensarmos esta relação e a desdobrarmos em suas conseqüências lógicas, faremos uso do pensamento de Michel Foucault, por tratar-se daquele que explorou de maneira notável as relações entre poder e saber no século XX. Ao final deste capítulo, como já dissemos, iremos discutir a inserção da psicanálise no regime de poder disciplinar e enquanto parte do dispositivo da sexualidade.

Discorrer sobre a obra de Foucault seria tarefa perigosa. Perigo de pecar pela coerência extrema. Foucault não se abre para sínteses. Sua obra é múltipla, e seu autor nunca se preocupou em preencher as lacunas de seu pensamento e de sua biografia. Ao contrário, tudo o que sempre fez foi desconcertar *gestalten* naturalizadas da história do pensamento ocidental. Tentativa de fazer extravasar a massa das coisas ditas, dos arranjos sinuosos entre o saber e sua vontade.

É nessa abertura que Foucault se converte em autor de múltiplas facetas. Dessas reticências – desse grande queijo *gruyère* - convertidas em portas e ganchos para alteridade é que as leituras de sua obra podem ser diversas. Por um lado, uma complexidade constitutiva; por outro, difícil negar as apropriações

muitas vezes rasas de sua figura polêmica. Vinte anos depois de sua morte, fala-se muito na concepção do *Panopticon* e de suas relações com fenômenos culturais como o aumento da vigilância em nossa sociedade, das câmeras aos sensores de metais, dos *reality shows* à proliferação do gênero das biografias. No entanto, a densidade de seu pensamento deu lugar a uma apropriação soberana muito parecida com o lugar-comum.

É por isso que, neste capítulo, nosso objetivo será fazer um panorama de parte de seus escritos, na medida em que ele nos auxilia a compreender nosso verdadeiro objeto de estudo, o discurso clínico freudiano. No espaço deste capítulo limitamos um período de 6 anos da obra de Foucault, que parte de seu discurso inaugural na *College de France*, publicado sob o título de *A Ordem do Discurso* (1971/2000), passa por *Vigiar e Punir* (1975b/1987) e culmina em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1976/2001).

Mas se discorrer sobre a obra foucaultiana seria perigoso, talvez mais perigoso ainda seja o modo como o apresentaremos no âmbito de nosso trabalho. Nesse campo restrito dos estudos sucintos, o risco da síntese pode provocar uma exposição foucaultiana que contradiga tudo o que Foucault afirma. Vale afirmar, assim, que embora cada uma das três obras eleitas não negue a outra, a mudança na ênfase empreendida em cada uma acaba por dar um encaminhamento muito diferente para os objetos que estuda. Embora não seja o objetivo neste trabalho, cabe, à guisa de exemplo, afirmar que enquanto em *Vigiar e Punir* fala-se da docilização do corpo, enfocando mais a submissão de um pólo sob o outro, na *História da Sexualidade I* as mulheres histéricas, os pequenos onanistas e o perversos polimorfos utilizam muito mais o jogo de forças como uma

ars erotica, isto é, como um jogo de erotização da escuta e do discurso. A docilização é declaradamente ativa – e não passiva - neste segundo caso.

Qual seria o critério dessa periodização? Em linhas gerais, a seleção das obras se pauta por uma concepção específica de poder, marcada pelo que Foucault defende como a predominância da vontade de verdade como um dos grandes sistemas de exclusão vigentes desde a modernidade. Deste postulado, que desenvolveremos aqui, depreende-se que há uma forma singular de compreender as relações entre poder e saber. Primeiramente, que ali onde se entende o poder como uma força de coerção unidirecional que tem uma única função, a de reprimir e silenciar, o autor o concebe também enquanto positiva, polimorfa, bidimensional. Conseqüentemente, o saber não é só positivo, mas também restritivo. As diferentes disciplinas não somente possibilitaram a criação e o desenvolvimento de conhecimentos, mas nortearam, escandiram, dividiram, limitaram campos do *verdadeiro*.

Mas há mais; e há mais, sem dúvida, para que haja menos: uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade. A medicina não é constituída de tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a doença; a botânica não pode ser definida pela soma de todas as verdades que concernem às plantas.” (FOUCAULT, 1971/2000, p. 31)

Cada discurso, para Foucault, afirma e nega certas proposições. Algumas entram no campo da verdade, mas esta verdade é sem dúvida específica. A relação que cada proposição tem com a verdade de cada disciplina depende de sua adesão ou não aos objetos determinados por esta disciplina, e depende também de se a proposição utiliza instrumentos conceituais ou técnicas

de tipos bem definidos. Logicamente, se para ser verdadeiro é preciso que se faça uso da forma de pensamento específica, é certo que, para fora de seu território, toda uma teratologia do saber fica preterida. Em outras palavras: a medicina, por exemplo, não é o campo de tudo o que foi dito sobre o saber sobre o corpo, mas é uma forma específica de dizer, apropriar-se, abordar o corpo, com um conjunto de questões definidas e um modo de olhar bem circunscrito.

Além disso, o autor afirma que, de três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, um deles, chamado de “vontade de verdade”, vem ganhando terreno nas últimas décadas. Os outros sistemas tenderam, ao longo das últimas décadas, a se orientar em sua direção. A vontade de verdade como um “sistema de exclusão” é a denúncia de que existe algo mais na busca pelo saber – nas instituições de formação e de informação: escolas, meios de comunicação, discursos políticos, e, a que nos interessa, a psicologia e a psicanálise – do que uma força anônima e positiva em direção à verdade. Imbuídas nessa busca, encontram-se o desejo e a política, a sexualidade e a guerra. O discurso de saber não é somente o meio para alcançar determinados fins. É, principalmente, o alvo deste poder, o campo de batalha onde múltiplas estratégias e diversas táticas são aplicadas e planejadas. Deste modo, a verdade não é somente a chave que nos liberta da ignorância e do poder devastador da natureza. A verdade é um ponto de apoio sobre o qual se exerce um *poder de coerção*.

Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se, e justificar-se a partir de uma teoria das

riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 1971/2000, p. 18-19)

Nessa ditadura da verdade, cumpre pensar qual o resultado da imanência entre poder e saber. Desta perspectiva, uma vez a psicanálise sendo entendida como prática ancorada na verdade, estaria sendo compreendida como uma incerta e irresoluta luta de classes: múltiplas lutas e diferentes classes que se alternam.

Mas para que possamos desenvolver de forma mais profunda essa relação, é preciso que definamos o que se entende por poder. Nessa nova concepção, poder não é lugar ou propriedade de um elemento ou de um grupo, que exerça um sistema generalizado de dominação sobre outro. Poder não é substantivo, não provém de cima na hierarquia social. Não se encontra no Estado. Não se trata de um acúmulo de forças contra o qual se exerça uma resistência que esteja fora do poder e que queira libertar a sociedade deste núcleo opressor.

Segundo a concepção foucaultiana, poder é verbo. Poder se constitui nas relações que se instituem e, portanto, provém de baixo. O poder está na ordem das táticas, das estratégias, das manobras e dos funcionamentos, e não das apropriações: exerce-se, mais do que se possui. O poder não é portanto somente negativo, mas possui uma positividade. É onipresente porque “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro” (FOUCAULT, 1976/2001, p. 89), em “relações desiguais e móveis”

(FOUCAULT, 1976/2001, p. 90). Poder não se encontra em exterioridade em relação aos outros tipos de relação, seja econômica, de conhecimento ou sexual .

Não há uma oposição binária entre dominadores e dominados, entre discurso dominante e discurso excluído. São antes os afrontamentos locais que estão em jogo – jogo de forças entre cada plano microfísico das relações. Não são subjetivas, embora possuam miras e objetivos. E lá onde há poder, há resistência – e embora um contra o outro, a resistência como parte desta relação de poder. Não há um foco único da resistência, “alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário” (FOUCAULT, 1976/2001, p. 91) mas uma multiplicidade de pontos de resistência.

O autor, para explicitar a construção do conceito, prescreve algumas regras metodológicas: em primeiro lugar, se determinado campo de conhecimento se constituiu, foi somente a partir das relações de poder que o instituíram como objeto possível; deve-se, em segundo lugar, procurar “o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo”, (FOUCAULT, 1976/2001, p.94) e não quem são os dominadores de determinada relação; em seguida, que não há nenhuma descontinuidade, mas tampouco homogeneidade entre os focos locais de afrontamento e estratégias globais – há, sim, um duplo condicionamento entre essas duas dimensões; e, por fim, que é no discurso que se articulam poder e saber, de forma fragmentada e descontínua, e não em formas hegemônicas, como discurso central de um lado e marginal do outro.

O poder, como vimos, não pode ser pensado do ponto de vista do direito, mas do ponto de vista da estratégia. Não é a rigidez das relações

contratuais, mas as inúmeras táticas da arte da guerra. Política seria a guerra prolongada por outros meios – ambas são apenas “estratégias diferentes para integrar essas mesmas correlações de forças desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas.” (FOUCAULT, 1976/2001, p. 89)

2. REGIMES: DO SUPLÍCIO AO PANÓPTICO

Como se daria a dialética entre as relações de poder e a História? A História seria anulada pela descontinuidade das relações, caóticas, incongruentes, assequenciais? De modo algum. A História, em seus movimentos múltiplos, mergulharia essas relações em regimes de poder diversos. Em *Vigiar e Punir*, Foucault aborda a mudança dos regimes de poder por meio dos quais operam os diferentes dispositivos da sociedade ocidental. Tais sistemas encontram sua maior transparência na mudança de estatutos e das tecnologias do poder de punir e de julgar, e é sobre eles, ampliando-os para as outras esferas, que o autor discorrerá.

Quando ocorrerá esta ruptura? No final do século XVIII. Como é que “o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos?” (FOUCAULT, 1975b/1987, p. 14) Vejamos.

A tecnologia de punir, anteriormente, seguia os moldes do **suplício**. Tal técnica, ao contrário do que se pode pensar, não era nem selvagem nem irregular. Extremamente metódica, seus “excessos” faziam parte da economia e da arte de reter a vida no sofrimento. Era aplicado exclusivamente sobre o corpo do

condenado, um ritual que procurava denunciar, na medida da dor, a gravidade da pena.

O julgamento, ao contrário de hoje, era feito às escuras. Este dado representava que a verdade da ação tomada era um direito absoluto para o soberano e seus juízes. Isso não dispensava que este processo fosse permeado pelas mais rigorosas regras. Havia vários tipos de provas (plenas, semi-plenas, adminúculas), e a condenação se baseava num cálculo aritmético, meticuloso e controverso destas provas. Ademais, este sistema não estava pautado pelo sistema dualista da verdade ou mentira, da inocência ou da culpa. Pautava-se um princípio de gradação contínua. Para uma prova semi-plena, uma pena de intensidade média. Para uma prova plena, uma pena com toda a intensidade.

A confissão, que funcionava como a prova das provas, tinha um papel importante no julgamento do condenado: representava um engajamento do condenado com a sua condenação. Acompanhada à tortura, também continuava seu processo no ato da execução da pena, fazendo do culpado o arauto de sua condenação, ligando a punição ao crime, e permitindo ao público a contemplação dos sinais da passagem do mundo terreno para o mundo celestial.

Havia, também, um papel de ritual político no suplício. Algo de batalha, representado pelo gládio do rei – o mesmo gládio que pune os inimigos externos é aquele que vê no menor dos criminosos um pequeno regicida em potencial. A infração da lei é um ataque direto ao corpo do rei. Através do “exagero” e do “excesso” do suplício, demonstra-se a dissimetria entre o corpo do rei e o do condenado: o poder é, então, reativado. Além da reparação que a liturgia do

suplício implica, há sem dúvida a função cumprida de vingar o ataque corporal e físico ao corpo do rei.

O povo, no suplício, é a personagem principal. O povo ao mesmo tempo em que precisa sentir medo no ato da condenação, precisa, também, garantir que a execução se dê como planejada. Não são raras as sublevações contra condenações injustas. Além disso, o povo se posta ao redor do condenado para ouvir aquele que não tem mais nada a perder maldizer juízes, leis, o poder e a religião. Além disso, ao redor da execução do crime, praticava-se toda uma série de outros crimes: pungas, exacerbação dos vícios, abertura das tabernas, prostituição. Nessa legalidade ritualizada, um salpicar de pequenas ilegalidades que a sustentam. Foi sem dúvida de baixo, por parte do povo, que o suplício foi deixando, pouco a pouco, de ser suportado.

Como explicar o desprezo pelo corpo que o suplício demonstra? Em primeiro lugar, a familiaridade com a morte exigia uma série de rituais para integrar a morte à vida. Em seguida, a crença na eternidade da alma e no caráter vil do corpo. Por fim, neste período, o corpo não tem utilidade ou valor de mercado.

Aos poucos, e num breve espaço de tempo, começa a surgir um discurso em prol da “humanização” da pena. Contra o despotismo do cadafalso, os juízes propõem uma reforma que se baseie no “homem” como medida e limite deste poder outrora ilimitado e tirânico. Um movimento pela mitigação das penas? Sem dúvida, mas muito mais um movimento contra tudo o que tornava a pena arbitrária: diferença de procedimentos, intervenções do poder real, conflitos internos e interesses particulares tornavam o poder lacunar. Por um lado,

abrandamento. Por outro, rigor. Que a justiça não “pisque”, não oscile, não abuse. Contra o abuso, uma otimização do uso. É preciso aumentar os efeitos e diminuir o custo econômico e político da tecnologia penal. Intolerância contra toda essa ilegalidade outrora silenciosamente permitida.

O que estará engendrando esta mudança? Ora, a reforma do aparato judiciário é feita de dentro. São os juízes que a propõem e a idealizam, esse afinamento da prática punitiva. “A má economia do poder e não tanto a fraqueza ou a crueldade é o que ressalta da crítica dos reformadores.”(FOUCAULT, 1975b/1987, p. 68)

Desenvolvimento da produção; aumento das riquezas; valorização das relações de propriedade; descoberta de técnicas mais acuradas de vigilância e policiamento – eis o cerne da mudança de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude. Os delitos contra a propriedade parecem prevalecer sobre os crimes violentos. Modifica-se a “organização interna da delinquência” (FOUCAULT, 1975b/1987, p. 65). Os grandes bandos de malfeitores são substituídos pelos pequenos peritos. O herói do povo, rude, dos folhetins, é substituído pelo maquinal e genioso ladrão dos romances policiais.

Assim, no lugar da afronta ao rei, o criminoso começa a ser visto do ponto de vista da quebra do contrato com a sociedade. O criminoso é aquele que infringe, contra si e os outros, o pacto social legal. Ao invés de suprimido, deverá ser apropriado e utilizado como bem coletivo. Os castigos são pedagogicamente arquitetados. O sofrimento que deve ser excluído não é o do criminoso, mas o dos espectadores e dos juízes. Não é a desmesura da vingança, mas a medida da

possível repetição do crime – a periculosidade do criminoso - que deve nortear o cálculo da pena.

Algumas regras são criadas, na nova semiotécnica do poder de punir: o castigo precisa causar um mal que ultrapasse o bem que o culpado retirou do crime – jogo de interesses; é a representação da pena que deverá ser maximizada, e não sua realidade corpórea – jogo das representações; a pena, para evitar a recorrência do ato, deve ser mínima para os que a sofrem, e máxima para os que a imaginam – jogo da dor imaginada; as leis devem ser públicas, claras, e desimpedidas do poder do monarca – jogo da não-impunidade; a verdade do crime deverá ser depreendida da razão comum – jogo da certeza irrefutável; por fim, há a necessidade de uma classificação paralela entre os crimes e os castigos, e de singularizar a pena através da singularidade do indivíduo, de modo que aos olhos de todos, a pena seja consequência natural da infração – jogo do poder anônimo.

A necessidade de aplicação de uma pena individual por um lado, e a averiguação da periculosidade do criminoso por outro, exigiu que se constituísse um saber não mais somente sobre o crime, mas sobre a pessoa do criminoso. É a alma que irá ser corrigida, e não o corpo. Para isso, é preciso conhecer essa alma.

Mas, de súbito, num prazo de menos de vinte anos, a penalidade se resume à reclusão. Ao invés de incidir na forma da representação e do sinal do teatro pedagógico, uma terceira tecnologia de poder, pipocada sob a forma de modelos carcerários e corretivos, como os de Hanway da Inglaterra (1775), Howard e Blackstone (1779) ou o de Walnut, dos Quakers, parece tornar-se hegemônica. A detenção, ao contrário da multiplicidade do sistema pena-efeito

proposta pelos reformistas, torna-se uma das formas mais gerais e generalizantes dos castigos penais. Não é mais como cerimônia (como no regime monárquico) ou como representação (como no corpo social), mas como exercício que a instituição corretiva se aplica. A correção é a repetição metódica da virtude que deve aplacar o vício do crime. É pelas atividades cotidianas, os hábitos e o tempo que a manipulação deve se debruçar sobre os indivíduos. O espetáculo é substituído por uma relação ininterrupta entre o poder e a alma do encarcerado. Este “deve estar inteiramente envolvido no poder que se exerce sobre ele”. (FOUCAULT, 1975b/1987, p. 106) Este poder, para melhor corrigir, deve formar um saber sobre este indivíduo. As casas de correção são também casas de saber. Saber/poder.

Chegamos, finalmente, à tecnologia de poder conhecida como o regime disciplinar. Tal regime, vigente até a contemporaneidade, é caracterizado como aquele capaz não somente de se apropriar dos corpos e dos hábitos, mas de adestrá-los, constituindo assim, corpos mais e mais dóceis. O poder do corpo é maximizado à medida que ele se aplica aos seus mínimos detalhes. “A disciplina é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 1975b/1987, p. 120). A vida, na disciplina, é esmiuçada, controlada, regulada, transformando o ínfimo num cálculo técnico e econômico. Os saberes que constituem as disciplinas são saberes burocráticos e sutis. Ele não veio substituir os outros saberes vigentes, mas penetrar-lhes e imiscuir-se com eles de forma completamente impregnante. São algumas destas técnicas: a arte das distribuições dos indivíduos em espaços nucleares; a maximização do uso do tempo, sendo este decomposto juntamente com as ações nele realizadas; a idéia de evolução gradual por meio de exercícios

repetitivos; a maximização da força dos indivíduos articulando a atividade de vários indivíduos. Destas já mencionadas, outras três se destacam.

- 1) A vigilância hierárquica: o dispositivo disciplinar obriga pelo jogo do olhar; os fiscais são fiscalizados, e o poder torna-se invisível e discreto por meio de uma ampliação da visibilidade de seus membros constituintes; a rede de vigilância se auto-sustenta e se multiplica – a masmorra é trazida à luz.
- 2) A sanção normalizadora: funcionamento de um pequeno mecanismo penal por intermédio da penalização (do exercício) e da gratificação das ações mais tênues da conduta; subsequente classificação dos indivíduos pelos seus mínimos gestos, de modo a também correlacionar o indivíduo como um todo com cada ato seu; quantificação dos limites do anormal.
- 3) O exame: transforma o indivíduo num todo completamente visível, num objeto a ser documentado, num “caso” (descrito, mensurado, comparado a outros por meio de sua própria individualidade).

Nas instituições e na sociedade onde o espetáculo foi invertido e substituído pela vigilância, o Panóptico de Bentham se tornou a fórmula geral. Pequeno laboratório do comportamento e de experimentação de diversos remédios e pedagogias, instrumento de dissociação do par ver/ser visto - tornando invisível aquele que vê e cego aquele que é visto –, a arquitetura simples e leve permite a singular e perversa proeza de interiorizar em cada indivíduo o olho que o vigia, de modo a que mesmo quando se encontra sem ser visto, age como se estivesse sendo. Normatiza-se, se examina.

Por meio dos processos de desinstitucionalização da disciplina e de sua circulação em estado “livre”, da possibilidade de fabricar indivíduos úteis e, da estatização de mecanismos da disciplina por meio do poder policial; o Panóptico pode dar “ao espírito poder sobre o espírito” (FOUCAULT, 1975b/1987, p. 170), se infiltrando na sociedade e nas instituições de forma totalizante.

Trata-se, em suma, de uma passagem, no poder soberano, de um direito de causar a morte ou deixar viver, para um poder de causar a vida ou devolver à morte. No primeiro caso, a morte é o instrumento do poder. No segundo, é o seu limite. O poder monárquico aplicava-se sobre o direito do confisco: confisco de bens, das riquezas, da vida. O poder disciplinar, ao contrário, produz forças, as faz crescer e as ordena mais do que as barra ou as dobra. É um poder que investe sobre a vida, de cima a baixo, e que justifica genocídios não mais em nome do soberano, mas da sobrevivência de populações inteiras. “Ao vencedor, as batatas”. Em nome da vida, toda uma prática da eugenia sustentada por um saber sobre a espécie e o controle das populações. Biopoder, e que para ser, precisa ser contínuo. A vida entra na História, primeiro porque o investimento sobre o corpo vivo era indispensável para o capitalismo, e em seguida porque a morte finalmente parou de fustigar diretamente a vida.

Vê-se, de um lado, uma anátomo-política do corpo como máquina: “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1976/2001, p. 131). Em seguida, uma biopolítica da população, investida sobre a espécie e no corpo enquanto ser biológico: “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a

duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-lo variar” (FOUCAULT, 1976/2001, p. 131).

Um dos eixos centrais da correlação e da ação conjugada dessas duas matrizes, a anátomo-política do corpo e a biopolítica da população, é o dispositivo da sexualidade. Não mais a simbólica do sangue, como na soberania, mas uma analítica da sexualidade. O sexo é o acesso à vida do corpo e à vida da espécie. É o dispositivo onde se pode fazer valer a maximização do poder sobre a vida, escandi-la, adestra-la, controlar sua intensidade e sua distribuição. Neste eixo se encontram o desejo, o saber e o poder em constante ebulição. Em outras palavras, a sexualidade é a moeda forte, passível de ser estudada, medida, classificada e intensificada. Ao mesmo tempo, a sexualidade faz circular o desejo pelos campos do saber, fazendo movimentar os lugares, os sujeitos por relações desiguais e móveis.

3. DA SEXUALIDADE CONFESSANDA À CONTRA-CIÊNCIA

Como ficaria a sexualidade, em sua relação com um regime disciplinar de poder? Questão que nos é pertinente justamente pela importância dada a ela pela psicanálise. O que seria este eixo do dispositivo da sexualidade, e quais suas consequências dentro deste contexto?

De acordo com a Hipótese Repressiva apresentada e contestada por Foucault, o sexo se relacionaria com o poder por meio de uma relação de interdição. A exigência de um superinvestimento da mão-de-obra levaria a uma

estratégia global em que o sexo, assim como tudo que não é investimento no trabalho, estaria anulado. A transgressão – a única crítica possível – seria fazer falar o sexo. Liberá-lo de suas amarras, fazer trazer com ele a promessa de uma verdade. Para Foucault, viveríamos numa sociedade onde nunca falamos o bastante – falamos e falamos, e este nosso pudor arraigado parece perdurar, nos deixa numa eterna dívida em relação ao nosso sexo.

Ora, tanto a idéia da repressão quanto o discurso que pretende contestá-la proveriam, em verdade, do mesmo sistema de poder. E o poder não estaria ligado ao desejo somente por meio deste monótono ‘não’. O verdadeiro poder, sem dúvida que para ser tolerado precisaria apresentar-se dessa forma unidirecional. No entanto, de acordo com o autor, nunca se falou tanto acerca do próprio sexo quanto neste século XX. Vivemos numa sociedade na qual falar sobre o sexo é levado a sério. Interdição? Censura? Não: canalização múltipla dentro de circuitos determinados, controlados pela economia.

Há, portanto, algo que une as confissões do Marquês de Sade, o discurso silencioso do planejamento arquitetônico das escolas, a ortopedias discursivas, o controle das populações e os cuidados acerca da sexualidade infantil: é o imperativo de confessar exatamente aquilo que é difícil de fazê-lo, sob uma promessa de verdade ligada à da felicidade, nesse falar o sexo.

Em todo caso, além dos rituais probatórios, das cauções dadas pela autoridade da tradição, além dos testemunhos, e também dos procedimentos científicos de observação e de demonstração, a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade. Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes (...). Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-

na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta quando ela se esquia: gêmeos sinistros. Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente. (FOUCAULT, 1976/2001, p. 58-9)

A scientia sexualis passa a valer enquanto *ars erotica*. Aí se encontra a mudança de paradigma de um dispositivo baseado na aliança – nas relações matrimoniais, no direito à reprodução e no momento desta, no sangue e seu *status* - para um investimento nos corpos, nos prazeres, nas múltiplas sensações e desejos, conhecido como *dispositivo da sexualidade*. Se na crítica marxista o sexo foi silenciado, na perspectiva foucaultiana de poder o sexo foi investido sob múltiplas estratégias: na histerização do corpo da mulher; na pedagogização do sexo da criança; na socialização econômica, via incitações e freios, das condutas de procriação; na psiquiatrização do prazer perverso.

O dispositivo da sexualidade penetra nos corpos – os molda – de maneira detalhada e controlada. Os mecanismos de objetivação valem como instrumentos de sujeição, portanto. Criam almas.

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder (...). Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber,...". (FOUCAULT, 1975b/1987, p. 28)

O indivíduo é, portanto, essa realidade fabricada por certa tecnologia de poder, que se chama disciplina e confissão: *biopoder*.

Chegamos à questão que mais nos interessa: como compreender a psicanálise desse ponto de vista? A psicanálise é abordada de forma indireta por Foucault (BIRMAN, 2000) em sua relação com diversas problemáticas da atualidade. Segundo Foucault (1976/2001), a história do dispositivo da sexualidade vale como arqueologia da psicanálise, e se encontra numa posição privilegiada neste biopoder produtivo. Cumpre, neste dispositivo, diversos papéis.

Primeiramente, encarna forma mais direta da confissão, de modo a ser a realização máxima desse sistema que vemos surgir de todos os pontos locais da sociedade ocidental. Além disso, a psicanálise se posiciona num espaço de manobra entre o sistema de aliança e o da sexualidade, pois se utiliza da aliança – dos vínculos familiares, da lei do direito, da interdição - e encontra ali os fundamentos do dispositivo da sexualidade. Coloca-se, em terceiro lugar, como uma das únicas tecnologias que combatem a eugenia e a teoria da degenerescência, que se apóiam na ciência da hereditariedade. Podem valer como maximização da inversão da relação panóptica ver/ser visto – o psicanalista aproxima-se da cela onde se encerra o indivíduo, para que, além de ver, ele o escute. É essa escuta afinada, que discorre sobre o silêncio de um e o preenchimento pelo discurso do outro, que serviria como armadilha da total visibilidade da subjetividade. Por fim, a psicanálise intensificaria a individualização daqueles que diagnostica – individualidade colocada em discurso, registrada, comparada, normalizada, classificada, discutida.

Por outro lado, se a única crítica possível não se encerra na oposição dominador/dominado, o jogo de forças de que se fazem valer paciente e analista

podem ser muitos – e em constante mutação. Não se fala somente no que a psicanálise reprime, mas no que ela produz. Nesse sentido, ela não é forma da burguesia para melhor adaptar a mão-de-obra em sua realidade de oprimido. De modo algum, visto que foi a burguesia, a primeira classe a ir ao divã – a investir em sua própria sexualidade –, a proliferá-la: os primeiros analisados, segundo Foucault, podem ser representados pelas figuras da criança masturbadora e da mulher estéril. A psicanálise, enquanto técnica de saber/poder, instaura realidades – modos de objetivação e de subjetivação.

Mezan (1985) se posiciona em relação crítica a estas afirmações de Foucault. Afirma que o que este chama de “arqueologia da psicanálise” não é e não pode ser chamado nem de arqueologia, nem de psicanálise. Segundo ele mesmo em *Arqueologia do Saber* (1969a/2002), a arqueologia se baseia na *diferença* e na *descontinuidade*. É uma “análise diferencial das modalidades de discurso” (FOUCAULT apud MEZAN, 1985, p. 113). Consiste numa crítica da continuidade estabelecida pelas noções de autor, obra e disciplina. Ora, o que Foucault realiza, em sua arqueologia da psicanálise, é apontar a continuidade:

“...continuidade entre o dispositivo da carne e o da sexualidade – fundamentada na função comum que ambos desempenham como veículos das estratégias de poder e de saber – e continuidade entre as técnicas de confissão presentes num e noutro.” (MEZAN, 1985, p. 114)

Não é na ruptura, mas na continuidade que esta arqueologia é traçada. É certo, apesar disso, que podemos pensar a ruptura com aquela que se faz das antigas formas de pensar. A ruptura, neste sentido, pode advir da continuidade. O que Foucault faz é contornar as evidências familiares e questionar velhas certezas.

Mas, na sequência da crítica do autor, este recorre a três reduções realizadas por Foucault que descaracterizam inteiramente o que este chama de “psicanálise”. A primeira é a “da prática real e efetiva da psicanálise à forma vazia do “murmúrio sobre o divã”. Tendo abandonado o projeto arqueológico, Foucault se dispensa de examinar a “prática discursiva” da psicanálise no que ela tem de específico...” (MEZAN, 1985, p. 117). Afinal, o que se analisa na clínica é a transferência e o inconsciente, conceitos estes que Foucault deixa inteiramente de lado. Em segundo lugar, Foucault reduz a psicanálise à obra de Freud, e esta obra a uma teoria da sexualidade. “A sexualidade, em psicanálise, não se reduz à “qualidade dos prazeres” nem à “natureza das sensações”.” (MEZAN, 1985, p. 118) Não se trata somente do corpo, mas da dupla temporalidade, da fantasia inconsciente, do reprimido por excelência, do instrumento e veículo de subjetivação.

Por fim, a terceira redução, que reduz a psicanálise a uma técnica de confissão. Não há injunção para eliminar o recalque, como diz Foucault. A associação livre não visa a catarse ou a purgação, mas é um “instrumento para desfazer a coerência das imagens e das representações” (MEZAN, 1985, p. 119), e para tanto, a culpa da confissão é uma obstrução à fala, e não o motor desta fala.

É possível considerar que, em pelo menos dois momentos, externos à periodização que recortamos de sua obra, Foucault insere a psicanálise de forma inteiramente diversa. Uma delas é na sequência da História da Sexualidade, iniciada com “A vontade de Saber”, esta pretensa “arqueologia da psicanálise”.

Nesta retomada, oito anos depois da publicação da primeira parte, o autor precisou se dobrar ao fato de que o surgimento da expressão “sexualidade” – embora não seja apenas uma mudança de nomes – no século XIX, não marca a irrupção daquilo a que se refere. Durante séculos o homem ocidental foi levado a se reconhecer como sujeito do desejo. Analisando seu trabalho: trabalho de filósofo, utilizando-se de instrumentos do historiador, Foucault afirma que inicialmente, preocupou-se com as práticas discursivas que articulam o saber. Em seguida, com as “estratégias abertas e técnicas racionais que articulam os poderes”. Por fim – e no marco que inaugura a obra em questão – um trabalho que chama de “genealógico”, ou seja, o de

“analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído.” (FOUCAULT, 1984/1988, p. 11)

Em nenhum momento Foucault cita, nesta obra, a psicanálise. No entanto, as questões pertinentes à psicanálise estão presentes, como resultado de uma “lenta formação de uma hermenêutica de si” e do desejo, como técnica de si, prática que – assegurando as devidas proporções - ali não se originou, mas que remonta à Antiguidade. Já ali existe uma correlação entre a ação moral e as atividades sobre si: sobre o corpo, sobre o casamento, sobre os alimentos que se ingere, sobre como os homens podem ou não se portar. Há uma prescrição – nunca mandamentos – chamados de “artes da existência”, que visam a não submissão do sujeito em relação a suas paixões e uma soberania de si para consigo mesmo, com o projeto de fazer da vida uma obra com certas características estéticas e certas modalidades de estilo.

Pois bem: não poderia ser também da psicanálise que se fala aí quando Foucault afirma que esta “estética da existência” nunca se extinguiu de todo? Não teria redimido os cuidados sobre si e a hermenêutica do desejo freudiana quando abordou – não a confissão – mas o desejo e o bom uso dos prazeres, conciliando ao mesmo tempo o equilíbrio do recalque e a fruição das pulsões de modo o menos conflituoso possível?

O segundo momento: em *As palavras e as coisas*, Foucault (1966a) afirma que, juntamente com a etnologia, a psicanálise não é uma ciência, mas uma contra-ciência, justamente pela postura crítica que instaura ante às ciências. A psicanálise, por fundadora que é do inconsciente, situa-se no limite da representação, e é chamada por elas de mitologia, justamente por conta disso.

Todavia, essa relação da psicanálise com o que torna possível todo o saber em geral na ordem das ciências humanas tem ainda uma outra consequência. É que tal relação não pode desenrolar-se como puro conhecimento especulativo ou teoria geral do homem: não pode atravessar o campo inteiro da representação, tentar contornar as suas fronteiras, apontar para o mais fundamental, na forma de uma ciência empírica construída a partir de observações cuidadosas; tal abertura só pode ser feita no interior de uma prática onde não seja apenas o conhecimento que se tem do homem que esteja empenhado, mas o próprio homem – o homem com a Morte que atua no seu sofrimento, o Desejo que perdeu o seu objeto e a linguagem pela qual, através da qual se articula silenciosamente a sua Lei. Todo saber analítico está por consequência, invencivelmente ligado a uma prática, a esse estrangulamento da relação entre dois indivíduos, em que um escuta a linguagem do outro, libertando assim o seu desejo do objeto que perdeu (dando-lhe a entender que o perdeu) e libertando-o da vizinhança sempre repetida da morte (dando-lhe a entender que um dia ele há-de morrer). (FOUCAULT, 1966a, p. 488)

É enfim, neste momento, experiência fundamental de liberdade. Liberdade da linguagem para além da comunicação, da voz para além da consciência, da prática para além da ciência.

A forma que encontramos de analisar as estratégias polimorfas de poder que se desenrolam no *setting* analítico, procurando esta forma específica de poder no discurso freudiano, foi a análise da narrativa de um caso clínico por Freud – talvez o mais detalhado, onde ambos os lados jogam no e pelo discurso, em que se definem subjetividades e modos de aproximar-se de objetos. A análise do caso clínico visa a depreender que realidade – de coisas e de almas – se instaura no espaço do discurso da psicanálise. Temos consciência de que este olhar não é totalizador: pode-se fazer sem dúvida uma história instigante dos casos clínicos ao longo de pouco mais de um século desta ciência. Contentamo-nos com o momento de sua fundação, pois dali se pode pensar em suas derivações possíveis.

Tendo sido possível o esclarecimento e a riqueza do conceito de poder em sua imanência com o saber; tendo esmiuçado os sistemas de poder soberano e disciplinar, com tecnologias próprias de execução, modalidades singulares de apropriação; tendo enfim, situado a psicanálise dentro destes dispositivos e questionado sua função, seu sentido e seus efeitos dentro da estratégia de pensamento que será aqui seguida – passemos agora para o enfoque sobre o saber. Ou ainda, os modos de repensar este saber a partir desta noção de poder, ou os modos de repensar o discurso tendo em conta sua condição de imanente ao poder.

II

O CURSO MATERIAL, CASUAL E DESCONTÍNUO DO DISCURSO

“O exemplo é a própria coisa.”

- Sigmund Freud -

1. INTRODUÇÃO AO DISCURSO NA PRAGMÁTICA FRANCESA

Antes que passemos para um exame do texto psicanalítico, e tendo em vista que fazemos uso da estratégia de pensamento de Foucault para fomentarmos nossa análise, falta ainda realizar uma sucinta apresentação sobre a acepção que utilizaremos de discurso. Quando dizemos que iremos analisar, por meio de uma estratégia de pensamento, parte específica do discurso freudiano, de que forma de olhar estamos nos utilizando para realizar certas depreensões?

Se lutar com palavras é a luta mais vã, como diz o poeta, o que justifica nossa obstinação é o fato de que se trata da única luta possível. E mesmo onde é o sangue que se derrama, é em nome das palavras, encarnadas nas pessoas e constituintes destas, que esse sangue é derramado.

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1971/2000, p. 10)

Esta noção de discurso, portanto, se afasta da idéia de que se trata apenas de uma ferramenta de comunicação. Por outro lado, também não é uma representação espelho da realidade na qual estamos imersos. Falar, deste ponto de vista, também não é expressão do pensamento. O discurso, antes de tudo, não é objeto: é abordagem.

Do discurso não se detém na procura de *revelações* que ele possa trazer não se sabe de onde, mas de seu *relevo*, ou de sua superfície. Aqui, a análise da superfície do discurso se opõe à superficialidade. Para evitar que a análise da obra redunde em análise do olhar do leitor, a geografia do dito e do dizer, como veremos, toma o discurso na densidade de suas sedimentações, e não em sua intencionalidade: não o que o autor quis dizer quando disse o que disse, mas a multiplicidade daquilo que de fato disse.²

É preciso restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento. E para isso é preciso, para pensar a imanência de um “lugar social” em uma organização textual, que se supere a falsa dicotomia estruturalista entre o significante e o significado, entre o sistema universal da *langue* e o uso acidental da *parole*. O discurso-abordagem enquanto acontecimento é a realização desta inseparabilidade. Prossigamos com Foucault (1971/2000, p. 58):

Se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos

² Este parágrafo foi elaborado a partir de ensaio não publicado (Lima, T. N., *Sobre a interpretação: ensaio acerca da revelação e da relevância*, 2002).

que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporeal.

Lado a lado a esta direção paradoxal, insere-se a noção de discurso enquanto casual (e não mais causal) e descontínua (e não mais progressiva). A análise não deverá se debruçar somente sobre aquilo que é idêntico ao próprio texto, mas também sobre aquilo que lhe é estranho. Procurar a ruptura constitutiva daquela formação naturalizante das figuras da obra e do autor enquanto unidades indiscutíveis, coerências teorizantes. A análise irá procurar colocar em suspenso a massa de textos que precedem e se seguem ao recorte realizado.

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. (FOUCAULT, 1969a/2002, p. 24)

Trata-se, fazendo uso do estudo das leituras possíveis de Figueiredo (1999), da diferença fundamental entre as leituras sistemáticas – que visam à caça de “teses” dos textos – e aquela conhecida como desconstrutiva, que não leva esse nome porque desconstrói algo fechado, mas porque destaca os alicerces da desconstrutividade dos próprios textos. Esta leitura procura, ao invés da unidade, os elementos heterogêneos. Supera assim a noção de intencionalidade, explorando entre as condições de possibilidade de realização de determinado discurso suas condições de impossibilidade, naquilo que o texto traz de lacunar e estranho a ele mesmo.

Esta noção do discurso enquanto materialidade incorpórea, acompanhada da noção do acaso e da descontinuidade discursiva, pode ser

considerada como fazendo parte de uma determinada lingüística intitulada pragmática européia³, que segundo o lingüista Dominique Maingueneau, é uma unidade heterogênea, em que diversas abordagens do discurso se assemelham por um mesmo “ar de família”, uma coexistência inconstante de determinadas características comuns.⁴

Baseia-se numa concepção da comunicação que associa elementos teóricos de várias procedências: a lógica de C. Peirce e C. Morris, a filosofia do segundo Wittgenstein, a reflexão de J. Austin sobre os atos de linguagem, a antropologia de G. Bateson e, mais amplamente, da “escola de Palo Alto”, os trabalhos dos lingüistas sobre a enunciação (em particular R. Jakobson e E. Benveniste), as pesquisas sobre a argumentação (por exemplo, a “nova retórica” de C. Perelman ou na França as teorias de O. Ducrot), etc. Mais do que uma doutrina, a pragmática é, de fato, uma certa maneira de abordar a comunicação, verbal ou não-verbal, através de algumas idéias básicas: a primazia da interação, o discurso como atividade, a reflexividade da enunciação, a inscrição dos enunciados em gêneros de discurso, a inseparabilidade do texto e do contexto... Cada corrente pragmática enfatiza este ou aquele aspecto.(MAINGUENEAU, 1995, p. 17-8)

O que é que podemos depreender em comum com Foucault destas linhas da pragmática francesa, que nos ajude a compreender a materialidade do discurso, e seu caráter de acontecimento?

Inicialmente, que a linguagem é uma forma de ação. No discurso existem duas dimensões possíveis: uma a do enunciado enunciado, da ordem do ‘dito’, e outra da enunciação enunciada, da ordem do ‘dizer’, e inserido neste dizer, o fato de que ao dizer, se está afirmando tanto o que foi dito como o próprio fato

³ Foucault parece sempre dialogar, em seus textos, com polemizadores desta asserção. Parece haver quem a conteste em prol da afirmação de uma pertinência ao estruturalismo. Se é certo que o autor notadamente (embora nunca tenha citado as estruturas) o seja até o seu *As Palavras e as Coisas*, de 1966, não é menos verdade que ele mesmo acuse um rompimento a partir de suas obras de 1969 em diante: “Em todo caso, uma coisa ao menos deve ser sublinhada: a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo de rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante. E agora, os que têm lacunas de vocabulário que digam – se isso lhes soar melhor – que isto é estruturalismo.” (FOUCAULT, 1971/2000, p. 70)

de dizer. Em seguida, é possível depreender a interatividade como constitutiva do fenômeno discursivo. A enunciação é uma atividade fundamentalmente cooperativa, uma ação entre dois parceiros, visto que o co-enunciador (ou enunciatário, em oposição ao enunciador), o 'tu', explícito ou pressuposto, é sempre um 'eu' em potencial. Em terceiro lugar, da dimensão jurídica da fala: o discurso é a realização do direito de se proferir o discurso, para quem é proferido e da forma como o é. E enfim, que existe uma subversão da oposição entre texto e contexto; que o texto não está somente inserido no contexto, mas está sempre construindo esse contexto. "O contexto é uma realidade dinâmica." (MAINGUENEAU, *apud* GUIRADO, 2000, p. 30) O contexto, segundo Vernant e Naquet (1977, p. 19) está "não tanto justaposto ao texto quanto subjacente a ele".

Trata-se

...de um contexto mental, de um universo humano de significações que é, conseqüentemente, homólogo ao próprio texto ao qual o referimos: conjunto de instrumentos verbais e intelectuais, categorias de pensamentos, tipos de raciocínios, sistemas de representações, de crenças, de valores, forma de sensibilidade, modalidade de ação e do agente. (VERNANT; NAQUET, 1977, p. 18)

A suspensão da soberania do significante estaria aí, atrelada à inseparabilidade deste do significado, do contexto e seu poder enquanto texto, à (oni)presença do co-enunciador, ao discurso como parte material da realidade e transformadora de toda ela.

⁴ Para a realização de uma breve aproximação da pragmática, utilizamo-nos das aulas realizadas no Instituto de Psicologia da USP, transcritas na obra de Guirado, M. – *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau* (2000).

2. HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS

A seguir, existe outro elemento desta estratégia de pensamento que fundamenta nossa análise. O de que “o discurso é sempre uma maneira de construir uma relação com outros discursos”. (MAINGUENEAU *apud* GUIRADO, 2000, p. 47) Há como marca do discurso uma polifonia fundante, que pode ser dividida em duas: uma *heterogeneidade constitutiva*, ou uma identidade do outro com o eu expressa na afirmação do outro enquanto eu, e que não deixa traços ou *marcas explícitas no texto*; por outro lado, uma *heterogeneidade mostrada*, apresentada por uma não identidade do eu com o outro, na qual se encontram sinais explícitos e traços de presença de um ou mais discursos.

Falar é sempre determinar a fronteira entre o que eu assumo como interior e o que considero como exterior a meu universo. (...) Falamos sempre ameaçados pelo outro. E por causa dessa ameaça potencial estamos sempre procurando ajustar o discurso. (MAINGUENEAU *apud* GUIRADO, 2000, p. 58-9)

Enquanto a heterogeneidade constitutiva nos conduz a uma análise mais especulativa, no sentido da determinação das condições de possibilidade de formação do discurso em questão, a heterogeneidade mostrada pode ser reconhecida facilmente no próprio discurso, assumindo muitas modalidades: o discurso relatado (direto, indireto, indireto livre), o provérbio, a citação de autoridade, a ironia, a imitação paródica e subversiva, a captação, a negação, a pressuposição ou a modalização autonímica (ou a não coincidência no dizer).

Esta polifonia, ou uma negociação entre diversas vozes que falam por intermédio da voz do discurso, nos remete a uma espessura de sua materialidade. Ao enunciar um enunciado, está-se sedimentando uma série de camadas do que já foi dito – diversas camadas de sentido, de modo que a análise de um parágrafo isolado ou de um parágrafo inserido em seu contexto textual revela uma diferença fundamental, visto que o parágrafo pressupõe os anteriores e antecede os seguintes, sedimentando postos, construindo futuros pressupostos.

3. O GÊNERO DE DISCURSO: CENA ENGLOBANTE, CENA GENÉRICA, CENOGRRAFIA

É deste modo que chegamos ao terceiro tema pertinente ao discurso e a sua análise. Inicialmente, o discurso enquanto um acontecimento ou materialidade incorpórea. Em seguida, a heterogeneidade discursiva. Neste momento, surge a pertinência do gênero discursivo. Um gênero discursivo é um dispositivo social de produção e de recepção de discurso. É a intersecção entre um fenômeno social e uma organização verbal. É instituição, ou macro ato da fala. É o quadro que permite a apreensão de cada enunciado que dele faz parte. No dizer de Bakhtin (*apud* MAINGUENEAU, 1995, p. 65),

Aprendemos a moldar nossa palavra nas formas do gênero, e ouvindo a palavra de outro, sabemos de imediato, desde as primeiras palavras, pressentir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional dada, prever seu final, em outras palavras, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo (...) Se os gêneros do discurso não existissem, se não o dominássemos, se precisássemos criá-los pela primeira vez no processo da palavra, precisássemos construir cada um de nossos enunciados, o intercâmbio verbal seria impossível.

Assemelha-se por um lado a um jogo interativo com suas regras de cooperação necessárias para que haja vencedores e perdedores; por outro, com o teatro, com sua distribuição de papéis específicos. É ainda visto sob a forma de um contrato, com seus acordos, negociações, na violência de sua dimensão jurídica entre jogos de forças. Outra metáfora que nos ajuda a compreender o gênero discursivo é o ritual, com sua rotina, sua previsibilidade que permite a interação. Um gênero discursivo exemplar, na sua complexidade, é a própria psicanálise.⁵

Ao levar em conta a especificidade do tipo de texto que estamos estudando, deve-se considerar que a obra freudiana não inaugura somente uma disciplina, um conteúdo de conceitos, uma teoria sempre mais complexa, mais aberta, mais coerente, mas inaugura sobretudo uma discursividade ou um gênero de discurso particular. De acordo com Foucault, trata-se da produção da possibilidade e das regras de formação de outros textos. É a possibilidade infinita de produção de textos, a abertura não só para um certo número de analogias, mas para um número enorme de diferenças. De certa forma, Freud possibilita a produção incessante de textos que ao mesmo tempo são diferentes dos dele mas que dele se constituem.

⁵ Nas obras de Noemi Moritz Kon (1996, 2002, 2003), pode-se observar como a autora procura inserir o discurso freudiano num outro gênero discursivo, diverso do que estamos habituados. Por ser uma disciplina muito nova, entre a ciência e a arte, Kon coteja as descrições e histórias de casos clínicos freudianos a obras inscritas no gênero discursivo literário, como Machado de Assis, Poe, Stevenson, etc. Neste outro quadro, ou macro ato da fala, acentua-se o estatuto ficcional da criação freudiana na sua produção de uma *nova teoria da alma humana*. “Pensar a psicanálise na relação que ela guarda com a arte e com a experiência estética – aqui, com a literatura – é sem dúvida diferente de compreendê-la do interior do conhecimento científico; tal escolha delimita um campo e um olhar e permite investigar, desenvolver e alcançar aspectos específicos do horizonte psicanalítico. Adotar esse ‘parti pris’, essa linhagem, significa salientar a vertente criadora de realidades, ou seja, a força ficcional presente na reflexão e na prática psicanalíticas. É também alargar as amarras restritivas com as quais nos defronta o pensamento psicanalítico, quando ele supõe detentor de uma chave mestra capaz de decifrar aquilo que julga, de antemão, como sendo o enigma do homem.” (KON, 1996, p. 320)

Quando Freud inventou a Psicanálise não inventou somente as teorias da psique, mas inventou um dispositivo terapêutico, um certo gênero de discurso, a sessão analítica, que é uma certa maneira de colocar os falantes em relação: um terapeuta e um paciente. (MAINGUENEAU apud GUIRADO, 2000, p. 93)

Há, tanto nos estudos foucaultianos quanto nas teorias pragmáticas, uma certa “promiscuidade” de gêneros discursivos. Tanto a literatura quanto o discurso teológico e o científico são, queremos dizer, tomados a partir de um mesmo plano de análise. Isso se dá porque o enfoque em ambos é o poder nas suas delimitações e possibilidades que o discurso faz movimentar. Os *valores* euforizados (valorizados positivamente) ou disforizados (valorizados negativamente) pelo fiador do texto podem ser depreendidos de textos de qualquer gênero discursivo, sejam estes figurativizados ou tematizados, sejam histórias ou teorias, narrativas ou aforismos. Queremos dizer que, até no texto aparentemente mais impessoal, a pessoa está presente. Até mesmo ali onde o sujeito está oculto, existe uma voz que pode ser depreendida. Voz esta que se posiciona em relação a outras vozes, explicitamente ou implicitamente apresentadas.

Todo gênero discursivo pode ser dividido em três níveis de análise. Um deles, a cena englobante ou o nível tipológico, seria no caso em questão a própria psicanálise. Identificamos determinado texto, ou determinado diálogo como sendo inseridos dentro de uma cena englobante. O exemplo utilizado por Maingueneau para explicitar esta noção é o de um discurso em palanque tentando convencer os chamados cidadãos a votarem em determinado candidato, que se enquadraria na cena englobante intitulada “política”.

Em seguida, o nível da cena genérica é aquele que distribui papéis “dêiticos”⁶ que podem ser preenchidos por diferentes pessoas, pois se trata da constituição de papéis genéricos ou co-enunciadores modelos, como o paciente e o analista no caso da psicanálise, ou como o eleitor e o candidato no caso da política.

E há, por fim, o nível da cenografia, que analisa os tipos de relações que determinado gênero discursivo irá construir. A cenografia mantém uma relação complexa com os outros dois níveis, pois reafirma o quadro geral, e ao mesmo tempo o transforma a partir de seu interior. A cenografia define tanto as condições do enunciador e do co-enunciador quanto o espaço (topografia) e o tempo (cronografia) a partir dos quais se desenrola a enunciação. O texto enunciado justifica e valida determinada cenografia, mesmo que esta não seja idêntica aos cenários explicitamente apresentados. Ela indica de forma oblíqua como a obra define sua relação com a sociedade.

Assim se dá, como um exemplo passageiro, que já no primeiro parágrafo do Caso Katharina, a figura de um jovem médico sobrepujando a natureza figurativizada por uma montanha, e em seu ápice sendo questionada por uma voz jovem e feminina, configura uma determinada maneira de afirmar euforicamente a figura da medicina enquanto desbravadora. A paciente, por sua vez, encarna os valores da simplicidade, da juventude, de uma fusão com o mundo natural e impulsivo de onde vem. Ao contrário da situação na cidade vienense, a voz que o surpreende de trás é a da paciente. O médico adentra esse

⁶ Afirmar determinado termo como um dêitico é afirmar que ele só se realiza em seu retorno à enunciação. Enquanto enunciado, por exemplo, as expressões “eu”, “aqui”, “agora”, são expressões vazias, sendo preenchidas no momento de sua enunciação.

mundo – ao mesmo tempo interior e exterior – da civilização para a natureza, ao mesmo tempo belo e surpreendente, erótico e assustador. Dão-se as primeiras coordenadas para a instituição de relações possíveis entre paciente e analista – uma cenografia, enfim.

Nas férias de 189... fiz uma excursão aos Houe Tauern como que para esquecer por algum tempo a medicina e, em particular, a neurose. Quase havia conseguido, quando certo dia me desviei da rota principal para ascender um monte distante, famoso pela paisagem que oferecia e pelo refúgio de bom atendimento que tinha. Cheguei, pois, ao topo, após dura ascensão e, já recuperado e descansado, fiquei absorto na contemplação das terras vizinhas, tão esquecido de mim que quase não acreditei ser comigo quando escutei: “O senhor é um doutor?” (FREUD, 1895/2001, p. 141)⁷

Longe estamos de outro texto clínico, o Caso Dora, no qual o enunciador abre a cena se defendendo e procurando legitimar seu modo de dizer de forma explícita. Se não revelar muito de seus atendimentos, o caso nunca poderá servir como referencial demonstrativo. Por outro, se o fizer, poderá ser acusado de expor em demasia a pessoa do paciente atendido. A cenografia produzida dispõe nesse caso de toda uma heteronomia da sociedade médica vienense.

“Não deixarão de me reprovar. Se antes fui criticado por não comunicar nada acerca de meus enfermos, agora me será dito que comunico acerca deles aquilo que não deve ser comunicado.” (FREUD, 1905/2001, p. 7-13)

Se uma cena descreve o encontro no isolamento, na outra a discussão polêmica intervém naquela intersecção entre o privado e o público, que é a escrita. Se no primeiro os traços da enunciação são apagados, produzindo um efeito de sentido de objetividade na narração, no segundo o efeito conseguido é o de

⁷ Tal excerto e os seguintes, na análise, são traduções minhas da obra traduzida diretamente para o castelhano, das edições Amorrortu, de Buenos Aires (edição de 2001).

subjetividade que se degladia e procura um espaço entre outras subjetividades antagônicas. São diferentes estratégias discursivas para conformar o enunciatório aos objetos de *valores* afirmados pelo enunciator.

Ou ainda, no exemplo afirmado por Maingueneau:

Retomo o exemplo político do candidato que aparece na televisão no meio do campo, com vacas, com bonés, etc. O que vemos nessa propaganda não é somente um candidato, o homem político; o que vemos também é um homem do campo. Está-se procurando instituir uma relação entre homem do campo e homem do campo. O ouvinte, o público, está constituído como homem do campo, também. E o lugar é o campo; e o tempo é um dia de verão, de outono, no interior de São Paulo. Essa cenografia, essa construção por intermédio do discurso, é fundamental, porque cada vez que entramos num gênero de discurso, na realidade, estamos, também, construindo a relação na qual estamos implicados. (MAINGUENEAU apud GUIRADO, 2000, p. 98)

A cenografia é enfoque privilegiado para se realizar uma leitura que identifique as diferenças, as mutações e os estranhamentos lacunares de um texto. Pois as relações entre as muitas vozes de um texto, por serem relações de poder, são sempre dinâmicas e desiguais.

Desse modo, o discurso clínico freudiano não só estabelece uma cena genérica e uma cena englobante, como ocorre em alguns gêneros de discurso, mas legitima também uma cenografia, ou a forma como o analista e o paciente se relacionam.

Trata-se da apreensão da criação de modos de presença no mundo e modos como estas presenças se relacionam com outras presenças. Acreditamos que o modo como o analista se dirige ao paciente, e como este se dirige ao analista – como funciona o diálogo, as refutações, as conclusões que um tira dos ditos do outro - num discurso clínico fundador de um gênero discursivo não é de modo algum irrelevante.

No primeiro capítulo, revisamos a concepção de poder que fomentará nossa análise e a inserção da psicanálise como prática de poder. No segundo, o modo de abordar este discurso vivo, polifônico, composto de heterogeneidades constitutivas e mostradas. Discurso circunscrito e instituinte de “gêneros discursivos”, sendo cada gênero um conjunto de regularidades, preceitos e transgressões determinadas. Pudemos reconhecer também o modo como os valores poderão ser construídos pelo texto e destrinchados pela análise. No próximo capítulo, iremos nos concentrar em um gênero de discurso específico, que é o caso clínico. Mais especificamente, a narrativa do caso clínico freudiano.

III

CASO EM PSICANÁLISE: GÊNERO LITERÁRIO

A narrativa, de acordo com uma revisão não exaustiva realizada para esta dissertação, é um tema instigante para os psicanalistas brasileiros nestas últimas décadas. De acordo com Davi Arrigucci Jr. (1998), não instiga apenas os psicanalistas, mas todos aqueles que se dedicam a contar histórias, escrevê-las e analisá-las. “Como narrar? Essa questão do como narrar leva, por sua vez, ao problema da possibilidade da narrativa. Será possível narrar? Essa pergunta atravessou toda a narrativa literária do século XX, desde o final do século passado [XIX].” (p. 10-11)

Grande parte dos artigos sobre a narrativa estudados nesta dissertação, e que foram escritos por psicanalistas brasileiros remete, ao falar sobre o tema, ao ensaio escrito por Walter Benjamin, intitulado *O Narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow*⁸, obra escrita na primeira metade do século XX, e que abre suas palavras com uma sentença impactante: a da impossibilidade da narração em nossa cultura.

... a arte de narrar caminha para o fim. Torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar alguma coisa direito. É cada vez mais freqüente espalhar-se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se uma faculdade, que nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas seguras, nos fosse retirada. Ou seja: a de trocar experiências. (BENJAMIN, 1983, p. 57)

⁸ Os artigos de Mônica do Amaral (2001, 2002), Mara Caffé (1994), Camila Pedral Sampaio (2002), Sonia Curvo de Azambuja (2002) e Luci Helena Baraldo Mansur (2002) são apenas alguns dos que se utilizam da incontornável obra de Benjamin para pensar a narrativa da clínica psicanalítica.

Quando retornaram os prisioneiros dos campos de concentração, na Segunda Grande Guerra, retornaram mudos. Não conseguiam narrar o que lhes havia acontecido, e quando a enorme quantidade de livros começou a circular, anos depois, tratavam de tudo, menos da arte oral da narrativa. A guerra de posições, a inflação, a batalha pelo material bélico e os detentores de poder desmentiram a narrativa através de suas experiências estratégicas, econômicas, físicas e morais, tornando o ser humano minúsculo e frágil.

Encarnada nas figuras do marinheiro mercante – aquele que narra seus percalços atuais – e do lavrador sedentário – aquele que guarda as tradições de sua própria terra – a narrativa tem como fonte a experiência que anda de boca em boca. Alcançou o seu apogeu emblemático na figura das oficinas de artesãos da Idade Média, onde mestres sedentários e aprendizes volantes trocavam suas experiências enquanto moldavam suas manufaturas. Suas histórias, retidas na memória como as mãos do oleiro são impressas no barro, constituem-se pelo trabalho conjunto dos olhos, da mão e da alma, referidas a um mesmo contexto. (BENJAMIN, 1983, p. 74)

Parte do valor atribuído à narrativa se dá pela sua capacidade em oferecer conselhos, que são menos uma resposta a uma pergunta do que uma forma possível de dar continuidade a uma determinada história. Trata-se de uma forma artesanal de comunicação, onde a troca de experiências e a retenção na memória daquele que escuta e naquele que narra deve-se à capacidade de esquecer-se de si durante o ato de narrar e de escutar, e de abstrair, ao narrar, a análise psicológica.

Este processo de assimilação, que se desenrola em camadas profundas, precisa de um estado de descontração cada vez mais raro. Se o sono é o ponto culminante do relaxamento físico, então o tédio o é da distensão espiritual. O tédio é o pássaro onírico que choca o ovo da experiência. O rumor na floresta de folhas afugenta-o. Seus ninhos – as atividades intimamente ligadas ao fastio – já morreram nas cidades, mas também no campo estão em ruínas. Perde-se com isso o dom de escutar e desaparece a comunidade dos que escutam. (BENJAMIN, 1983, p. 62).

Esta possibilidade de aquisição de sabedoria perdeu-se em um tempo onde não se “trabalha mais naquilo que não pode ser abreviado” (BENJAMIN, 1983, p. 63), e marca importante de seu declínio é o advento do romance e da imprensa. A primeira isola e confina aquele que conta a história, história esta que não se dá pelo tecido de muitas vidas e de muitos relatos, mas do sentido depreendido de uma única história, de um único herói, de uma única vida. A segunda, caracterizada pela informação, é escasso de experiências ao tentar transmitir o puro “em si” da coisa, impregnada de explicações fechadas.

O ato de narrar a doença ao médico e as histórias que uma mãe narra a seu filho adoentado, nos diz Benjamin em outro artigo, já constitui a primeira parte do processo de cura. A dor emudece, e a narração tem o mérito de dissolver os diques que ela erigiu. Toda doença seria curável se esta se deixasse levar pela correnteza da narração até a foz. Tais quais palavras mágicas, criariam o clima mais apropriado para a cura. (BENJAMIN, 2002, p. 115-116)

É neste sentido que alguns autores fazem a equiparação da clínica psicanalítica com o ambiente próprio da narrativa descrito pelo frankfurtiano. O trabalho de análise consistiria nesta reapropriação da faculdade de narrar, enfatizando seu caráter oral e a troca de experiências em um mundo desolado de

sujeitos agonizantes de contemporaneidade. (Amaral, 2001, p. 37) Para Caffé, o que Benjamin descreve como um conselho poderia ser análogo à interpretação, e a capacidade de esquecer-se de si enquanto se escuta a história faz paralelo com a atenção flutuante empreendida pelo analista. Em ambos os contextos, uma história puxa a outra, como nos contos da “Mil e Uma Noites”, e as histórias contadas criam uma verdade cuja objetividade se dá pelo encontro das subjetividades.

Assim, ninguém é autor único da própria história. Ela é uma construção que se dá em relações e pelas relações com outros; produto que é de um sujeito que se *deseja* contar de certa maneira e do qual *desejam* que seja contado de certa maneira. (CAFFÉ, 1994, p. 25)

Esta forma artesanal de comunicação, onde a história é reconstruída por aqueles que a narram e aqueles que a escutam e a retêm na memória, não seria, no entanto, renascida completamente no contexto psicanalítico. O que Benjamin faz em seu artigo é explicitar não só as condições da narrativa, mas esboçar uma mudança de regime comunicativo. Amaral ressalta a fragilidade desta resistência ao silêncio empreendida pela psicanálise. Para a autora, a construção de um saber fazer em psicanálise consiste numa transmissão de sabedoria e conselhos entre mestres e aprendizes, e a formação consistiria neste acúmulo de experiência vivida e narrada.

“... como ficam a transmissão e a própria atividade do analista, se a subjetivação está passando cada vez mais por uma opacificação da experiência e por uma agonia da sabedoria que acompanham o declínio da arte de narrar?” (AMARAL, 2001, p. 39)

O encaminhamento a esta discussão poderia ser dividido nas seguintes questões: se a narrativa é possível na prática clínica, como se esboçaria a narrativa do caso clínico? Qual seria a morfologia de um caso clínico, se nas palavras de Modesto Carone, trata-se de um gênero literário singular, criado por Freud (MINERBO; MANDELBAUM, 2002, p. 165); e ainda, como seria o encontro da escrita com a oralidade na experiência narrativa? E quais seriam as características da narrativa clínica freudiana?

A primeira questão refere-se então à morfologia do caso em psicanálise. Fédida, em artigo cujo título é literalmente a oração escrita na frase anterior, afirma que “o próprio do caso em sua enunciação morfológica seria engendrar outros casos e levar, assim, o leitor ou o ouvinte a uma curiosidade crescente que, no entanto, não se dispersa.” (FÉDIDA, 2002, p. 50)

De acordo com o autor, que se debruça em colocar questões abertas acerca do tema, reprova-se, da parte da psiquiatria ou da psicologia dita científica, a incapacidade de verificar e de demonstrar as afirmações descritas em um caso. Critica-se também o caráter “confidencial”, a “forma literária alusiva” e o “esoterismo” que ali muitas vezes se encontra. Pensando no que consistiria um caso em psicanálise, e de que forma poderia se dizer que este fracassaria, Fédida relata a experiência de uma apresentação em Washington, onde ele se abstrai de abusar de interpretações dos casos, restringindo-se a que suas apresentações tenham sido analíticas enquanto constituíam-se “em troca produzida com outros analistas” (FÉDIDA, 2002, p. 52). “Tornando-se “psicanalíticos”, afirma, “os casos se emanciparam de sua representação psicopatológica.”

O caso possuiria familiaridade com o sonho, por seu caráter íntimo e secreto, e ao mesmo tempo com o chiste, que põe em circularidade ao menos três protagonistas: a pessoa que narra, aquela para quem ela narra, e aquela que é personagem da narrativa. Esta “intimidade coletiva” poderia ser escrita como uma novela, embora isto não garantiria a eficácia do caso, mas um investimento nos efeitos de identificação e desidentificação. Ao mesmo tempo, não é também a vinheta clínica o que garantiria a clinalidade do escrito. Não seria a história íntima do paciente que comporia o caso, e tampouco a história da doença. Para o psicanalista,

Se devesse hoje prosseguir nesta via de reflexão, eu me ateria particularmente a compreender a *produção do caso* como uma “operação” bem-sucedida – ou fracassada – de uma fala, escritura cuja morfologia comporta vários tempos “genéticos” na qual *o outro* é um interlocutor com figuras implicadas. Uma tal implicação – e imbricação – das figuras do outro não segue a via linear (analizando-analista, analista-supervisor, analista-comunidade dos analistas) e os tempos “genéticos” da morfologia do caso tampouco obedeceriam a uma progressão do passado ao futuro. (FEDIDA, 2002, p. 53)

Parece menos difícil definir o gênero literário “caso clínico” pelas suas fronteiras e parentescos. Em suma, do mesmo modo, Dana Rudelic-Fernandez (2002) define quatro modalidades aparentadas ao gênero “caso em psicanálise” pelas suas fronteiras “movediças”. Entre a ciência e a retórica, entre a “história” e a “narrativa”, a dificuldade em definir a narração de um tratamento psicanalítico oculta “divergências profundas quanto ao ‘modelo epistemológico’” (RUDELIC-FERNANDEZ, 2002, p. 57) nela implicada.

O primeiro modelo, intitulado de modelo científico, seria aquele passível de ser reproduzível e verificável. Aproxima-se de uma descrição com pretensões totalizantes. De caráter impessoal, o texto não apresentaria diálogos, e a questão

relativa à narrativa nele estaria esvaziada. As origens do saber precisariam estar apagadas, e a linguagem precisaria comportar-se como algo transparente. Segundo a autora, Freud flertava com este modelo, desviando o olhar para a escuta, e considerando esta tão objetiva quanto a outra. Este modelo retiraria da história do caso clínico tudo aquilo que dá sua especificidade: a “afirmação e reapropriação por seu autor, por intermédio da história, de seu lugar enunciativo como aquele que narra e aquele que é narrado.” (RUDELIC-FERNANDEZ, 2002, p. 60)

O segundo limite da narrativa do tratamento psicanalítico seria o modelo histórico. Neste, não há tempo *après coup*; preocupa-se em relatar (em oposição ao narrar) os acontecimentos em uma seqüência sincrônica, atemporal e impessoal. Realiza um preenchimento de lacunas, é coerente e teleológica, e sua metáfora mais exata seria a arqueologia. Encontraria sua forma mais plena na cura catártica, onde a saída satisfatória da análise se daria somente com a reconstrução da verdade factual, reprimida pelo paciente. De acordo com uma citação de Lyotard, “o relato arma uma cena sem sala; o discurso exterioriza toda a cena: há apenas a sala, e o presente dos interlocutores” (LYOTARD APUD RUDELIC-FERNANDEZ, 2002, p. 62). “Uma história do doente sem lacunas e acabada”, prossegue, “é aquela cujo ator principal seria excluído.” (ASSOUN, APUD RUDELIC FERNANDEZ, 2002, p. 62)

O terceiro, o modelo literário, apoia-se na premissa de que “a imagem da realidade é amplamente determinada pelas características emprestadas à realidade.” (RUDELIC-FERNANDEZ, 2002, p. 62). O próprio Freud afirma que seus casos clínicos se pareciam mais com literatura, e que poderiam ser lidos

como romances. Segundo Fernandez, poderíamos identificar casos-romances, casos-novelas e casos-contos; trata-se sobretudo de uma obra de linguagem. De acordo com este modelo, o simples fato de narrar já é gerador de ficção, exercício retórico buscando a sedução e o convencimento.

Já o modelo hermenêutico ancora-se no pressuposto de que não há uma única história que possa ser chamada de verdadeira, mas uma variedade de histórias possíveis. A hermenêutica desconstrói e critica, sempre de modo circunstanciado, descontínuo e pontual, pois trata-se de uma “redescritção” ou uma “re-narração da ação” (RUDELIC-FERNANDEZ, 2002, p. 63)

A composição polifônica destes limites move-diços: científico, histórico, literário e hermenêutico, daria à luz o caso clínico. O texto clínico abriria então caminho para o encontro do sujeito com o trabalho do inconsciente, com a linguagem do desejo e com a tolerância à incompletude. Prosseguindo com o texto.

Uma história de caso não se realiza sem lembrar o “diálogo platônico” que Nietzsche descreveu como “nascido da mistura de todos os estilos, de todas as formas, (e que) se situa entre a narrativa, a poesia lírica e o drama, entre a prosa e a poesia.” (RUDELIC-FERNANDEZ, 2002, p. 65-66)

Pode-se pensar no caso como aquele que se dedica a desafiar o saber. São os “restos inanalizados”, ou “restos diurnos” que a teoria ainda não pode abarcar. Sua matéria prima não seria portanto, o conhecimento, mas aquilo que “resiste ao saber” (RUDELIC-FERNANDEZ, 2002, p. 67)

Há ainda outras perspectivas que procuram circunscrever o gênero em questão - como é o caso de Minerbo e Mandelbaum, em que psicanalítico seria o

texto que tivesse como pressupostos o inconsciente e a transferência, por mais que cada escola aborde estes conceitos de modos diversos – e um estudo das diferentes visões deste problema nos renderia por si só uma dissertação. Assim como é vasta a bibliografia sobre o tema, são muitos os estudos que se dedicaram a estudar o modo de escrever de Freud, tido não poucas vezes como uma forma brilhante de exposição (MENEZES, 2002; MEZAN, 1998; MAHONY, 1990; SOUZA, 1995). Passaremos então para a narrativa freudiana, da mesma forma como há pouco estudamos de modo introdutório a questão da narrativa e a narrativa do caso clínico.

São muitos os autores que discorrem sobre as vicissitudes da escrita psicanalítica freudiana. Rudelic-Fernandez (2002), no artigo supracitado, destaca três características do caso freudiano. Em primeiro lugar, o autor/narrador é responsável pelo discurso. O analista precisa marcar seu lugar no texto, e ele próprio narrar os acontecimentos. Deste modo, a “face narrada” e a “face narrante” tornam-se indiscerníveis, pois a presença do enunciador é condição para um texto ser chamado de psicanalítico⁹. Em segundo lugar, vemos uma mobilidade dos lugares enunciativos, ocorrendo assim um deslizamento narrativo entre analista e analisando. Em terceiro lugar, e aspecto não menos importante, é a destinação a destinatários específicos. A transmissão de um saber de forma pública, engendrando uma comunidade seria uma característica fundamental da narrativa freudiana.

⁹ Purificación (1999) ressalta que esta característica tem se aguçado nos anos 90. A marca do narrador, em psicanálise, tem ganhado mais e mais importância e proeminência, em um discurso que se aproxima da narrativa e da meta-narrativa. “O narrador do texto (novamente não devemos confundir-la com a autora) sopesa, reconsidera, pensa e repensa cada fala sua e, ao mesmo tempo, alerta o leitor para o caráter

Patrick Mahony, em *Sobre a Definição do Discurso de Freud*, discorre sobre um método de produção de textos caro a Freud. O livro realiza, no estudo da heterogeneidade constitutiva da obra freudiana, aproximações de estilo com o modo de exposição de seu professor Jean Martin Charcot, cuja obra, *Leçons du mardi*, traduzida por Freud, se caracterizava pelo seu traço popular, improvisado. Sobre esse eficiente modelo de exposição e difusão da ciência, Freud escreve:

Em nenhum outro momento ele é tão admirado por sua audiência como quando procura estreitar o hiato que separa mestre e discípulo ao fornecer todos os detalhes acerca de seus processos de pensamento e ao revelar com maior franqueza suas dúvidas e hesitações (FREUD, apud MAHONY, 1990, p. 21)

Da mesma forma, Freud distinguiu dois métodos de exposição, ou de criação de textos. O primeiro tratava-se do método dogmático, em que o saber deveria ser colocado tal como foi concluído, sem visar ao convencimento do leitor. Deveria ser apresentado de forma que se parecesse com um todo fechado em si mesmo; deveria ser caracterizado pela síntese e pela dedução. Tal método era preterido por Freud em favor de um segundo, intitulado genético ou histórico, em que podemos observar a influência de Charcot e que se encontra presente na maior parte de sua obra. Neste, tratava-se de ser movido por um “impulso interno” (MAHONY, 1990, p.29) e exigia a exposição ao leitor da própria via de investigação, deixá-lo levar-se por uma aventura de tentativa e erro. Além disso, este impulso, que ao mesmo tempo segue coerente ao próprio processo de pensamento por um lado, e pela fidelidade à inteligibilidade ao leitor por outro, “lembra a livre associação autêntica, na qual o paciente fala buscando descobrir o

subjetivo e arbitrário, inalienável de suas escolhas. Recusa-se a ser onisciente, narra sem neutralidade nenhuma, e duvida e opina todo o tempo...” (PURIFICACIÓN, 1999, p. 65)

que pensa”. (MAHONY, 1990., p. 29). Mencionemos a frase de Cromwell tão citada por Freud: “Um homem nunca sobe tanto como quando desconhece para onde vai”. Remetamo-nos a outros excertos freudianos:

“Quando me sento para trabalhar, e seguro a caneta, continuo sempre curioso pelo que vai ocorrer, e isto me compele irresistivelmente ao trabalho.” (KNOEPMACHER *apud* MAHONY, 1990, p. 29)

(referente à escritura de “Interpretação dos Sonhos”) “Só posso compor os detalhes no processo de escrever”. (Carta de 24 de março de 1898 a Fliess, FREUD *apud* MAHONY, 1990, p. 29)

“[O livro] segue inteiramente os ditames do inconsciente, como no famoso princípio de Itzig, o viajante dos domingos: ‘Itzig, aonde você vai?’ ‘Nem imagino. Pergunte ao cavalo’. Não iniciei um só parágrafo sabendo onde o terminaria”. (FREUD, carta de 7 de julho de 1898 *apud* MAHONY, 1990, p. 29)

Paul-Laurent Assoun, no último capítulo de sua obra *Psychanalyse* (1997) – que trata especificamente das particularidades do texto psicanalítico, afirma que o olhar não deve se dirigir tão só aos conteúdos que são transmitidos, mas à forma do texto¹⁰. A transmissão da psicanálise não se dá pela comunicação de recursos conceituais, mas pela apreensão de uma voz, de uma forma de dizer.

No que Assoun intitula de morfologia e funções do texto freudiano, ele resgata o que se pode chamar de “transferência de leitura”. Em primeiro lugar, sugere-se uma atenção especial à pluralidade dos sentidos a que se referem os textos freudianos, o que conduz a uma leitura que extrapola a noção de que o ler

¹⁰ O olhar do analista de discurso, penso eu, visto que a transmissão que se dá pela dimensão da forma textual exige menos um enfoque sobre ela que um “deixar-se levar” por ela.

seja tão-somente processo de apreensão de informações e tematização de um objeto, mas também “*como texto e ato de escritura*” (ASSOUN, 1997, p. 720), ato poético de recriação de significação. Isso nos aproxima da própria prática analítica: a palavra, na sua simplicidade, é uma multiplicidade de sentidos pulsantes, fios condutores que promovam deslocamentos e condensações para que a associação livre se dê.

Para que tenhamos uma noção da veracidade desse processo, basta que nos remetamos às dificuldades de tradução de diversos termos por Freud empregados, como é o caso do título do artigo consagrado, *Unheimliche*, em que alguns termos não têm menos do que dois significados nítidos, e cuja ambigüidade e polissemia é o que constitui a riqueza de utilizá-los, e não a outros termos mais “precisos”, que poderiam ter sido eleitos.

Se a linguagem poética se aproxima da escrita psicanalítica, é porque, segundo Loffredo (2002), existe uma transfiguração do olhar a partir daquilo que está sendo olhado, do analista com o que está sendo analisado. Se a produção poética tem livre acesso ao mecanismo psíquico, a exposição psicanalítica deverá ser parte integrante da experiência que ele descreve.

A mim mesmo me parece estranho que as histórias clínicas que escrevo se lêem como contos e delas está ausente, como se diz, o selo de seriedade científica. Devo-me consolar por isto, considerando que a responsável por este resultado é a própria natureza do tema e não qualquer preferência pessoal;... (FREUD, apud LOFFREDO, 2002, p. 178)

Ou ainda,

É assim que a palavra metáfora toma seu verdadeiro sentido: não a poesia, mas a poética, no sentido de *poiesis* grega, quer dizer a dimensão poética da recriação constante do sentido, a recriação constante da língua na palavra. O poeta é aquele que cada vez inventa a

língua. Num poema há uma ontogênese da língua. Essa situação é um modelo para nós psicoterapeutas. (FÉDIDA, 1988, p. 54)

O instante poético é espantoso e familiar. É na poesia que o homem se reconhece em sua “outridade”. É berço prenhe de sentidos, enlaçados e livres, invenção constante da língua, do mundo e de si. A escrita recria “a própria natureza do tema” na sua proliferação inconsciente/consciência, forma/conteúdo, perto/longe.

Lembre-mo-nos, entretanto, que a escrita psicanalítica não se resume ao poético. A especificidade criada por Freud concilia e dialoga, segundo Loffredo (2002), *pensamento disciplinado e imaginação criadora*, relembando a oposição feita por Rudelic-Fernandez entre história e narrativa, ciência e retórica. Nesta medida,

..., a posição do analista, delimitada pelo sítio do estrangeiro, aloja-se na intersecção das bordas que contornam estas duas vertentes, necessariamente porosas e permeáveis, no caso da instauração da situação analítica. De modo que a mestiçagem entre o “homem diurno da ciência” e o “homem noturno da poesia” seria constitutiva da peculiaridade do campo epistemológico instaurado pelo saber psicanalítico. (LOFFREDO, 2002, p. 183-184)

Assoun nos adverte que o próprio texto analítico é uma decisão, a de fazer conhecer, aqui e agora, o resultado da “pesquisa analítica”. Trata-se de correr o risco de comunicar uma “novidade presumida”, algo que ainda está em processo de verificação (ou a mudança de um ponto de vista consagrado, ou ainda a apresentação de um continente por completo inexplorado). O escrito não tem valor se não nos traz qualquer coisa de novo. Caso contrário, corre-se o risco de “importunar o leitor”.

O “imperativo de datação”, característica complementar a essa postura de “trazer o novo”, é um ato ético da obra freudiana que visa a tornar a psicanálise um momento público, longe de qualquer aproximação com a reflexão solitária e confidencial. Ao contrário de um sistema teórico ou filosófico, marcado pela “sincronia”, em que todos os seus elementos são contemporâneos, a obra psicanalítica é fruto de uma “diacronia”, ou uma “seqüência de sucessões” (ASSOUN, 1997, p.726). Uma novela em vários capítulos, e episódios singulares: “Revelemos somente, aqui, que no plano textual o texto se lê como uma ‘novela’ – no sentido literário de origem, a descrição realista de uma ‘novidade’ posta em escritura e ‘narrada’”. (ASSOUN, 1997, p. 721)

Ao lado do trabalho de trazer à luz a novidade enquanto ela ainda o é, toda escrita freudiana possui também um “efeito de convocação”, que se processa pela repetição de conceitos e dos raciocínios, que pressupõe a solidificação da “coisa a ser pensada”. Para além da função pedagógica deste recurso, a repetição coloca em ação a “necessidade da psicanálise de retornar regularmente à origem mesma do percurso” (ASSOUN, 1997, p. 722) – isso que experimentamos ao longo de nossa própria situação como analisando.

Se prestarmos atenção à característica estilística de convocação na obra freudiana poderemos ver que “aquilo que se parece com uma repetição não é jamais e exatamente uma”. (ASSOUN, 1997, p 722) Este trabalho de resgate visa também a afinar um ponto de vista, acrescentar um elemento, ou uma “modulação de formulação”. É também o exercício de revisão: fazer lembrar-se do que foi esquecido e reavaliar criticamente o percurso realizado. Enfim, Assoun resgata a estrutura argumentativa freudiana, que se assemelha muito ao próprio método

genético de exploração elaborado por Freud, em seu *Algumas Lições Elementares sobre a Psicanálise*, que acrescentamos aqui:

É possível partir daquilo que todo leitor sabe (ou pensa que sabe) e encara como sendo auto-evidente, sem contradizê-lo numa primeira instância. Logo haverá uma oportunidade de desviar sua atenção para fatos pertencentes ao mesmo domínio, os quais, embora lhe sejam conhecidos, até então lhe passaram despercebidos ou foram apreciados de modo insuficiente. Partindo desses é possível apresentar-lhe novos fatos, dos quais ele não tem conhecimento, e assim prepará-lo para a necessidade de ultrapassar seu julgamento anterior, de buscar novos pontos de vista e de levar novas hipóteses em consideração. Assim é possível que ele tome parte na elaboração de uma nova teoria sobre o assunto e lidar com suas objeções durante o andamento do próprio trabalho conjunto (FREUD apud: MAHONY, 1990).

Assoun afirma um certo desconcerto na leitura de Freud: por um lado, uma nítida sensação de estar aprendendo algo rico e novo; por outro, uma sensação estranha de *déjà vu*, como se aquilo resgatasse algo de já conhecido, como se tudo aquilo já fora em algum lugar aprendido, ou vivenciado. Em suma, uma estranha familiaridade. É também na estrutura argumentativa explicitada acima que vemos que todo o trabalho de fazer com que o leitor participe da construção do pensamento do autor é o de apresentar inicialmente algo que pareça familiar e que, em seguida, na desconcertante exposição de algo inexplorado, provoque estranhamento sobre o ponto de vista que parecia acordado e simples. Dessa desconstrução, realiza-se a “inversão do pensamento” promovida pela psicanálise, em que esse estranho é novamente trazido para uma familiaridade com a psicanálise.

A linguagem freudiana, segundo Birman (1995), segue os ditames do processo primário. Sua linguagem é a linguagem onírica, executada por meio de uma escrita automática, e devendo portanto provocar uma experiência do

inconsciente, do mesmo modo que a sessão analítica. A tessitura do texto é vazada: o que o torna singular é justamente o que ele possui de ausência, de lacunar. Suas brechas são insistentes, provocando nas reticências a continuidade da associação livre do enunciador nas associações livres do enunciatário.

Seria por demais ousado, a partir desta leitura, falar de uma narrativa freudiana que se aproxima do próprio método psicanalítico, o de “estranhar o familiar”, ou de provocar um “estranhamento inquietante”? Ou ainda, uma hesitação que ao mesmo tempo perturba as raízes de nossas certezas e nos instiga a continuar na leitura? Seria possível concluir que não é somente no conteúdo ou no dito do discurso que se realiza a transmissão da psicanálise, mas também em sua forma, nas recorrências do dito, que configura um dizer específico próximo à própria escuta analítica?

Teríamos esta confirmação em algum momento da obra freudiana, a de reconstituir conscientemente uma estratégia discursiva que vise a fazer o leitor entrar em conjunção com os objetos de valor presentes no discurso do autor. Encontramo-la numa carta ao poeta contemporâneo, Arthur Schnitzler, de Freud, datada de 14 de maio de 1922, em que Freud “confessa” sua identidade com o poeta. Dela, extraímos o seguinte trecho:

Sempre que me deixo absorver profundamente por suas belas criações, parece-me encontrar, sob a superfície poética, as mesmas suposições antecipadas, os interesses e conclusões que reconheço como meus próprios. Seu determinismo e seu ceticismo – o que as pessoas chamam de pessimismo –, sua profunda apreensão das verdades do inconsciente e da natureza biológica do homem, o modo como o senhor desmonta as convenções sociais de nossa sociedade, a extensão em que seus pensamentos estão preocupados com a polaridade do amor e da morte, tudo isso me toca com uma *estranha sensação de familiaridade*.¹¹ Assim, ficou-me a impressão de que o senhor sabe por intuição – realmente, a partir de uma fina auto-observação – tudo que tenho descoberto em

¹¹ Grifo nosso.

outras pessoas por meio de laborioso trabalho.” (FREUD apud KON, 1996, p. 127-28)

Mas o que seria esta experiência de estranhamento do familiar? Freud dedica um artigo sobre este tema (1919), afirmando que retira de um capítulo ignorado da estética a pesquisa sobre esta experiência. Frequentemente observada em obras literárias, a estranha familiaridade surgiria numa estética oposta ao belo – ao invés de atrativo, repulsivo. Seria tudo aquilo que, devendo estar sepultado, veio à luz. Trata-se da experiência, vivenciada por meio de uma indissociação do eu com o outro e com o mundo exterior, de um retorno do recalado, de um curto-circuito entre um mundo inanimado e o mundo animado, resquícios da época em que não distinguiríamos seres humanos de meras bonecas de pano.

Arauto da dualidade entre a morte e a vida, a inquietante familiaridade se manifesta também por meio da repetição do mesmo, e da recorrência de “duplos”. O duplo, por sua vez, seria a manifestação desse narcisismo primário que presentifica o ausente, negando a ausência por intermédio da multiplicação do que está ausente. Assim é que a ameaça da castração se vê manifesta em sonhos pela recorrência contínua de símbolos fálicos. “O duplo foi em sua origem uma segurança contra o sepultamento do eu, uma ‘energia desmentida’ do poder da morte, e é provável que a alma ‘imortal’ fora o primeiro duplo do corpo.” (FREUD, 1919/2001, p. 235)

O cineasta, poeta, ensaísta e romancista italiano Pier Paolo Pasolini não é o único artista a louvar a riqueza de outras dimensões da narrativa freudiana. Em artigo intitulado “Freud conhece as astúcias do grande narrador”

(2002), ele o põe lado a lado com os grandes escritores, que como estes, é “insuportavelmente rico” (PASOLINI, 2002, p. 111). Segundo Pasolini, de forma irônica, trata-se de um autor da raça dos que “escrevem mal”, como Dostoiévski e Svevo. Enumera quatro “astúcias” narrativas que Freud comumente incorpora em seu texto.

A primeira é a capacidade, como Racine, de introduzir “acenos” no texto, aparentemente ornamentais ou acessórios, mas que, ao ser retomado, ilumina-se de significado. São os chamados “desdobramentos” ou “introduções de motivo”. A segunda astúcia, a capacidade de “deixar para depois”, de retardar uma conclusão já obtida, até que esta se encontre com uma cláusula. A terceira, presente nos casos clínicos – a que atribui uma forma rústica – tanto os personagens quanto os acontecimentos são descritos e narrados como uma “forma”. Como acontece com os grandes personagens de Dostoiévski e Stendhal, “ao darmos consentimento ao quadro que Freud nos dá, ao nos deixarmos convencer por ele, reencontramos a realidade desses personagens.” (PASOLINI, 2002, p. 111). Por fim, uma capacidade de ser, sem o querer, profético. Aponta um detalhe que aproxima a religião própria criada pelo presidente Schreber e a ascensão de Hitler, que viria a ocorrer cinquenta anos mais tarde.

Da mesma forma que Pasolini, Stefan Zweig, Jules Romain, André Gide, Thomas Mann, Romain Rolland eram apenas alguns dos autores que admiraram o pai da psicanálise (PERESTRELLO, 2000). No dizer de Stefan Zweig,

Não quero dizer que se trate de resultados do método psicanalítico, mas o senhor nos ensinou a ter *coragem* de nos aproximarmos das coisas, *sem medo* e sem falsa vergonha mesmo da parte mais íntima do

sentimento. E é preciso coragem para ser sincero - sua obra o testemunha como poucas outras em nossa época. (PERESTRELLO, 2000, p. 312)

Inversamente, Freud apresentava uma visão ambígua e dividida quanto à literatura e quanto a ser reconhecido como um bom escritor. Ora apreciava a comparação, ora a rejeitava, temendo que sua obra fosse vista meramente como obra ficcional. De modo curioso, citava Goethe, Shakespeare e Sófocles como verdadeiros tesouros da História e como pedra de toque e de confirmação de argumentos que construía em seus textos. Estas obras possuíam para ele um estatuto de verificabilidade e de verdade. Podemos reconhecer esta dualidade em obras como *“Gradiva”*, *“Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância”* (1910), e mais particularmente na já citada carta a Schnitzler e na carta ao escritor italiano Giovanni Papini,

“Desde a minha infância, o meu herói secreto é Goethe. (...) Fui capaz de vencer o meu destino de um modo indireto e realizei o meu sonho: permanecer um homem de letras sob as aparências de um médico”. (FREUD, apud KON, p. 126)

E para Schnitzler,

“A resposta é esta confissão extremamente íntima: penso que o evitei a partir de uma espécie de temor de encontrar meu “duplo” [doppelgangerschen]...” (FREUD apud KON, 1996, p. 127)

O duplo de Freud, neste momento, é a própria imagem num espelho tomada como um outro, e que por provocar essa reação de estranhamento familiar, produz efeito repelente. É o conflito de ver, reconhecer, a alteridade de si

e a familiaridade do outro. É a sombra de ficção que a psicanálise projeta e que seu criador evita e, por evitar, de certa forma reconhece.

Por tratar-se, quem sabe, do encontro do oral com o escrito, encontro da história com a narrativa, da poesia do escritor com a busca do cientista - mais de um autor afirmam a característica que se têm em psicanálise de uma necessidade de retorno a Freud, como se o mais importante já estivesse ali, e ao mesmo tempo não ali, mas nas entrelinhas dos ditos. Volta e meia, anunciam a morte da psicanálise e a diacronia freudiana, e constantemente está ele sendo reclamado para lançar luz sobre questões contemporâneas. (ASSOUN, 1997; FOUCAULT, 1969b/2001)

No artigo de Walter Benjamin, citado no começo deste capítulo, quando o autor distingue a narrativa oral da escrita do romance, ele o faz também sob o enfoque que cada gênero incide sobre a morte. Vivemos num tempo, segundo ele, de extrema higiene, em que escondemos a morte nos asilos, bem diferente de quando cada cômodo de uma casa estava marcado por ao menos uma morte. No romance, que não aborda muitas vidas, mas apenas uma, a voracidade do leitor é tão maior quanto mais se aproxima da morte escrita, seja a de um personagem, seja o desfecho do romance; morte esta que confere à obra um “sentido da vida” a ser apreendido. Na arte da narrativa, em contraposição, a morte marca passagens e o moribundo é o homem experiente por natureza. Na imprensa, a explicação mata o explicado. Na narrativa, o caso narrado fica em um estado de suspensão e de incompletude, e perdura justamente pela sua fascinante característica de se oferecer a inúmeras interpretações possíveis. Desta forma, pode-se dizer que se a

escrita mata o objeto relatado, a narração, inserindo nela a própria morte, a mantém viva através dos tempos.

Foucault, ao contar sobre sua própria experiência de escrita, compara e equipara sua caneta ao bisturi de seu pai cirurgião. “Talvez, afinal, eu trace sobre a brancura do papel os mesmos sinais agressivos que meu pai traçava sobre os corpos dos outros que ele operava. Transformei o bisturi em caneta. (...) A folha do papel, para mim, talvez seja como os corpos dos outros.” (FOUCAULT, 1966b/2004, p. 10). O prazer de sua escrita está intimamente ligado à morte dos outros, não como se a caneta matasse os outros, mas sim na lida com os outros na medida em que já estão mortos. Foucault confessa (e é esta expressão que utiliza) que, de certa maneira, fala sobre o cadáver dos outros.

Eu compreendo, também, porque as pessoas sentem minha escrita como uma agressão. Elas sentem que existe nela alguma coisa que as condena à morte. Na realidade, sou bem mais ingênuo do que isso. Eu não as condeno à morte. Simplesmente suponho que estejam mortas. É por isso que me surpreendo quando as ouço gritar. Fico tão espantado quanto o anatomista que sentisse redespertar de repente, sob a ação de seu bisturi, o homem sobre o qual pretendia fazer uma demonstração. Bruscamente, os olhos se abrem, a boca se mete a gritar, o corpo a retorcer, e o anatomista se espanta: “Então ele não estava morto!” (FOUCAULT, 1966b/2004, p. 10)

Gostaria agora de contrapor a experiência de escrita de Foucault com a experiência narrativa de Freud, em relação à morte. Nas cartas de Freud a Jung (1993), ficamos sabendo que Freud carregava consigo uma superstição: a de que iria morrer brevemente, aos cinquenta e poucos anos. De acordo com esta superstição, isso se daria logo após o início da escrita de sua obra propriamente psicanalítica, em seguida à publicação de *A Interpretação dos Sonhos*. Poderíamos dizer que Freud redigiu quase todos os seus escritos sob a marca

desta superstição, sempre como um último ensinamento, transmitindo sabedoria e dando conselhos. Viveu, como nas “Mil e uma noites”, prolongando sua morte por meio de suas “conferências escritas”, redigindo sempre como quem conta algo em presença do público, e dispondo da autoridade daquele que morre, incorporando-o em suas histórias.

No entanto não é só o saber ou a sabedoria do homem, mas acima de tudo sua vida vivida – a matéria de onde surgem as histórias – que assume forma transmissível primeiro naquele que morre. Da mesma maneira como no íntimo do homem entra em movimento, com o correr da vida, uma seqüência de imagens – que consiste nos pontos de vista da própria pessoa, entre os quais sem se aperceber ele encontra a si mesmo – aos seus gestos e olhares incorpora-se de repente o inesquecível e transmite, a tudo que lhe disse respeito, a autoridade de que até o mais miserável pé-de-chinelo dispõe diante dos vivos, na hora de morrer. Esta autoridade está na origem da narrativa. (BENJAMIM, p. 64)

Em um breve artigo, Freud descreve uma conversa com um poeta e um amigo taciturno, em que lamentam a transitoriedade das coisas, a certeza de que, com o tempo, tudo deixará de existir. Desprezavam a beleza do presente e não conseguiam largar-se do que já passou. Pouco tempo depois disso, afirma, veio a Grande Guerra, e aquele belo cenário por onde passeavam deixou de existir. “Mas aqueles outros bens, agora perdidos, nos foram desvalorizados realmente porque demonstraram ser tão perecíveis e frágeis? Entre nós, a muitos lhes parecem assim, mas eu, ao contrário, creio que estão equivocados.” (FREUD, 1916/2001, p. 311) As coisas se tornam mais belas quanto mais nos recordamos de sua efemeridade.

Possamos talvez atribuir o retorno a Freud a esta capacidade eclipsada de narrar: capacidade imortalizada em seus escritos de tato íntimo e corajoso com a morte sempre presente, assim como da oralidade como forma de se aproximar

daquele que o escuta. Capacidade de grande narrador, deixando os textos de forma aberta e não exaustivamente explicados. Nesta medida, Freud escrevia para se aproximar dos outros, e não para se isolar deles.

Surpreendente, e no entanto perfeitamente compreensível o que disse Thomas Mann, na ocasião da morte de Freud: “Nós todos, que aqui ainda respiramos, vivemos, falamos e escutamos, nós todos, aqui, no sentido espiritual, nem a milésima parte, estamos tão vivos quanto este grande morto em sua urna.” (PERESTRELLO, 2000, p. 316)

Com este capítulo, concluímos a primeira parte deste estudo, circunscrevendo e embasando um modo específico de olhar o texto freudiano. Na segunda parte, iremos empreender o exercício de conferir relevo aos valores transmitidos pelo discurso, valores éticos e estéticos, formais e de conteúdo, tematizados e figurativizados. Valores que estão concentrados já no título da obra freudiana a ser estudada, e que conformam, pelas recorrências do dito, uma voz singular. Passemos então para esta segunda parte, estudo de campo, com estes três primeiro capítulos na mochila.

SEGUNDA PARTE

“HAMLET: (desembainhando a espada) Que é isso? Um rato?”

- **William Shakespeare**, “A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca”, 3º. ato, Cena 3 –

IV

“A PROPÓSITO DE UM CASO DE NEUROSE OBSESSIVA (O “HOMEM DOS RATOS”)”

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em 1^o de outubro de 1907, o fundador da psicanálise S. Freud recebe em seu consultório um jovem de formação universitária que sofria de grandes inibições e de representações obsessivas agudas. Segundo comentários de Strachey, apresentou o começo do caso, seguido de debate, em duas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, nas datas de 30 de outubro e 9 de novembro daquele mesmo ano. O atendimento estendeu-se até setembro de 1908. Segundo carta a Jung, a redação do historial clínico levou um mês para ser concluída, ao longo do verão de 1909, e o texto foi entregue para publicação em 7 de julho.

Foi o primeiro caso de neurose obsessiva apresentado por Freud, e o único caso em que foi possível ter acesso aos relatos manuscritos de atendimento, não destinados à publicação e sem, portanto, a mediação do público leitor em sua escritura. É debruçando-se sobre estes textos – o texto publicado e os manuscritos de sessão - que se dará a análise realizada nesta dissertação.¹²

Para realizar esta análise, faremos uso das traduções diretas para o castelhano publicadas em Buenos Aires nas edições Amorrortu (2001). Poder-se-ia objetar que esta análise só poderia ser realizada sobre o objeto original, a

¹² Para diferenciar os dois textos, iremos nos referir a eles por meio destes dois títulos: texto publicado e os manuscritos de sessão.

saber, o texto freudiano escrito em alemão. Como falar de estilo freudiano se o que se tem é uma análise de alguém que pensa em português se debruçando sobre um texto em castelhano traduzido de uma obra em alemão? Tal procedimento não é rejeitado mas recomendado se *o que nos interessa não é propriamente o estudo do objeto em si ou de um autor apriorístico ao texto, mas o encontro do leitor brasileiro com as obras de Freud a que de fato tem acesso*. Se nosso interesse é levantar o corpo de valores ou o *ethos* na obra freudiana, não é para retratar uma época, mas para pensar nas legitimações que são realizadas a partir da leitura de um texto cuja tradução é reconhecida como de boa qualidade por muitos estudiosos da obra freudiana (MENEZES, 2002; MEZAN, 1998). Não utilizamos a tradução indireta para o português, publicada pela Imago, por ser reconhecida como de baixa qualidade. Se é fato que está sendo tramitada uma nova tradução para o português, desta vez direta e realizada de modo mais atento, é inegável que a tradução da Amorrortu já formou mais de uma geração de psicanalistas, o que não é de modo algum irrelevante.

De qualquer modo, o que nos interessa é o contato da obra com o leitor brasileiro. Podemos encontrar ainda mais duas concessões: 1) o fato de que grandes críticos, como Todorov, já se debruçaram sobre traduções para a realização de análises; 2) segundo Menezes (2002), Freud escrevia na linguagem dos seus pacientes, e esta conceitualização repleta de latinismos do texto freudiano empreendida por Strachey na tradução inglesa visava a legitimidade do pensamento psicanalítico dentro de uma comunidade científica cujo modo de pensar já deu lugar a outros. Ora, nossa análise segue a linha de procurar a

simplicidade antitecnicista do discurso; com isso, e sem pretendê-lo a princípio, creio que estamos nos aproximando do estilo e da postura freudiana original.

O texto publicado, *A propósito de um caso de neurose obsessiva*, inicia-se com uma introdução seguida de duas partes: “O Historial Clínico” e “Sobre a Teoria”. Em linhas gerais, o “Historial Clínico” é a discussão e o relato das sete primeiras sessões com o homem dos ratos, seguida das resoluções dos diversos sintomas obsessivos. O “Sobre a Teoria” aborda as particularidades da formação obsessiva: sua relação com a morte, a dúvida, a compulsão, a regressão, a superstição, entre outras.

Este mesmo texto, o publicado, leva dois títulos¹³. O primeiro, *A propósito de um caso de neurose obsessiva*, realiza um recorte diferente do segundo, colocado em parênteses, intitulado de *o “Homem dos Ratos”*. Os artigos ‘um’, do primeiro, e ‘o’ do segundo marcam claramente uma diferença na abordagem. O primeiro, impessoal, carrega um estatuto científico, onde o sujeito apresentado é declaradamente visto a luz de um enquadramento determinado, e portanto passível de generalização. O ‘*a propósito*’ adianta o inacabamento da tarefa de descrição e esclarecimento completos do objeto em estudo, a neurose obsessiva.

Já o segundo título – (*o “Homem dos Ratos”*) - empresta à expectativa de leitura um tom mais literário. O título é o nome do sujeito, que não se define por seu nome de batismo, ou por ser um caso de neurose obsessiva. Neste texto, o que dá nome ao homem é o seu desejo. O “ratos” é, como descrito na última

sessão do primeiro capítulo do caso clínico, a expressão de uma condensação de muitos elementos enunciados pelo enfermo com muito horror e prazer. Temos aí, na diferença entre os dois títulos, a distinção mesma entre a metapsicologia e a lógica do desejo inconsciente (prazer e horror), singular a cada sujeito.

É muito provável que o leitor lembre-se, e se remeta ao texto, mais chamando-o pelo título o “*Homem dos ratos*” do que pelo oficial *A propósito de um caso de neurose obsessiva*. No entanto, o artigo ‘o’ circunscreve algo que vai além e está aquém da ‘descrição do caso’. O Homem dos Ratos, indicado entre parênteses, confessa em certa medida a insuficiência expressiva do primeiro título. Se o primeiro título circunscreve, o segundo deixa escapar. O primeiro é generalizante, preciso, impessoal. O segundo é particular, pessoal, formalmente literário, e esteticamente *estranho*. Se o primeiro anuncia um histórico clínico, o segundo promete que este histórico possua parentescos com o gênero literário¹⁴. Mais adiante abordaremos o desenvolvimento, no próprio texto, dos jogos e contrajogos das forças que representam de um lado, o estranho inapreensível, e de outro a circunscrição cientificizante.

Como expus ao longo desta pesquisa, a leitura realizada estudará a narrativa do caso do ponto de vista dos valores que nele são engendrados. Não procurarei o desenvolvimento da teoria ou dos conceitos, não pretendo realizar sobre o texto o afã interpretativo defendido pelo próprio narrador¹⁵. A leitura

¹³ Como não visava publicação, a transcrição das sessões não foi intitulada por Freud.

¹⁴ Há uma semelhança muito grande deste título com aqueles que encabeçam os contos e romances de literatura fantástica. (“O homem de areia”, “O estranho caso de Charles Dexter Ward”, “O Horla”, etc)

¹⁵ No próximo tópico, apresentarei a discussão realizada por outros autores que estudaram este caso clínico.

abarcará eixos valorativos – eixos estes que se encontram tanto nos relatos clínicos quanto nas obras literárias¹⁶.

Certamente que cada leitura individual poderá depreender diferentes eixos valorativos. Esta própria leitura não pretende esgotar a quantidade enorme de perspectivas que poderão nortear determinados resultados – perspectivas estas que inclusive estão sobrevoadas no próximo item. Aqui, circunscrevo três eixos específicos, arbitrários como qualquer relação entre obra e leitor. Na apresentação que faremos a seguir de cada eixo, acreditamos necessária uma breve justificativa das escolhas que fizemos. Uma análise feita há cinquenta anos resultaria em trabalho totalmente diferente. Formulamos questões que a entrecruzam com nosso tempo:

- Cidades superpostas, cidades soterradas: o psicanalista e a cidade
- A lógica do absurdo e o absurdo avesso à lógica: o pensar do médico e o pensar obsessivo
- Em torno do estranho: morte, superstição e o mais além

Como poderá ser visto, nos três eixos, o narrador – o médico – euforiza determinados modos de presença no mundo¹⁷, e disforiza outros tantos modos. Na fala de Arrigucci Jr. (1998, p. 20)¹⁸,

Escolher um ponto de vista é escolher um modo de transmitir valores. Isso demonstra que a técnica está articulada com a visão do mundo. Ela não é inocente e está articulada com todos os outros aspectos da narrativa, isto é, com os temas. Em geral, o uso de determinada técnica depende da escolha do tema, mas, assim como o tema pode exigir organicamente determinada técnica.

¹⁶ E que portanto, rompem a barreira, no âmbito deste estudo, entre literatura e texto psicanalítico.

¹⁷ Ou, nas palavras de Freud, “cosmovisões” (1909/2001, p. 193)

¹⁸ ARRIGUCCI JR., D. Teoria da narrativa: posições do narrador in: *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, 31(57): 9-43, set. 1998.

O primeiro tema *Cidades superpostas, cidades soterradas: o psicanalista e a cidade* destaca que o acesso à cena narrativa será sempre por meio do narrador. Embora tenhamos contato em detalhe com diversos outros personagens: a dama, o homem dos ratos, a avó e o primo da dama, o tenente cruel, o pai do homem dos ratos, etc., a narração é realizada exclusivamente sob a óptica do médico. A própria cidade-cena da narrativa será a Viena de nosso narrador. Uma Viena fictícia, portanto. Construída, orquestrada na trama narrativa, e que não é dela independente. Freud constrói sua Viena como o velho Próspero edifica e habita sua ilha. As criaturas que ali fazem morada não são banidas, mas aceitas, questionadas. A ilha freudiana é também uma ilha onírica. É também um exílio e um plano de vingança. Se não há nostalgia, há sem dúvida a consciência do ser estrangeiro.

Podemos ver nesta descrição a tessitura, sob a figura de um atendimento, do médico que é também homem político dentro da *polis*, que se posiciona e está inserido em um lugar determinado da sociedade, e que faz de seu discurso declarada polifonia, onde a posição defendida é negociada entre as diversas vozes implícita e explicitamente inseridas no texto.

O primeiro tema vem à tona em um momento em que o profissional liberal – o analista que abre seu consultório e tem este ofício como seu ganha-pão – pode se considerar alienado de toda a trama social onde está inserido, considerando a teoria e a si mesmo como isolados do que se passa fora do consultório (Patto, 1995) (Guirado, 1991). Desejo aqui estudar como o próprio fundador monta e remonta sua construção teórica dialogando com seu tempo e seu lugar, mostrar como isso se realiza dentro de algo tão teorizante quanto um

caso clínico. O primeiro eixo parte portanto da indagação de como o analista pode – e o quanto ele deve – questionar-se sobre as relações em que está irremediavelmente travando enquanto sujeito político.

O segundo tema fará a descrição da oposição entre *ethos* (a figura do médico) e *anti ethos* (o homem dos ratos). O relato pode ser lido como um posicionamento sobre os modos de pensar diversos. Enquanto que o pensar médico constrói e desenvolve uma ciência, o pensar neurótico é centrado em uma circularidade semelhante ao onanismo. A razão não passa, aí, de uma racionalização de formas de pensar regredidas à primeira infância. O primeiro pensar se apresenta, então, para “curar” a maneira de pensar do segundo. Ademais, vemos neste segundo eixo as formas como o médico se posiciona diante do absurdo e do sem sentido, traduzindo-os em conflitos nodais. Para embasar a discussão sobre o absurdo, faço uso do pensamento do ensaísta e escritor francês Albert Camus em seu *O mito de sísifo*, que abordou de maneira magistral as apropriações da opacidade do mundo pelas diversas ciências e filosofias dos séculos XIX e XX.

O segundo eixo, mostrando as relações entre as formas de pensar que se estabelecem entre analista e paciente, almeja depreender as relações de força estabelecidas entre estes dois parceiros. A leitura desta relação é mediada pela noção foucaultiana de poder, que dessacraliza o saber e o insere em uma dinâmica desigual e constantemente móvel. Não é a relação entre a cidade e o analista, como no primeiro eixo, mas entre o analista e o dito ‘seu paciente’ que está em jogo aqui. Os modos de pensar e de se relacionar, os modos como o

analista atira sua rede de convencimentos e de como o paciente se desloca em diferentes posições e de fato também o contesta.

A terceira fonte de atenção aqui circunscrita aborda a relação entre psicanálise e as crenças diversas, ditas neuróticas ou não. Onde o neurótico se insere nesta trama, e de que forma o médico aborda a superstição, a morte e a vida além da morte, questões que a efêmera literatura fantástica, contemporânea à publicação freudiana, tomam como suas. No enriquecimento deste eixo, estarão a obra de Kon, o artigo de Freud sobre o fenômeno do estranho (1919/2001), e uma tentativa de análise da fenomenologia do encontro entre leitor e texto. Nesta última, o maior instrumento de análise foi a própria subjetividade do analista/leitor como “caixa de ressonância”.

Por fim, *Superstição, morte e o mais além* é uma escolha de alguém que vive em uma sociedade onde grande parte das psicoterapias existentes flertam e se imiscuem com misticismos das chamadas “terapias alternativas”. A alienação que a própria multiplicação de saberes dá origem, em nosso tempo, a técnicas de cura de caráter duvidoso, aproveitando-se de um estatuto pseudo-científico (Figueiredo, 1996). Aqui, é possível constatar nesta dissertação que, de certa forma, desde as origens, o “tratamento da alma” estava às voltas com aquilo que esta considera como o *mais além*. O texto de 1909 estudado aqui já adianta a problemática que será formulada a partir da instauração do mais além da pulsão de vida – a pulsão de morte, que discute a morte no próprio bojo conceitual psicanalítico. Freud assumia a religião e a morte como temas a serem problematizados pela psicanálise – e problematizados com rigor, para que fosse mantida uma discriminação entre esta e as questões que circunscreve. Conflitos

com o judaísmo, desavenças com o antigo colega Jung, tentativa de discriminar para o público especializado e o público leigo a psicanálise de meras aventuras terapêuticas passageiras, são alguns dos conflitos que denunciam esta preocupação (GAY, 1989). Estudar como que o narrador de *O Homem do Ratos* degladia-se com a idéia shakespeariana de que “há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha a nossa vã filosofia” é o propósito deste terceiro eixo.

São, para concluir, modos de remeter o discurso enunciado ao momento mesmo da enunciação. É um movimento de retorno do texto morto à enunciação viva e dinâmica. O retorno à enunciação dá ao texto um estatuto atual, e permite-nos que se dialogue com ele. Além disso, a relação do analista com sua cidade, a relação do analista com seu paciente, e a relação da ciência do analista com aquilo que ela desconhece são todas demarcações fronteiriças. Estes eixos defrontam a psicanálise e o psicanalista com aquilo que eles não são. Ao mesmo tempo, reconhece estas fronteiras como constitutivas e constituintes da instituição psicanalítica – sendo esta conhecida como o saber que se assenta nas fronteiras: entre prazer e realidade, entre indivíduo e cultura, entre inconsciente e consciência, entre o estranho e o familiar, entre eu e o outro, entre o esclarecimento e as obscuridades, entre vida e a morte, entre orgânico e psíquico. Ao invés de acomodar-se em uma “terra prometida”, a psicanálise se equilibra e constrói seu reino eternamente refeito na incomodidade das fronteiras (RICCI, 2005).

Passemos então, antes de adentrarmos nos eixos acima apresentados, para uma breve apresentação de comentários de psicanalistas, comentadores do

“Homem dos ratos”. São eles: Renato Mezan, Octave Manonni, Jean Laplanche, Luís Carlos Menezes, Patrick Mahony, Sérgio Zlotnic e Jacques Lacan. Teremos assim a oportunidade de reconhecer, *a posteriori*, por onde se afastam e aonde se aproximam de nosso texto. A circunscrição de nosso olhar estará mais delineada com este cotejo com a diferença de abordagens.

2. LEITURAS PROPRIAMENTE PSICANALÍTICAS DE “O HOMEM DOS RATOS”

Antes de partir para os três eixos de análise, façamos agora, como foi dito anteriormente, um breve prelúdio, inserindo o que alguns psicanalistas construíram a partir do consagrado texto “O Homem dos ratos”. Ver-se-á logo o sentido diverso que têm perante a análise realizada aqui. A diversidade das leituras, penso eu, pode entretanto enriquecer a análise subsequente, e servir como uma introdução. Introdução densa – pois é difícil dizer de tantas coisas no espaço que deve ser dado a elas aqui, sem abreviar demasiadamente a explanação, e sem que tomem importância maior do que lhes convêm, para os propósitos desta dissertação. Ressalta-se que, como foi dito, os autores todos se referem ao texto não pelo título primeiro, mas simplesmente pelo segundo “O Homem dos ratos”.

Até a escrita e o atendimento clínico do Homem dos ratos, a obsessão era tratada como uma histeria, uma histeria que não investe no corpo, mas nas representações. O ódio é inicialmente interpretado como secundário, como pulsão sexual insatisfeita. Vê-se o tom seco inicial da anamnese do primeiro atendimento, que mal antevê a intensidade transferencial que irá advir. De acordo com Mezan, é a partir do Homem dos ratos que o ódio, por se apresentar com enorme intensidade na transferência com o analista, dá à teoria o alicerce para uma segunda psicanálise – abertura para a produção de “Totem e Tabu” – e o discurso acerca de um ódio fundante contra o pai.

Mezan, em seu “Escrever a Clínica”, dá destaque para a memória prodigiosa de Freud, que transcrevia as sessões colocando frases inteiras entre

aspas. Em segundo lugar, admira o emprego do estilo indireto. Há uma elasticidade narrativa – sessões aparentemente mais longas, outras mais curtas, embora todas tivessem rigorosamente cinqüenta e cinco minutos. Dá destaque ao equilíbrio entre os detalhes e o conjunto da história, à preocupação com a ordem com que as coisas ocorrem, e elogia a capacidade de Freud de usar termos do repertório semântico do tratamento, como *gebot*, ou “ordem” um termo militar e que é apropriado para falar do tratamento, por tratar-se de “uma palavra carregada de significação para este homem.” (MEZAN, 1998, p. 158)

Prodigiosa também a capacidade de Freud de ter produzido em um texto níveis mais abstratos e concretos da experiência analítica. Em um texto apenas, e em ordem crescente de abstração, aparecem os dados de observação clínica, as interpretações clínicas, as construções para o caso, a teoria clínica, a metapsicologia e a presença de concepções filosóficas gerais. O texto de Freud é de dupla entrada – tem-se a liberdade de sugerir ao texto novas interpretações dos dados de observação clínica, tem-se a capacidade de se dirigir às concepções filosóficas gerais.

O Homem dos ratos, afirma Manonni (1988, p. 88), “conserva um valor mais atual que histórico.” No texto mesmo, as questões que estão ali colocadas conservam seu poder instigador e não foram exaustivamente respondidas. “A dívida teórica não foi paga, e é deste ponto que devemos reconsidera-la.” (MANONNI, 1988, p. 103) Contemporânea ao *O pequeno Hans*, possui menos parentesco com este que com outras obras, como a *A psicopatologia da vida cotidiana* e *A Interpretação dos Sonhos*, “livro que pode considerar-se igualmente como uma compilação de textos por traduzir.” (MANONNI, 1988, p. 88)

Ou melhor, pelo caminho que seguiu, constitui uma espécie de encruzilhada onde se abria toda classe de perspectivas, tanto até suas descobertas do passado até as do futuro (MANONNI, 1988, p. 88).

Quais são as questões que Manonni levanta como não tendo sido ainda respondidas? Seu artigo irá dar voltas em torno da questão da concepção de inconsciente. De um lado, um inconsciente das profundezas. De outro, um inconsciente da vida cotidiana, na superfície mesma do discurso. De um lado, a adesão à aproximação do inconsciente com a imagem, como o fazia Jung; de outro, a relação superficial do inconsciente com os sentidos múltiplos das palavras.

O discurso do obsessivo é um dialeto que deve ser traduzido. Freud, para dar conta dos fenômenos obsessivos, formula uma teoria, a das “defesas secundárias”, e com isso se construirá uma idéia de um inconsciente de natureza irreduzível à consciência, encontrada onde a princípio não deveria estar. Por conta disso, mais para frente na obra freudiana será necessário distinguir um inconsciente tópico ou estrutural de um inconsciente descritivo ou funcional.

Freud chama o secundário de um inconsciente literal, gravado como uma inscrição, indecifrável para o sujeito, rebelde a toda tomada de consciência e que, por sua vez, governa o sujeito como que de longe e sem que este o saiba, e irrompe em sua fala sem que o sujeito saiba de onde vem nem o que é que quer dizer. (MANONNI, 1988, p. 89)

Se Freud coloca esta possibilidade de compreensão do inconsciente, é certo também que há em *O Homem dos ratos* uma maneira de compreender o discurso do paciente de modo muito semelhante a que faz Carl Jung, com quem naquela época mantinha intensa correspondência. Para Jung, o acesso ao inconsciente é dado com maior profundidade por meio de imagens. É dele os termos presentes no texto de que a palavra “rato” é uma “palavra indutora”, assim

como da “sensibilidade do complexo”. Para Jung, a “palavra indutora” se posiciona no centro de uma rede associativa (o complexo), e a palavra tem o poder de mobilizar a rede inteira, “segundo antigas leis de vizinhança e analogia”. (MANONNI, 1988, p. 96)

Ver-se-á então no Homem dos Ratos que Freud trata indistintamente a palavra *Ratte* umas vezes como significante cuja forma verbal produzirá efeito na ordem das formas literais, e outras como representação de um símbolo, no sentido junguiano, remetendo a relações associativas que se definem em um plano que não é o verbal. (MANONNI, 1988, p. 96)

Freud dialogando com seu súdito dileto, incluindo-o como co-autor no texto. Opõe-se, então, o inconsciente profundo e o superficial, aquele cujo dialeto deve ser procurado sob a forma híbrida no discurso do paciente. Quando Freud interpreta a relação entre o ímpeto por emagrecer com o nome do invejado primo da dama, “Dick” (gordo em inglês), o paciente rechaça a interpretação, e afirma que se trata de um vínculo demasiado superficial à consciência. “Não significa”, indaga Manonni (1988, p. 97), “que pertence ao inconsciente de maneira radical e que não há que se perguntar se o inconsciente é superficial ou profundo, interior ou exterior?”¹⁹

Seria preciso admitir um inconsciente que contém juramentos, oráculos e mitos, e que irrompe de forma verbal, e considerar que o ‘tópico’ não é separado do ‘funcional’. Não se aloja nas profundidades, “é o inconsciente da psicopatologia da vida cotidiana, que conhece a tabuada melhor que a consciência”. (MANONNI, 1988, p. 104) Fica posta a questão de um duplo discurso e das relações do obsessivo com sua própria palavra. Afirma Freud, por exemplo, a lei de Lesa

¹⁹ “Outro impulso, (...) não resultou ser de tão fácil esclarecimento porque pôde esconder seu vínculo com o vivenciar detrás de uma das associações extrínsecas que parecem tão chocantes a nossa consciência.” (FREUD, 1909/2001, p. 148-9)

Majestade, onde se pune tanto a forma direta quanto a indireta de um insulto ao imperador. O discurso inconsciente não é reconhecido como próprio pelo paciente, e aparece como uma das únicas formas de fazê-lo recuperar seu lugar de sujeito.

Lacan, por sua vez, recorta outra dimensão da obra freudiana, e a utiliza para expandir a compreensão da psicanálise e das múltiplas faces do Complexo de Édipo. É da “quadratura do triângulo” edípico que Lacan irá se dedicar e para isso se valerá da particularidade do caso aqui analisado. “E o que faz a particularidade deste caso é o caráter manifesto, visível, das relações em jogo”.(LACAN, 1987, p. 53)

Inicia o texto dizendo que a psicanálise é uma arte na medida em que se utilizava este termo na Idade Média para designar a astronomia e a dialética. O que a diferencia das ditas ciências é que ela põe em relevo “uma relação fundamental com a medida do homem” (LACAN, 1987, p. 46). Existe, enfim, no seio da experiência analítica, algo que pode se chamar de mito, ou ainda, algo que não pode ser transmitida na definição da verdade.

O Homem dos ratos, como se observa, reproduz, encena, o mito pré-histórico de sua família. A tradução de seus sintomas só pode ser feita quando se realiza a correspondência das alucinações do paciente com dois traços da história de seu pai.

A constelação – e porque não? no sentido em que dela falam os astrólogos – a constelação originária que presidiu ao nascimento do sujeito, ao seu destino, e diria quase à sua pré-história, a saber as relações familiares fundamentais que estruturaram a união de seus pais, mostra ter uma relação muito precisa, e definível talvez por uma fórmula de transformação, com o que aparece como sendo o mais contingente, o mais fantástico, o mais paradoxalmente mórbido do seu caso, a saber o último estado de desenvolvimento da sua grande apreensão obsidiante, o cenário imaginário ao qual chega como à solução da angústia ligada ao desencadear da crise. (LACAN, 1987, p. 53-4)

O primeiro, a suspeita de que tenha havido um engajamento por conveniência entre os pais. O pai toma o prestígio emprestado da mãe, posicionada num patamar mais elevado da hierarquia burguesa. Ademais, a suspeita de uma paixão por uma “rapariga muito pobre mas bonita”, que ressurge com insistência na forma de uma piada displicente entre os pais. O segundo episódio: uma dívida de jogo de cartas adquirida por este “sub-pai”, que por conta dela, ficou a dever a vida e a honra, não fosse ter sido ajudado de última hora por um amigo, e quem o destino transformou em eterno credor. Estes dois traços compõem a “constelação familiar do sujeito” (LACAN, 1987, p. 55)

O que se observa de saída é “a correspondência estrita entre esses elementos iniciais da constelação subjetiva, e o desenvolvimento último da obsessão fantasmática”.(LACAN, 1987, p. 56) Este drama é o mito individual do neurótico. Reflete “a relação inaugural entre o pai e a mãe e o personagem, mais ou menos apagado no passado, do amigo” (LACAN, 1987, p. 59). O paciente está condenado a pagar uma dívida impagável, como se o que não estivesse solucionado em um lugar precisasse ser reproduzido em outro, em uma sobreposição sempre desencaixada.

Há por um lado a frustração, ou mesmo uma espécie de castração do pai. Há por outro lado a dívida social, nunca resolvida, que está implicada na relação com o personagem, um último plano, do amigo. (LACAN, 1987, p. 60)

O equilíbrio moral e psíquico de um sujeito do sexo masculino depende do reconhecimento de sua virilidade, e dela em seu trabalho, da possibilidade de

aceitação de seus frutos. Em segundo lugar, exige um gozo pacífico do objeto sexual eleito pelo sujeito.

No neurótico, afirma Lacan, ocorre o oposto disso. A parceira sexual desdobra-se ou na forma da mulher rica ou da mulher pobre. Quanto mais próxima, maior a “aura de anulação” que a rodeia, desdobrando-se uma outra figura mais idealizada e apaixonada.

Enquanto sujeito viril, num esforço por reencontrar-se consigo próprio, ele “vê aparecer ao seu lado um personagem com o qual tem também uma relação narcísica enquanto relação mortal. É a este que delega o fardo de o representar no mundo e de viver no seu lugar”. (LACAN, 1987, p. 63)

Em um episódio de juventude de Goethe registrado em seu “Poesia e Verdade”, e citado por Freud em “O Homem dos ratos” (1909/2001, p. 205), vemos como o poeta alemão se afasta, mascarando-se mais e mais, ao encontrar sua amada, aquela com quem Goethe quebrará o temor de uma maldição rogada por uma amante anterior. Ao justificar este ato estapafúrdio de disfarçar-se de estudante de teologia e funcionário de albergue para ir-se encontrar com a amada, utiliza como metáfora “os disfarces que os deuses tomavam para descer junto dos morais” (LACAN, 1987, p. 68). Os deuses fazem isso por temor de perderem, com a proximidade dos mortais, a própria imortalidade.

Por medo, Goethe se faz de coadjuvante da própria aventura. É como pessoa exterior a si próprio, e não como herói, que representa seu romance.

... quando Goethe ousou ultrapassar a barreira, pelo contrário apercebemo-nos por toda a espécie de formas substitutivas – a noção de substituição aparece indicada no texto de Goethe – que os seus temores foram sempre crescentes relativamente à realização deste amor. Todas as razões que foi possível invocar – desejo de não se ligar, de preservar o destino sagrado de poeta, a própria diferença de nível social – não são

senão formas racionalizadas, disfarce, superfície da corrente infinitamente mais profunda, que é a da fuga diante do objeto desejado. Diante do seu objeto, vemos de novo produzir-se um desdobramento do sujeito, a sua alienação em relação a si-próprio, as manobras por meio das quais ele se constrói um substituto ao qual devem dirigir-se as ameaças mortais. A partir do momento em que ele reintegra este substituto em si-próprio, fica impossibilitado de conseguir o seu objetivo. (LACAN, 1987, p. 71)

Lacan conclui afirmando que a quadratura da situação do neurótico supera a estrutura tradicional da triangulação: o ódio do pai, o desejo pela mãe, a erupção dos sintomas. Nesta quadratura encontra-se o pai humilhado pela impossibilidade de se sobrepor o simbólico pleno e o real frustrante; encontra-se a relação narcísica que faz com que o outro sempre apareça mais sólido que a imagem de si, inaugurando um abandono constitutivo e uma experiência de morte; vê-se também o desdobramento da figura do pai na forma de um substituto (padrasto, pai da mãe, irmão ou como no caso do Homem dos ratos, um amigo); finalmente, temos a morte imaginada como motor da dialética (e não apenas a função paterna da palavra e do amor).

Menezes, em “O Homem dos Ratos e a questão do pai” (2002), debruça-se sobre muitas afirmações colocadas por Lacan. Considerando que a hostilidade do Homem dos ratos não é contra o pai interditor, mas “contra o pai que falha”, que é insuficiente em sua função interditora, e portanto, ordenadora da função edípica”. “O pai insuficiente é o pai edípico já derrotado”. (MENEZES, 2002, p. 135-6)

Há, portanto, uma diferença importante entre Lacan e Menezes. Enquanto aquele afirma que o pai humilhado constitui o mito individual do neurótico e amplia a noção de Complexo de Édipo, para Menezes o pai humilhado é obstrução ao Complexo de Édipo.

No caso da neurose obsessiva do Homem dos Lobos, o recálque se dirige contra a manifestação de uma homossexualidade em relação ao pai, enquanto que para o Homem dos Ratos é o ódio o elemento primário, sendo o amor elemento reativo.

Nesta gangorra mobilizadora de afetos, a amiga e o pai parecem situar-se no mesmo plano, e não em lugares distintos, não permutáveis, em que um ocupasse a posição de objeto de desejo erótico e o outro a de interditor ou obstáculo à realização do desejo, disposição absolutamente necessária na lógica do Complexo de Édipo. (MENEZES, 2002, p. 135)

Atenta-se para a transferência repugnante e horrível produzida por este ódio, que, segundo Mezan (1998) é um ódio tão assustador a Freud, a ponto de este realizar ali uma injunção na teoria.

Ocorrem-lhe fantasias e sonhos em abundância, que Freud chama de “*transferências repugnantes*”, em uma sorte de orgia incestuosa (transferencial). Cito alguns exemplos: ocorre-lhe em sessão a idéia que “*a Sra. Freud vai lambe-lo no cu*”, ou a fantasia de que “*a filha de Freud está chupando um dos secretários do tribunal, um tipo nojento que está nu*”, ou o sonho: “*o corpo nu da mãe de Freud com duas espadas enfiadas no peito, devorada em seu baixo-ventre e em seu sexo por Freud e as crianças*”, ou ainda esta fantasia em que manda Freud trazer sua filha ao quarto, “*para que ele a lamba*”. (MENEZES, 2002, p. 136)

Outra questão ressaltada por comentadores é a presença ausente da mãe do Homem dos ratos no texto. Com dissemos, Mezan (1998) afirma que, a partir do texto, se observa que a mãe é quem paga as sessões do paciente, e, no entanto, encontra-se ausente das demais conjecturas de Freud. Da mesma forma o faz Zlotnic (1998), dizendo que “O papel da mãe do paciente no presente caso (...) fica minimizado em detrimento do papel do pai”. (p. 49) Segundo o autor, Freud se esforça para “atenuar a força materna”, chama a presença da mãe de “obscura”. Analisa o fato de a dama escolhida pelo paciente ser estéril, e nunca poderia ser mãe. “Será sempre *não-mãe*. E é por este registro da negativa que a

importância da mãe de Paul se insinua: Freud faz uma *não-mãe* que atravessa todo o caso, desprezando tantos fatos significativos”. (p. 54)

Laplanche (1993), por sua vez, faz uso do Homem dos ratos para pensar a chamada “angústia moral”, pondo em dúvida a antiga oposição, entre o vital e o humano, o biológico e o social, e a conhecida tendência, tão empregada por Freud, de colocar o isso do lado da natureza e a cultura ao lado do eu e de suas derivações, como o ideal do eu e o supereu. Ora, diz, a pulsão sexual foi criada em oposição ao instinto, e é marcada não pelo único fim de reprodução e autoconservação, mas pelo polimorfismo. A sexualidade da criança não é contudo arbitrária. Este “escoramento vital” não é concebível sem a relação humana – sem a imersão na cultura. O eu por sua vez, representa um papel fundamental nesta chamada autoconservação. O bebê humano é aquele incapaz de se defender e de se nutrir: aquilo, portanto, que garante a preservação do sujeito deriva-se dos atributos do eu: a capacidade de se identificar e de busca do outro, e que é o impulso vicariante, e de busca de um equilíbrio homeostático a partir de uma gradual definição deste eu.

Da mesma forma, “a lei não está do lado do recalcante, assim como o superego está imerso no id, na pulsão”. (LAPLANCHE, 1993, p. 243). “Toda renúncia pulsional converte-se então numa fonte de energia para a consciência moral”. (FREUD apud LAPLANCHE, 1993, p. 339) O questionamento de Freud acerca da moralidade, das normas, é se ela não se inicia na condição de ser-homem. Se não há uma pré-moralidade natural – os bons costumes, asco pelos excrementos, concepções éticas e estéticas – a partir da qual a moralidade se constitui.

Na história da psicanálise freudiana, o supereu surge tardiamente. Este “olho de Deus”, esta culpa da psicanálise é talvez dentre as instâncias da tópica a mais antropomorfizada. Para compreender esta questão, Laplanche se aprofunda nas chamadas “doenças morais”, a neurose obsessiva e a melancolia. Como nosso objetivo é estudar a apropriação de diferentes autores de “O Homem dos ratos”, ficaremos no que Laplanche diz desta primeira doença moral. O autor francês inicia retirando do texto uma idéia singular, a do “crime do pensamento”. O paciente pensa na morte do pai continuamente, e continuamente rechaça esta idéia. Sente-se, sem entender por que, um criminoso. O crime, interpreta Freud, é o desejo realizado em pensamento de que o pai morra. O paciente rejeita a interpretação. Freud recorre àquele argumento emblemático, o crime de Lesa Majestade, onde afirmar que o imperador é um asno é tão digno de punição quanto dizer “se alguém disser ‘O imperador é um asno’ terá de se haver comigo”. Estamos diante da onipotência do pensamento, processo infantil onde colocar para dentro (pensar) e desejar é a mesma coisa, e onde pensar um crime é cometê-lo. Assim, “Só pode ser pensado aquilo que pode ser desejado.” (LAPLANCHE, 1993, p. 265), característica primitiva que a religião parece ter intuído há já muito tempo.

Há verdadeiramente uma coalescência do pensamento obsessivo e do pensamento religioso. Há uma profunda ressonância. A religião viu bem que, num certo nível, precisamente no nível da “interioridade” – (...) – pensar e desejar são a mesma coisa. (LAPLANCHE, 1993, p. 266)

Outro elemento significativo é o circuito da dívida, presente no texto, e que já foi há pouco abordado por Lacan. Neste circuito, Laplanche inclui outros três: o circuito da análise (no qual o paciente não busca a análise para se curar,

mas para pagar uma dívida), o circuito dos ratos (que inaugura um quadro de equivalências simbólicas, dessa quadrilha de “objetos parciais”, rato-filho-casamento-pênis-fezes-dinheiro-herança, possibilitando toda uma série de trocas possíveis, ao mesmo tempo cruéis e sádicas) e o circuito familiar (neste, o casamento por dinheiro, a dívida do jogo, a dispensa sentida de uma jovem bela e pobre).

Portanto, um circuito de dívida extremamente complexo, dívida inextricável e dívida impossível de saldar, dado que a obrigação é restituir o dinheiro a uma pessoa que não foi aquela que efetivamente o desembolsou. Não se trata, pois, de um circuito fechado, mas de um circuito impossível de fechar, de um anel quebrado, uma espécie de espiral que recorda a espiral essencial da psicanálise: o fato de que *o objeto a reencontrar não é o próprio objeto perdido* mas um certo representante desse objeto para sempre defasado em relação a ele, se bem que (se mal que!), afinal, o objeto perdido – a mãe – jamais seja reencontrado, duplamente perdido está: ao mesmo tempo realmente e na representação. (LAPLANCHE, 1993, p. 269)

No caso do Homem dos ratos, é herói aquele que paga uma dívida impagável, comparável apenas a um Conde de Monte Cristo. Criminoso aquele que deve uma soma que não contraiu. Neurótico aquele que corre atrás de um credor substituto de uma dívida herdada. Segundo Laplanche, trata-se de um “verdadeiro conto de fadas burguês”.

Empreguei a palavra “burguês”. Pode-se dizer, com efeito, que há aí um conflito burguês em toda a sua banalidade. No pai: fazer o casamento socialmente aprovado que consolida a sua situação e lhe permite entrar numa família de ricos industriais; casamento remunerador, sobre o fundo de pequenas “farras” ou indelicadezas da juventude, dessa dívida de jogo jamais resgatada. No filho: retomada do mesmo problema, visto que a única sombra, com a mulher, é justamente o fato de ela não ter fortuna e de a mãe lhe ter proposto um partido mais rico (a mãe era simplesmente, neste caso, a intérprete das vontades familiares e paternas); portanto, um conflito entre seu amor e a vontade do pai que veicula as regras sociais de um certo meio. O complexo de Édipo – interdição da mãe pelo pai – vem aqui ajustar-se à situação social, porquanto o pai aparece ao filho, por refração, como o interditor já não da mãe mas da mulher pobre. Ainda em termos diferentes, poder-se-ia dizer que há todo um circuito de mercado (penso no que pôde ser dito da troca de mulheres): mercado do amor, mercado da mulher-mercadoria, mercado que se encontra nos dois

casos não-fechado, em desequilíbrio, e isso de modo homotético no filho e no pai. (LAPLANCHE, 1993, p. 272)

Mas a moral aí implicada não é meramente adestrada, domesticada, não se transmite apenas pelo hábito, no paciente. Há uma sujeição que não se sujeita, e que expande o circuito familiar, e que é o circuito dos ratos, o que nos impede de reduzir a obra à pura lógica de mercado. O circuito dos ratos abre as portas para esta ronda de objetos parciais, objetos indomáveis, excrementícios e sexuais. Não há mera troca, e a mulher não representa unicamente uma mercadoria.

Segundo Laplanche, objetos sadomasoquistas. A tontura da neurose é uma máquina de torturas, e o Homem dos ratos converte-se em um “carrasco de si mesmo”. Na referência a Lagache, há um intercâmbio do jogo de poder, quando se inaugura o poder da passividade e da dimensão ativa desta passividade. Em contrapartida, o ativo também “sofre” em sua posição, também se sujeita à atividade. O Homem dos ratos deseja fazer sofrer o pai e a amada, e na tortura que aplica em pensamento, também sofre ao introjetar a dor do outro.

O Homem dos ratos se afasta desta criança cor-de-rosa tão presente no imaginário social. Identifica-se com um rato, esperneia, morde a babá, sai e entra no corpo da mãe, tendo em vista que, para a criança, ela própria é também um “objeto parcial”, posse do pai e da mãe, bebê que fantasia ter, dar, ser. É-se um bebê, tem-se um bebê, dá-se um bebê.

“Onde está a moral em tudo isso?” “A criança é, pois, o rato que penetra no outro, mas também o rato que penetra nele, Homem dos ratos”. (LAPLANCHE, 1993, p. 286) Dentro do Homem dos ratos, os próprios

pensamentos comportam-se como ratos. A luta contra eles é física, higiênica, e o tabu de tocá-los se aproxima muito da distância higienista entre homens e estas criaturas dos bueiros e dos esgotos.

Mas o que é veiculado ao longo dessas vias verbais é uma coisa muito distinta dos regulamentos, e mesmo de uma lei codificada. É uma espécie de objeto imundo e repugnante, atacando pelo interior, insinuando-se subrepticiamente no corpo, sádico, mordente como um *remorso*. O superego apresenta-se como um rato, gozador, cruel, a própria imagem da pulsão. De sorte que o conflito moral, torturante, implacável, aparentemente assimilável a um conflito de nível elevado, não faz mais do que encobrir uma luta “cruel e lúbrica” em que o castigo supremo está sempre agregado ao gozo supremo. Freud descreve ainda extensamente esse pensamento compulsivo. Em especial, ele descreve em mais de uma passagem essa luta do Homem dos Ratos contra enunciados que surgem nele de maneira súbita, incoercível, e contra os quais é preciso estabelecer barreiras; defesa que, por sua vez, é freqüentemente contaminada pela pulsão. (LAPLANCHE, 1993, p. 286-7)

Este sobrevôo acerca de alguns comentadores de “O Homem dos ratos”, última estação antes de aterrisarmos na análise do texto propriamente dita, repito, serviu para salientar a diversidade de abordagens sobre o texto aqui estudado. Por mais sucinta que seja, não estaria completa se não mencionássemos a obra de Mahony sobre ela. Podemos dividir seu trabalho, de modo didático e um pouco simplificador, em dois empreendimentos. O primeiro se dedica a procurar na construção discursiva impregnações do inconsciente do narrador: repetições, lapsos, diálogos, omissões, encadeamentos, etc. O segundo procura alçar o contexto que permeia a obra, desejando, por diversos meios, saber detalhes extra-clínicos, certidões, pistas “materiais”, no encalço de um Sr. Ernst Lanzer, que como se fica sabendo, é o “verdadeiro” nome do Homem dos ratos.

Pois bem. A primeira empreitada é tão rica e fundamental em sua análise de discurso, que não pude evitar incluí-la no próprio texto de análise. Nela

está uma hipótese que muito enriquece os objetivos que queremos alcançar. Quanto à segunda empreitada, apesar de creditarmos a ela significativa importância, não nos serve para este trabalho, justamente porque se afasta de um de nossos nortes mais importantes: a de que o contexto de um texto pode ser encontrado dentro do próprio texto. Que o personagem da obra analisada não se chama de modo algum Ernst Lanzer, mas tão somente Homem dos ratos, e que, por sinal, nos diz muito mais. Desta maneira, não se deve, para nossos propósitos, procurar a realidade factual por detrás da obra, no seu entorno, mas sim a realidade que a própria obra edifica, nela e a partir dela. Nela e, por disseminação e transmissão, aos que estão inseridos na mesma trama discursiva e cultural que ela, e que, a partir dela, sujeitam sujeitos, tecnologias de si, formas de apreender a si mesmos e aos outros, modos de subjetivação analista e modos de subjetivação paciente, e outros tantos que se insinuam e se entrecruzam. Nossa realidade é o jogo das realidades psíquicas que se relacionam no texto. Nossa Viena, como dissemos, é a Viena do narrador.

Iniciemos, após este aquecimento, a análise propriamente dita, explicitando elementos que não foram objeto de atenção dos comentadores acima arrolados. Como já dissemos, a metapsicologia nos interessa apenas indiretamente. Na apreensão de uma voz que discursa, passemos para o primeiro eixo de análise: aquele que estuda a relação do analista com a cidade onde está mergulhado.

3. CIDADES SUPERPOSTAS, CIDADES SOTERRADAS: O PSICANALISTA E A CIDADE

“Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”.

- Italo Calvino -

Ainda nos primeiros parágrafos da introdução do texto publicado, “A propósito de um caso de neurose obsessiva”, vemos que o método de escrita escolhido por Freud para a explanação do caso clínico é aquele detectado por Mahony como sendo o ‘método genético’. Afirma que o caso terá uma forma fragmentária, e que o conhecimento sobre a neurose obsessiva é a continuação – nem o começo, nem o fim – da teoria elaborada pelo psicanalista acerca da neurose obsessiva.

Confesso que até hoje não consegui penetrar de maneira acabada no complexo encaixe de um caso grave de neurose obsessiva, e que a exposição da análise não seria capaz de evidenciar para outros, através das justaposições do tratamento, esta estrutura discernida analiticamente, ou vislumbrada. (FREUD, 1909/2001, p. 124)

E, mais adiante,

Em tais circunstâncias, não resta outra possibilidade que comunicar as coisas da maneira imperfeita e incompleta em que se as conhece e, por acréscimo, têm permitido dizê-las. Os retalhos de discernimento que aqui se oferecem, laboriosamente obtidos, podem parecer pouco satisfatórios em si mesmos, mas acaso sejam retomados pelo trabalho de outros investigadores e o empenho conjunto consiga o logro que é demasiadamente difícil para um só indivíduo. (FREUD, 1909/2001, p. 125)

Na mesma trilha do “confesso” do narrador, são quatro, portanto, os “culpados” pela narração fragmentária e pela explicação inacabada. Deter-nos-emos neste ponto no primeiro “culpado”. O segundo é a dificuldade do objeto de estudos. O terceiro é a dificuldade dos obsessivos de procurarem a análise, e, o quarto, o isolamento no trabalho, como descrito acima. Vemos como, já na apresentação, a variedade de leitores é trazida para a co-produção da obra: o público leigo, o paciente, o pesquisador. O primeiro, representando o cidadão comum, concentrará nossa atenção neste momento.

Logo de início, o narrador inicia a justificativa de porque não considera perfeito seu modo de explanação, e tampouco digno de imitar-se.

Com efeito, não posso comunicar o historial completo do tratamento porque isso exigiria penetrar em detalhe das circunstâncias de vida de meu paciente. *A enfadonha atenção que uma grande cidade presta muito particularmente à minha atividade médica me veda uma exposição fidedigna*²⁰; e, por outro lado, faço cada vez mais inadequadas e reprováveis as desfigurações a que se deve recorrer. (FREUD, 1909/2001, p. 123)

A enfadonha atenção de uma grande cidade sobre as atividades médicas do narrador é o primeiro empecilho da exposição fidedigna. Curiosamente, se o texto aproxima o enfermo – convidando-o para a análise – e aproxima o pesquisador – convidando-o para a pesquisa – a grande cidade é declaradamente não convidada, e ao mesmo tempo é, de maneira resignada, aceita como uma presença inoportuna. Temos um julgamento disfórico da grande cidade que, como veremos, irá se repetir ao longo de toda a obra. O narrador inclusive defende mais adiante que, do ponto de vista técnico, a conduta curiosa

²⁰ Grifo meu.

do médico analista seja contida²¹. O analista se discrimina dos leigos por sua capacidade em sufocar sua curiosidade. Segundo Freud (1909/2001, p. 138), "...; a técnica psicanalítica correta ordena ao médico sufocar sua curiosidade e deixa ao paciente a livre disposição sobre a seqüência dos temas no trabalho".

Se é certo que a presença da cidade no texto analítico não é bem-vinda, é certo que esta mesma cidade brinda o médico com seus pacientes. Se médico e paciente têm sua autonomia obstruída pelas atenções de seus contemporâneos, é deste contato sufocante que o médico obtém um reconhecimento necessário. O próprio homem dos ratos vem à análise movido pela fama do analista.

Ao perguntar-lhe o que o levou a situar em primeiro plano as notícias sobre sua vida sexual, responde que é por aquilo que sabe sobre minhas doutrinas. Não leu nada de meus escritos, salvo quando folheando um livro meu [Psicopatologia da vida cotidiana, 1901] achou o esclarecimento de alguns enlaces raros de palavras; e tanto se assemelhavam a seus próprios "trabalhos de pensamento" com suas idéias que se resolveu a confiar-se a mim. (FREUD, 1909/2001, p. 127)

Desta infidedignidade declarada e imputada à presença maciça da cidade, poderemos derivar também outra conclusão. A diferença entre o texto publicado e o texto manuscrito (publicado postumamente) é a construção do pensar do narrador e a onipresença do público leitor. O leitor leigo se apresenta principalmente, segundo o narrador, onde este omitiu informações importantes, presentes na transcrição das sessões. A cidade está ali onde o médico precisa forçosamente se ausentar. A cidade atrapalha, portanto, com sua curiosidade entediante, o desenvolvimento da psicanálise.

²¹ Cf. *A lógica do absurdo e o absurdo avesso à lógica*.

Com este discernimento, temos um instrumento importante de análise para a nossa pesquisa. Se a diferença entre os dois textos – excluindo a elaboração narrativa – é a presença da cidade, teremos, além das referências explícitas a Viena, uma outra totalmente implícita. Se acompanharmos o que há de importante nos manuscritos das sessões e que se ausenta na exposição pública, teremos um modo possível de observar como a sociedade pode identificar determinada pessoa. Pode-se sacar então os índices de reconhecimento de um indivíduo em nossa Viena. O próprio texto faz menção a esta situação paradoxal:

Se são ínfimas, não chegam ao fim de proteger ao paciente da curiosidade indiscreta; e se avançam mais, exigem um sacrifício excessivo, pois destroem o entendimento do nexos atados, justamente, às pequenas realidades da vida. E esta última circunstância produz uma situação paradoxal, pois é mais possível dar à publicidade os segredos mais íntimos de um paciente, pelos quais ninguém o conhece, do que os detalhes mais inocentes e triviais de sua pessoa, notórios para todo o mundo e que o fariam identificável. (FREUD, 1909/2001, p. 124)

O reconhecimento dado a uma pessoa pela sua cidade é aquele pautado não pelo que a psicanálise valoriza e sobre a qual constrói sua teoria – os seus segredos mais íntimos – mas por aquilo que é trivial, inocente e pequeno. Encontra-se aí uma primeira divisão do sujeito, dentre muitas realizadas no texto.

Mas o que haverá de essencial nos manuscritos originais que são omitidos no texto para publicação? No cotejo intertextual, podemos encontrar inúmeros detalhes, sonhos, comentários, repetições que foram elaborativamente sistematizados na versão publicável. O teor telegráfico dos comentários certamente transforma os dois textos em documentos formalmente distintos. No entanto, destacamos três elementos recorrentes na transcrição das sessões e que foram deliberadamente silenciados. A primeira vista nos parecem – do ponto de

vista dos valores depreendidos, e não dos resultados teóricos do caso – isoladamente irrelevantes. Vejamos, no entanto, se sob esta leitura, representarão algum esclarecimento.

O primeiro elemento a ser omitido são os *nomes*: o nome do homem dos ratos, da dama, dos parentes, das mulheres amadas e com as quais o paciente mantinha relações. A rede de nomes tornaria identificável o paciente para aqueles que lessem o caso clínico. Curiosamente, os nomes não revelariam somente o universo íntimo do paciente, mas também do analista. Ao confessar o nome da dama ao médico – nome este que surge numa formação condensada de uma *fórmula de proteção*²² proferida pelo paciente para evitar que algo de terrível acontecesse com a dama – o analista demonstra espanto em sua descrição

Pois bem, o paciente mesmo parece que sabia: acaso durante as manobras não resultou uma grande moléstia que o capitão N. mencionara uma vez o nome de uma senhora Gisela Fluss (!!!), como se não quisesse contato algum entre Gisa e um oficial? (FREUD, 1909/2001, p. 219)

Agora: como prosseguir com sucesso o esclarecimento escrito da análise sem mencionar que este era o nome de uma moça por quem o jovem Freud, em sua época de estudante, em primeira visita a seu vilarejo natal, havia sentido imensa atração? Revelar a fórmula protetora, e o nome da amada contido nela não exporia também em demasia o próprio médico?

Mais do que abrir as portas da história do analista para o leitor da obra, o nome Gisela Fluss parece ter suscitado o próprio analista, que, dentro do jogo, simulando representar o papel ao qual é atribuído, sacia uma oculta curiosidade.

Bem revela Mezan (1998) quando se lembra que, alegando tentar vencer a resistência do paciente em falar da dama, pede que este traga uma fotografia dela. A fotografia é a única forma de provar se aquela dama, tão própria do Homem dos ratos, tão singular, tão exclusiva à sua realidade psíquica, faria ou não parte da história do analista.

A segunda característica omitida, em seqüência à rede de nomes relacionados à pessoa do paciente e do médico, é a *profissão* que o homem dos ratos abarca como sua vocação: o direito. Vemos a seguir como que, no manuscrito das sessões, ele surge com todas as letras: “Diz haver perdido anos em seus estudos pela luta contra suas idéias, e por isso só agora é praticante nos tribunais. Em sua atividade profissional, os pensamentos só se fazem valer quando se trata de direito penal”.²³ (FREUD, 1909/2001, p. 198-9)

Que esclarecimentos faria o médico a partir de um advogado que se considera um criminoso, e que, segundo a psicanálise, de fato é? (FREUD, 1909/2001, p. 140)²⁴ O jovem advogado nos é conhecido apenas pela dificuldade em realizar seus exames e pela sua presença em manobras militares. De certa forma, há aí a garantia de um anonimato na carreira militar e de um reconhecimento pelos tribunais. É pelo último que este jovem é reconhecido, em Viena, e poderia ser reconhecido no texto.

²² A fórmula protetora, *Gleijisamen*, continha em seu interior o nome da amada, *Gisela*, uma enunciação de caráter religioso, *amen*, e ainda uma realização de desejo, o *samen*: e que ele une seu sêmen ao corpo da amada; ou seja, dito vulgarmente, se masturba com sua representação. (Freud, 1909/2001, p. 220)

²³ Mezan (1998, p. 133) aponta que a tradução literal da expressão *strafecht*, presente na frase acima como “direito penal”, é “direito de castigo”.

²⁴ Não saberemos se a fama dos advogados, veiculada pelo senso comum, de “roer o dinheiro” de seus clientes, seu vínculo com o inescrúpulo, e com a reputação de que ele “rouba” mais do que o próprio criminoso poderia ser encontrada aqui. Como fundamento desta imagem tão difundida acerca da vocação do direito, poderemos citar um seriado americano que une rato e advogado, *Advorat* (Advorato, em português), em uma analogia declaradamente pejorativa

Em terceiro lugar, no texto publicado estão ausentes *um par de espadas japonesas* que se encontram sobre sua cama, e que o sonho do paciente utiliza como material, uma representando o coito, e outra o matrimônio.

As espadas japonesas existem realmente, estão penduradas sobre a cabeceira de sua cama e constam de muito numerosas e pequenas moedas japonesas. Presente de sua irmã maior, de Trieste; quando pergunto, diz que ela vive um casamento muito ditoso. Pode ser que a empregada, que retirou o pó enquanto dormia, havia tocado nas moedas, fazendo assim um ruído que penetrara em seu dormir. (FREUD, 1909/2001, p. 209)

As espadas, no entanto, são privadas de penetrarem no texto publicado na época. Tal constatação é certamente menos clara do que as outras duas características omitidas, mas logo assumem com elas uma tríade elementar. É evidente, portanto, que as posses podem identificar um sujeito em Viena, da mesma forma que seu nome e sua profissão. Os detalhes mais inocentes e triviais de uma pessoa, e que dão a ela notoriedade são o *nome*, a *profissão* e a *propriedade*. Nesta seqüência, a ascendência, o que o sujeito faz e o que o sujeito tem.

Da mesma forma, o paciente enquanto cidadão tem acesso à figura do médico, e a curiosidade sobre ele levam-no a folhear seu livro. Daí podemos retirar duas formulações opostas. A primeira, de que o paciente não chegou a ler o livro do médico vienense. Corroborar, esta formulação, com outra, qual seja, a da cidade que se interessa mais pela vida comezinha das atividades médicas do analista do que por suas doutrinas. Por outro lado, entretanto, sabemos que algo das palavras atentas de Freud sob o olhar desatento do leitor paciente o fez procurar seu autor. Encontrou ali um eco na experiência do próprio sofrimento. O autor seria então o responsável por algo muito significativo, significativo o

suficiente para que se enganchassem os pensamentos escritos com aqueles tidos e sofridos pelo Homem dos ratos. Naquele mundo descrito como dividido entre o segredo obsessivo e a sagacidade de um advogado, um médico poderia entendê-lo.

Acerca da justiça, da lei e do direito, vemos duas referências a este eixo que podem nos esclarecer a crítica do médico em relação a como estas instâncias se estruturam na cidade. Referem-se também à Justiça como instância curiosa, mas que, na importância que esta possui na sociedade, quando se reproduz, assume uma gravidade mórbida. A curiosidade da Justiça pode ser figurativizada pelo policiamento. Vamos à primeira referência.

O narrador está a argumentar com o paciente que sua consciência de culpa é justificada, mas que foi vítima de um enlace falso. Há aí uma transposição de representações.

Pois bem, não estamos habituados a registrar em nós afetos intensos sem conteúdos de representação, e por isso, quando este falta, acolhemos como substituto outro que de algum modo convença; isso é o que faz nossa polícia: se não pode apanhar o verdadeiro assassino, aprisiona em seu lugar a um falso. (FREUD, 1909/2001, p. 140)

O próprio paciente realiza um procedimento semelhante, em transcrição manuscrita de sessão datada de 23 de novembro, figurativizando este tema de modo exemplar. O cunhado do Homem dos ratos narrara o caso de um assassino cujo sobrenome é o mesmo do analista, e este presente naquele uma desconfiança logo de início, na sessão:

A sessão que segue sobeja da mais espantosa transferência, e antes de sua comunicação encontro enormes dificuldades. (...) Ele sabe que em minha família uma vez sucedeu uma grande desgraça; um de meus

irmãos era garçom em um café, cometeu em Budapest um assassinato e foi julgado. (...) O cunhado é amigo de combinar fábulas, e encontrou a notícia em um velho número de Die Presse. Eu sei que se trata de Leopold Freud, o assassino do trem, quando eu estava no terceiro ou quarto ano escolar, e o asseguro que não tínhamos parentes em Budapest. Aliviado, ele confessa que por esta razão havia entrado nele desde o começo certa desconfiança.²⁵ (FREUD, 1909/2001, p. 223)

O cunhado defende e influencia o Homem dos ratos, incutindo neste a idéia de que a educação não é nada, e que a disposição (constitucional) determina toda a conduta do indivíduo. Sendo a constituição passada de geração em geração, o médico seria por isso um criminoso em potencial, ou um assassino secreto. A confabulação popular tem o mesmo efeito policiador da polícia oficial: acusar antes de saber, contentar-se com uma mentira que ocupe o lugar de um desconhecimento antes de qualquer averiguação. Os representantes da Justiça da cidade são injustos, assim como a curiosidade apressada e fabulosa que corre de boca em boca.

A *segunda* referência às leis da cidade se encontra quando em outra ocasião, o Homem dos ratos descreve os momentos em que se deixa entregar à prática onanista. Em um deles, ao ler o texto *Poesia e Verdade*, de Goethe, no instante em que o jovem autor, tomado de um arrebatamento, supera a falsa maldição que uma antiga e enciumada amante jogara sobre todas as pessoas que o beijassem depois dela. Em outra ocasião, nos diz:

“Por exemplo, em uma bela sesta de verão, quando no centro de Viena ouviu tocarem soberbamente a um postilhão, até que um guarda vedou-o, pois estava proibido tocar dentro da cidade”. (FREUD, 1909/2001, p.160)

²⁵ Tal citação é mais um exemplo de conteúdos de nomes próprios, referências à pessoa do médico, que se ausentam no material publicado e estão presentes no manuscrito das sessões.

A princípio não se encontra aí nenhum posicionamento valorativo acerca da proibição de tocarem. O trecho transparece apenas a insatisfação do Homem dos ratos, e não do narrador. Não podemos transpor a afirmação do trecho anterior para esta. Em uma, trata-se de uma utilização perversa da lei – prender um falso criminoso no lugar de um verdadeiro. Nesta, trata-se da execução de uma lei que já existe. No manuscrito das sessões, vemos a referência ao relato, só que com mais detalhes.

Assim, por exemplo, uma vez que em uma bela sesta escutou a um postilhão soprar soberbamente em Teinfaltstrasse, que no entanto cessou de fazê-lo quando um agente de polícia o proibiu, provavelmente *invocando algum velho decreto da corte*²⁶ pelo qual se proibia tocar na cidade. (FREUD, 1909/2001, p.205)

O prazer é seguido de uma sanção antiga. Ora, segundo a teorização, o onanismo do paciente se associa com a realização de um desejo infantil, e este padece de mandamentos que não têm mais razão de existir. Um desejo antigo que se realiza apesar de uma censura também antiga. A prática do analista consiste em situar tanto a masturbação quanto a voz paterna que a veta em seu tempo original, a infância, para que a atualidade passe a não ser mais regida por ela. As antigas leis devem ser substituídas por novas. Quando o paciente questiona a persistência de influências tão antigas, o médico utiliza-se de uma cidade para justificar a permanência do infantil.

Digo a ele que em verdade são só exumações, que o enterramento significou para elas a conservação: Pompéia somente foi ao fundamento agora, depois de descoberta (...) É que a Pompéia pode-se se esforçar para conservá-la, em troca que se pode também a todo custo se livrar destas idéias torturantes. (FREUD, 1909/2001, p. 140)

²⁶ Grifo meu.

E mais adiante, afirma: “Ele diz que uma auto censura só pode nascer se se violam as leis éticas mais genuínas da pessoa, não as leis externas (O corroboro; quem viola meramente estas últimas sente-se um herói.)” (FREUD, 1909/2001, p. 140-1)

Figurativizando o tema tratado, poderemos quem sabe pensar que há decantada em Viena uma Pompéia. Há decantado no sujeito, assim como na cidade, uma cidade mais antiga, mais arcaica, mais infantil, e que se conserva por seu soterramento e onde regem leis injustas que vedam o prazer ao sujeito de modo pouco afeito à autonomia. Se o paciente está subordinado a estas duas (às leis externas da polícia e às leis internas, internalização das figuras do pai e da mãe), ao médico cabe o lugar de *denúncia*. Neste sentido, o analista deve, de modo heróico, se colocar na posição de *estrangeiro*, considerando e conseguindo discriminar as leis antigas, que sancionam e proíbem abusivamente, das novas, que respondem a necessidades do presente. A Viena do narrador não é propriamente sua. Ao falar das lembranças soterradas, o médico aponta para as estatuetas e relíquias presentes em seu consultório. São provas de um triunfo do analista em resgatar o recalçado, o infantil da civilização. Em texto de 1930, escreve Freud²⁷:

Adotemos agora o suposto fantástico de que Roma não seja morada de seres humanos, mas um ser psíquico cujo passado fora igualmente extenso e rico, um ser em que não se tenha sepultado nada do que já se produziu, em que junto à última fase evolutiva sobreviveram todas as anteriores. (FREUD, 2001, p. 70-1)

²⁷ Paralela a esta análise está a leitura da obra *As Cidades de Freud* (2005), de Giancarlo Ricci, que em muito contribuiu para o aprofundamento deste eixo. Este trecho, e outros adiante foram nela citados.

Embora desfaça esta fantasia ulteriormente, anulando seu raciocínio por meio da afirmação de que não se possa representar a sucessão histórica em termos espaciais, é possível reconhecer esta representação no “O Homem dos ratos”.

Há ainda outro texto freudiano, publicado em 1926, onde o narrador intercede contra uma lei que tenta imputar somente ao médico a prática psicanalítica. Trata-se de *Podem os leigos exercer a psicanálise?: diálogo com um juiz imparcial*. Ali, novamente se vê um posicionamento liberal do eu narrador em diálogo com um outro, mais conservador, que tenta retê-lo. Longe de afirmar uma coerência extrema entre o narrador de 1909 e o de 1926, este trecho que se segue lança luz e pode esclarecer o texto estudado.

É o exercício da psicanálise uma matéria que deva estar submetida à intervenção da autoridade, ou é mais adequado deixá-lo livre a seu desenvolvimento natural? (...) Em nossa pátria reina de antigo um furor proibendi, uma inclinação a tutelas, intervenções e proibições, que como todos sabemos, não dá necessariamente bons frutos. (...) Ademais, não é preciso ser um anarquista para compreender que leis e disposições não podem pretender um caráter sagrado e intocável por sua origem, que freqüentemente seu conteúdo é insuficiente e lastima nosso sentimento de direito (ou bem isso ocorrerá passado certo tempo), e que dada a lentidão das pessoas que guiam a sociedade não nos resta outro remédio para corrigir estas leis inadequadas que o de infringi-las deliberadamente. (FREUD, 1926b/2001, p. 221)

Não é preciso proibir, diz o autor, que se toque em fios de alta tensão. Basta que se diga, como ocorre na Itália, “*Chi tocca, muore*”²⁸. Advoga o médico, portanto, uma política do *laissez faire*: a liberdade de poder se responsabilizar pelos próprios atos. Cada homem deveria buscar sua bem-aventurança à sua maneira (FREUD, 1926b/2001). Afinal, estas leis se originam de uma das três atividades do homem que o narrador considera impossíveis: governar. Não é à toa

que as outras duas atividades sejam a análise e a educação (FREUD, 1937a/2001, p. 249).

Policiamento constante, um sistema legal arcaico e uma aplicação perversa das leis. O narrador se posiciona quanto a elas em posição disfórica. Assomado a isso, vemos que tanto as sanções legais quanto as pedagógicas, no texto, são marcadas por uma ameaça de castigo corporal. Em uma delas, de origem oriental, narrado ao Homem dos ratos por um tenente que “evidentemente amava o cruel” e que advogava em favor dos castigos corporais. O condenado é atado, colocado sentado sobre um jarro dentro do qual são colocados ratos, que acabam por penetrar pelo ânus do torturado (FREUD, 1909/2001, p. 133). Esta cena torna-se emblemática na história da doença do paciente, dando enfim, origem ao título do texto. Não há a afirmação de que tal tortura tenha de fato se realizado além de, na ordem da opinião do tenente cruel ou da fantasia do paciente. Este, ao narrar o caso, levanta-se, e necessita do médico para concluir sua descrição. Em um segundo momento, o próprio pai castiga o filho por algo enojoso que fez. O pai interrompe o castigo assombrado com o apaixonamento do filho e não volta a castigá-lo. (FREUD, 1909/2001, p. 161) Mas o horror e o prazer pelo castigo perduram no discurso dos interlocutores da cena.

O que o narrador acusa na curiosidade provinciana de Viena é também sua capacidade de controle e de vigilância, descritos muito bem por Foucault (1975b/1987). De um regime de poder disciplinar em que os espaços são vazados pelo olhar de todos, e não mais como se fazia no modelo monárquico, caracterizado pelo confinamento da masmorra. Se Freud é usualmente acusado

²⁸ Para o português: “Quem toca, morre.”

de vazar as almas, estudá-las, descrevê-las, mensurá-las, estando muitas vezes na vanguarda da disciplina, aqui, a psicanálise está fazendo frente a ela. Se a psicanálise, para progredir, precisa publicar seus casos de neurose obsessiva, ela precisa também, para perdurar, da manutenção de seus pacientes à distância do olhar de todos. Freud não os coloca à mercê do panóptico – não anula suas singularidades nessa circunscrição, mas preserva as singularidades nesta circunscrição. Não há confinamento, mas a busca da autonomia e a denúncia do confinamento dos rituais, mandamentos, censuras e fantasias sintomáticas. Denuncia também as chamadas por Foucault de infra-punições, que são censuras e mandamentos legais que proíbem coisas que não são necessariamente ilegais, mas levam em conta a não autonomia dos cidadãos.²⁹

Outro heroísmo presente no texto de Freud, e que segue a mesma conduta em direção à autonomia, é aquele que se refere ao onanismo. Consagradamente criticado em sua época e nas precedentes, a criança que se masturba surge para a credence popular e para a medicina como o prenúncio do adulto perverso e degenerado.

Pedagogização do sexo da criança: dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou sobretudo na guerra contra o onanismo,

²⁹ O controle do estado sobre as condutas dos seus governados através de políticas anti-fumo, radares que proibam a velocidade alta dos veículos automotores, são algumas das políticas atuais que podem ser consideradas infrapunitivas. Em si não são crimes, mas sua presença considera que os cidadãos não são capazes de um cuidado de si e dos outros. São norteados por assumir a heteronomia dos indivíduos. A opção pela autonomia implicaria num descumprimento destas leis. É herói quem se opõe a elas.

que durou quase dois séculos no Ocidente. (FOUCAULT, 1976/2001, p. 99)

O narrador parece partilhar deste posicionamento descrito por Foucault de modo tão rico quase setenta anos depois. Suas conclusões são retiradas não da análise histórica do onanismo no discurso médico como faz o filósofo francês, mas das observações clínicas realizadas. A bandeira que o médico psicanalista carrega, em sua defesa tanto para os pacientes quanto para os médicos, é a da afirmação da sexualidade infantil – criticada, rejeitada, resistida.

Todos estão de acordo em proclamar o onanismo, pelo qual entendem a masturbação da puberdade, como raiz e fonte primordial de todo seu padecer; os médicos em geral não sabem a quê se ater sobre isto, mas sob a impressão da experiência de que também a maioria das pessoas que depois serão normais se masturbou um tempo durante a puberdade, se inclinam predominantemente a *condenar* como sobrestimações grosseiras o que os enfermos indicam. (FREUD, 1909/2001, p. 159)

Em seguida, coloca-se do lado dos pacientes em oposição aos médicos, embora discorde dos pacientes em relação ao fato de que são responsáveis por todas as perturbações neuróticas ao praticar o onanismo infantil. O onanismo da puberdade, afirma, não é senão uma derivação do onanismo infantil, “a expressão mais nítida da constituição sexual infantil” (FREUD, 1909/2001, p. 159)

Na citação acima, poderíamos observar que os médicos consideram exagerada a importância dada pelos pacientes a sua masturbação. Os médicos, a primeira vista, não condenariam a masturbação apoiados no fato de que esta prática foi executada também por pessoas normais. Seria o narrador aquele que, aliado ao discurso do paciente, condenaria o onanismo? O que o analista critica de fato parece ser a consideração isolada da masturbação, isolamento este

praticado pelos médicos. O onanismo não pode ser abordado, diz Freud, como uma “unidade clínica, esquecendo assim que constitui a descarga dos mais diversos componentes sexuais e das fantasias por estes alimentadas”. (FREUD, 1909/2001, p. 159).

A nocividade do onanismo é só em mínima parte autônoma, ou seja, condicionada por sua própria natureza. Naquilo de principal coincide por completo com a significação patógena da vida sexual. O fato de que tantos indivíduos tolerem sem danos o onanismo (vale dizer, certa extensão deste acontecer) nos ensina que somente nestes a constituição sexual e o decurso dos processos de desenvolvimento consentiram com o exercício da função sob as condições culturais, enquanto que outros indivíduos, em consequência de uma constituição sexual desfavorável ou de um desenvolvimento perturbado, enfermam na raiz de sua sexualidade, ou seja, não podem cumprir sem inibições e formações substitutivas os requisitos para a sufocação e a sublimação dos componentes sexuais. (FREUD, 1909/2001, p. 159)

O onanismo é nocivo enquanto sinal de uma incapacidade constitutiva ou adquirida (perturbação no desenvolvimento) de sufocar e sublimar os componentes sexuais, sendo estas condições culturais. Até agora vimos como que o analista se opõe à cidade. Poderíamos pensar aqui que esta oposição abarcaria as condições culturais impostas sobre os “indivíduos”. A patologia a ser combatida está no não cumprimento destas condições, em um desajuste social, em uma dificuldade em se adequar a esta sociedade. O paciente tenta realizar este recalque (sufocar e sublimar componentes sexuais), mas não o consegue completamente. Para tanto, acaba por manifestar inibições e formações substitutivas que o alienam deste conflito. A inibição e a formação substitutiva são versões patógenas, enquanto que a sufocação e a sublimação são versões integradas à sociedade, dos componentes sexuais³⁰.

³⁰ Visto que nosso objetivo é destacar a fala corrente freudiana, mantivemos o verbo “sufocar”. Sobre a escolha da tradução neste termo pela Amorrotu, vemos em *Sobre la versión castellana*: “...traduzimos Unterdrückung por “sufocação”; assim se fez, sistematicamente, ao longo dos textos. O Vocabulaire de la

O importante a notar aqui é que, se há um problema, este deve ser considerado em conjunto com outros componentes da constelação subjetiva do paciente. E ainda, que se há um desajuste, este deve ser considerado em relação às condições impostas pela sociedade. Tanto analista quanto paciente encontram-se em uma posição excêntrica em relação a estas exigências. Um apontando (por meio da sufocação e da sublimação) o desencontro entre cultura e indivíduo, o outro (por meio da inibição e da formação substitutiva), atuando este desencontro. O primeiro afirma uma autonomia em relação a ela (importante notar que esta autonomia se constrói sempre em relação, e nunca de forma isolada). O segundo, o paciente, a sofre heteronomicamente.

A sexualidade do Homem dos ratos surge de modo também excêntrico. Desenvolve-a em relação àqueles que se encontram em posição menos favorável do que ele. Surge com a camareira, com a ama de leite, com pessoas de classe social inferior. Poderemos pensar que há uma promiscuidade entre estas duas classes: entre a casa grande vienense e a senzala urbana. Na moral sexual civilizada, a doença nervosa moderna encontra, nos vãos da cultura, o espaço para a satisfação pulsional.³¹

Assomados ao policiamento constante, a um sistema legal arcaico e a uma má aplicação das leis, acrescentemos então a vigilância heterônoma, a ameaça do castigo corporal e a supressão de um espaço legitimado de realização

psychanalyse propõe “supressão” para o castelhano, opção que não parece apropriada. Uma passagem decisiva, extraída de La interpretación de los sueños: ‘A linguagem corrente acerta nisto: se diz que tais impulsos estão “sufocados”’. (GW, 2-3, pág. 241). E se trata de desejos reprimidos que seguem existindo. ‘Suprimidos’ significaria ‘aniquilados’, o que não é nunca o caso. (...) Este conceito de “sufocação” aparece desde as primeiras obras de Freud; seu correlato é uma ‘inibição’ (Hemmung). O sufocado pode permanecer pré-consciente, segundo se vê quando é resultado de uma desconsideração.’ (ETCHEVERRY, 2001, p.72)

³¹ Podemos quicá dispor ao Homem dos ratos a melancólica afirmação do narrador de Tabacaria, de Fernando Pessoa: “(Se eu casasse com a filha da minha lavadeira talvez fosse feliz.)”

sexual. Há algo de podre que se esconde no reino da Áustria, e que vem complementar estes outros componentes identificados até agora. Surge nos sonhos, nas fantasias, nas próprias linhas, não nas entrelinhas, sob um estatuto banal. É algo da ordem de uma ameaça, da ordem da beligerância, do poder militar, dos crimes abruptos que irrompem rasgando a frágil ordenação das coisas. São armas de fogo, são fortificações isolantes de toda ordem, e aparecem como uma constante ameaça silenciosa. Há a iminência de uma guerra, ou mesmo uma guerra entre estes homens. O mundo civilizado é frágil, e o inimigo não está explícito.

Trata-se de uma guerra silenciosa. Primeiramente, pode-se reconhecê-la nas manobras militares que são realizadas nos arredores de Viena. Grande parte das cenas relatadas no caso clínico se passa nesta área. Neste mesmo local, vê-se a ameaça na fala do tenente que amava o cruel. Surge também no assassino homônimo de Freud, que assassinou pessoas em um trem.

Em 25 de novembro, o narrador relata um sonho do Homem dos ratos.

Está de pé sobre uma colina com um canhão que dirige contra uma cidade, se a divisa desde ali detrás de um grande número de muralhas circulares horizontais. Junto a ele está seu pai, e discutem sobre a época da cidade, se era do Oriente antigo ou do medieval alemão. (É que está seguro, diz, de que ela não era totalmente real.) Então as muralhas horizontais se transformam em verticais, que se elevam ao alto como aros de cordas, e ele quer demonstrar algo neles, mas a corda não é bastante rígida e não deixam vir abaixo. (FREUD, 1909/2001, p. 223)

Mais à frente, há a recorrência da arma de fogo, desta vez por meio do padrasto, que enlouqueceu com uma Flobert na mão.

Acerca disso resulta que quando viu pela primeira vez o tenente D., o padrasto, ele contou histórias: como, de jovem, partiu em guerra com

uma pistola Flaubert³² contra todo ser vivente e deu-se a si mesmo, ou deu a um irmão, um tiro na perna. (FREUD, 1909/2001, p. 225)

O próprio pai também prestou serviços militares. As duas referências que se apresentam quanto a isso estão primeiro na forma de castigos corporais:

“O pai prestou serviços militares quando todavia existiam os castigos corporais; contou que ele uma única vez se deixou arrastar a golpear recruta com a coronha de seu fuzil, mas então caiu por terra.” (FREUD, 1909/2001, p. 227)

E a segunda, quando ao perder um jogo de cartas, e sem dinheiro para pagar, censurou-se por meio do belicismo: “Lamentou-se com um camarada dizendo-lhe que teria de levar um tiro, e este contestou: ‘Sim, leve um. Quem fez isso deveria mesmo levar um tiro’”. (FREUD, 1909/2001, p. 227)

Em outro momento, encontra-se:

A mãe foi criada como filha adotiva em casa dos Rubensky, mas a trataram muito mal; ela contava que um dos filhos era tão sentimental que cortava a cabeça das galinhas para endurecer-se; evidentemente, era só um subterfúgio: provocava-lhe grande excitação. (FREUD, 1909/2001, p. 227)

Ao cotejarmos estas características de Viena presentes no texto e as características de seus habitantes, com a idéia de sobreposição de cidades antiga e moderna, arcaica e civilizada, talvez possamos construir outras derivações. Se uma cidade não pode literalmente conter outra cidade nela decantada, ao menos podemos identificar que os habitantes desta cidade são apresentados de maneira dissociada, dividida, estratificada. Representam sempre o emblema do infantil persistindo junto ao civilizado. Esta característica se torna clara por meio da

³² Ao ouvir o nome da arma, Freud acreditou que “Flobert” era soletrado como o nome do famoso autor, “Flaubert”.

descrição de dois personagens: o obsessivo de Shonbrunn, e o Homem dos ratos. Se estão presentes dois pacientes obsessivos neste quadro, há uma denúncia de que a cidade está repleta de neuróticos obsessivos que, entretanto, não procuram a análise, e disfarçam muito bem seus sintomas – característica que não se apresenta nos casos de histeria, por exemplo. Só procuram ajuda quando a doença está suficientemente avançada (FREUD, 1909/2001, p. 124).

O paciente de Schonbrunn, “um funcionário público que padecia de inumeráveis escrúpulos” a quem o narrador atendeu por pouco tempo, impressionou-o por entregar-lhe sempre florins de papel limpos e tersos como pagamento pela consulta. Ele os alisava em casa, pois fazia questão de não entregar nas mãos de ninguém um dinheiro enrugado, onde se poderiam aderir as mais perigosas bactérias, que poderiam fazer danos a quem o recebesse. (FREUD, 1909/2001, p. 155) Quando inquirido sobre sua vida sexual, o paciente respondeu:

“Oh, tudo em ordem! – opinou sem refletir – Não padeço de nenhuma insuficiência. Em muitas casas de boa família faço o papel de um amável tio velho, e disso tiro proveito, de tempo em tempo, para convidar a uma menina a uma excursão campestre. Acerto logo as coisas para que percamos o trem e devamos pernoitar no campo. Depois tomo sempre duas habitações, sou muito nobre; mas quando a menina se deita na cama, chego-me a ela e a masturbo com meus dedos.” (FREUD, 1909/2001, p. 155)

Quando questionado se não teme fazer mal a elas mexendo em seus genitais com sua mão enrugada, o paciente fica furioso, e se justifica, dizendo que muitas já estão casadas e isso não fez mal algum a elas. Após isto, não retorna mais à análise.

Externamente, a assepsia e a certeza de que está tudo em ordem. Internamente, um “contraste entre seus escrúpulos com os florins de papel e sua falta de concentração para abusar das crianças a ele confiadas”. (FREUD, 1909/2001, p. 156). De um lado um homem civilizado. De outro, um inescrupuloso que se aproveita de pais e filhos com um incontido desejo arcaico. Duas personalidades, que quando confrontadas provocam a ira e a fuga.

O segundo personagem apresentado neste caso clínico é seu antagonista, o Homem dos ratos (considerando o protagonista como o médico). Ao final do texto, Freud afirma dele:

Não posso abandonar meu paciente sem expressar em palavras minha impressão de que ele estava fragmentado, por assim dizer, em três personalidades; eu diria: em uma inconsciente e duas pré conscientes, entre as quais podia oscilar sua consciência. Seu inconsciente abarcava as moções prematuramente sufocadas, moções que cabe designar como apaixonadas e más; em seu estado normal era bom, jovial, reflexivo, prudente e esclarecido, mas em uma terceira organização psíquica rendia tributo à superstição e ao ascetismo, de sorte que podia ter dois credos e sustentar duas cosmovisões diversas. (FREUD, 1909/2001, p. 193)

A alienação patológica está na incomunicabilidade entre o homem e os ratos do homem. A cisão torna-se enfermidade quando não podem ser confrontadas as três diferentes personalidades. Conflito entre o sentido de ordenação e a sujeira que se passa na vida privada, e que é dissimulada externamente.

Podemos ver o contraponto de forma mais nítida quando se trata da descrição de um não neurótico. Embora chame a atenção a oposição de caráter, pode-se notar que o narrador considera a brutalidade e a cordialidade como complementares. Há uma consciência profunda de ser falho e de ter errado, há

presente a noção da desordenação constitutiva do sujeito – desordenação esta já confessada, como foi visto acima, pelo próprio médico ao declarar sua debilidade em poder realizar um historial como este.

Segundo todas as notícias, o pai de nosso paciente foi um homem de excelentes dotes. Antes de casar-se havia sido suboficial, e como precipitado deste fragmento de sua vida havia conservado francas maneiras de soldado, assim como uma predileção pelas expressões rudes. Além das virtudes que o epitáfio proclama para cada um, o singularizava um cordial humor e uma bondosa indulgência para com os próximos; e por certo não contradizia este caráter, mas constituía seu complemento, que poderia ser brusco e violento, coisa que a seus filhos, enquanto foram pequenos e travessos, valeu-lhes em certas ocasiões reprimendas muito sensíveis. Quando estes cresceram, se diferenciou de outros pais em que não pretendeu elevar-se à altura de uma autoridade intocável, mas que com benévola franqueza os fez sabedores dos pequenos erros e faltas de sua vida. (FREUD, 1909/2001, p. 158)

O jovem paciente, que impressiona pela sua inteligência e sagacidade, procura a análise para livrar-se de um dilema herdado do pai. O conflito maior é, após realizadas todas as traduções sintomáticas e elucidadas todas as condensações em torno do complexo dos ratos, pela dificuldade em decidir-se entre o amor por uma jovem pobre e sem recursos ou pela conveniência em casar-se com uma jovem rica, em um casamento arranjado por sua família. O ódio inconsciente por um pai deriva-se de uma necessidade de superá-lo. O Homem dos ratos vive em um conflito entre, de um lado, assumir o legado paterno e repetir o caminho que este mesmo fez, e de outro, seguir os ditames do próprio desejo. Do ponto de vista psicanalítico, trata-se de um conflito convertido em formação de compromisso, protelado através da contração de uma neurose, de estar frente a frente com o próprio desejo. Se é de Pompéia que advém as leis tiranas, é dela que poderemos escavar a força que movimenta o sujeito. Adquirir autonomia é dar voz a algo dele que lhe é de início completamente involuntário.

Do ponto de vista de nosso estudo, o paciente sofre de uma crise de *valores*, entre dois elementos de valor inestimável: o amor e o dinheiro. E em outros níveis, o progresso dialético ou o conservadorismo gregário: a revolução liberal ou o continuismo autocrático. Conflito entre um desejo “egoísta” e uma conveniência “altruísta”. Conflito entre o amor pelo pai e o amor pela dama amada.

Se formos estudar as temáticas da literatura no século XIX, veremos que a cômica tragédia que encena o Homem dos ratos não é de modo algum isolada no tempo. Encontra-se aparentada ao realismo de *O primo Basílio*, de Eça de Queiros. De Madame Bovary às jovens machadianas também há o sofrimento pelo dilema que opõem o casamento convencional à paixão descabida. É pelo dinheiro e pela crença que Raskolnikov, em *Crime e Castigo*, se atira e assassina duas senhoras medíocres, e é pelo amor à mulher simples que este alcança a redenção. À guisa de ilustração, vejamos uma das passagens da obra prima de Flaubert

Os burgueses admiravam-lhe a economia; os clientes, a polidez; os pobres, a caridade. Ela, porém, fremia de desejos, de raiva, de ódio. Aquele vestido de pregas simples escondia um coração revoltado, e aqueles lábios tão pudicos nada revelavam de seu íntimo tormento. Amava Leon, e procurava a solidão para, mais livremente, deliciar-se com a lembrança de sua imagem.

(...)

O que a exasperava era Charles não lhe dar o menor sinal de que suspeitasse de sua agonia. A convicção dele de que a fazia feliz parecia à moça um insulto imbecil, e sua segurança a maior das ingratidões. Para quem, pois, se conduzia ela ajuizadamente? Não era ele, Charles, o obstáculo de toda a sua felicidade, a causa de toda a sua miséria, como que espinhos daquela complicada corrente que a prendia de todos os lados? (FLAUBERT, 2003, p. 127-8)

Mas o emblema do conflito mais apropriado a ser aqui cotejado é mesmo o de Fausto, de Goethe, em conflito entre as promessas de progresso e

crescimento mefistofélico e a salvação da alma. É o conflito entre a oferta feita pelo dono das coisas e as paixões da alma. Tomando Fausto como o homem romântico moderno em sua essência, poderemos considerar também o Homem dos ratos como aquele que padece por ser moderno. Sua doença é a doença da modernidade, e o mal estar que ele sofre é aquele que esta engendra. Mal estar que condena o sujeito à fragmentação, ao eterno estranhamento consigo mesmo. Ao se aproximar de uma maximização dos meios segundo os quais pode se atingir o esclarecimento e o domínio da natureza, o homem moderno se aliena de si, alienando-se do mundo. Perde toda a possibilidade de usufruto e de gozo, afixa-se aos meios, ata-se ao mastro para poder apenas escutar o canto das sereias sem nunca se aproximar delas. Perde sua alma para poder ser um conquistador. O estranhamento consigo mesmo é também resultado de uma oposição entre o homem e a natureza, entre o homem e sua natureza.

Afortunados os tempos para os quais o céu estrelado é o mapa dos caminhos transitáveis e a serem transitados, e cujos rumos a luz das estrelas ilumina. Tudo lhes é novo e no entanto familiar, aventureiro, e no entanto próprio. O mundo é vasto, e no entanto é como a própria casa, pois o fogo que arde na alma é da mesma essência que as estrelas; distinguem-se eles nitidamente, o mundo e o eu, a luz e o fogo, porém jamais se tornarão para sempre alheios um ao outro, pois o fogo é a alma de toda luz e de luz veste-se todo fogo. Todo ato da alma torna-se, pois, significativo e integrado nessa dualidade: perfeito no sentido e perfeito para os sentidos; integrado, porque a alma repousa em si durante a ação; integrado, porque seu ato desprende-se dela e, tornado si mesmo, encontra um centro próprio e traça a seu redor uma circunferência fechada. (Lukács, 1965 , p. 25)

Se para a sociedade, este enfermo é um homem comum, caracterizado por suas posses, seu nome e sua profissão, para a psicanálise, este homem é denominado pelo seu segredo mais íntimo – pelo seu desejo mais terrível. Para nós, nada pode designá-lo mais do que o chamando de “o homem dos ratos”. O

papel do analista não é pequeno. É de escavar a Pompéia perdida em Viena. Recolher e revelar os desejos infantis que carregam as antigas leis injustas e as injustiças em suas tramitações. Não é à toa que o analista tem como troféus as estatuetas de civilizações antigas em seu consultório. A tuberculose pulmonar da alma é um tubérculo muito difícil de encontrar. Os pacientes escondem-se como ratos, e quando o barco afunda, são sempre os primeiros a evadir-se.

Para concluir a análise deste eixo, cabe aqui alguns esclarecimentos acerca da posição do narrador em relação à cidade onde vive. Importante salientar que o regicídio para Freud – todos estes investimentos antagônicos – pode ser traduzido como reencarnações do parricídio, e toda política pode se voltar para os conflitos familiares. Cabe lembrar que, independentemente desta discussão, a cidade nunca foi, pessoalmente, bem vista pelo autor da obra. Em 1884, Freud escreve à noiva: “Sou muito combativo e realmente não penso em abandonar a luta por afirmar-me em Viena. Para mim, a luta pela existência é uma luta para permanecer aqui”. (Freud apud Ricci, 1995, p. 36-7)

Dois anos mais tarde, afirma “Viena me oprime, e talvez, mais do que seria bom”. Em 1898, novamente lança outra ofensiva “Viena e as condições de vida daqui para mim já se tornaram repelentes no plano físico”. No ano de publicação da obra fundadora da psicanálise, *A Interpretação dos Sonhos*, *continua*: “O comportamento das pessoas em Viena é indubitavelmente negativo. Não penso que conseguirei uma resenha nos jornais daqui”. Em 1900: “Odeio Viena com um ódio todo pessoal e, bem ao contrário do gigante Anteu, ganho vigor cada vez que me afasto do pátrio solo citadino”. Um ano antes da publicação do texto que estamos a analisar: “Em Viena é particularmente fácil ter-se a

impressão de que não há nada a fazer, de que nada se pode mudar, de que se ajuda o bom Sísifo³³ a empurrar sua pedra.”, e ainda: “Para um novo empreendimento não é vantagem nascer em Viena”. Três anos após a publicação de *O Homem dos ratos*, a cidade ainda deixa sua marca: “A situação dominante hoje em Viena me torna mais semelhante ao Moisés histórico que ao Moisés de Michelangelo.” (FREUD apud RICCI, 1995, p. 37)³⁴

Freud era, além disso, um viajante que não deixava de responder aos impactos das cidades que visitava. Documentava os lugares por onde passava com maestria, como podemos ver acerca de seus comentários sobre Paris (1885) e Nova York (1909). Diz sobre os parisienses:

Parece-me que não são capazes nem de vergonha nem de horror – todos – homens e mulheres – aglomeram-se igualmente em torno da nudez da vida como dos cadáveres da Morgue e dos cartazes horripilantes afixados pelas ruas... Este é o povo das epidemias psíquicas, das históricas convulsões de massa, e nada mudou desde a época de Notre-Dame de Victor Hugo. (FREUD apud RICCI, 1995, p. 7-8)

E em cartas a Sachs e Jones: “A América é o mais gigantesco experimento que o mundo já viu, mas temo que não esteja destinado ao sucesso... Sim, a América é colossal, um erro colossal”. (FREUD apud RICCI, 1995, p. 8)

Tais indícios biográficos poderiam ser a prova cabal de que a intenção de Freud ao deixar marcas acerca de seu estar em Viena não tenham função de transmitir um modelo a ser seguido. Como sempre aponta nos textos técnicos, as regras que enuncia não são mais do que conselhos, porque partem também da subjetividade do analista. Entretanto, assim como seria ingênuo considerar

³³ Vide próximo eixo de análise.

³⁴ Enquanto que o Moisés de Michelangelo contém sua ira diante do povo ingrato, e consegue segurar as tábuas da lei antes que estas se espatifem ao chão, o Moisés histórico lança-a sobre o povo, acometido de fúria.

inofensivos os modelos de formalidade e impessoalidade dos grandes jornais do país, que transmitem ao leitor um efeito de sentido de neutralidade e imparcialidade, seria também ingênuo considerar que estes traços políticos em um autor que detinha tanto domínio sobre a palavra escrita não teriam um caráter transgressor. Afinal, nas palavras do narrador em nosso texto nodal, "...; como é sabido, se castiga igualmente quem diga "O imperador é um asno" ou quem disfarce assim estas palavras proibidas: "Se alguém diz..., terá que se haver comigo". (FREUD, 1909/2001, p. 142)

Na obra de Carl E. Schorske, *Viena Fin-de-Siècle* (1989), há um capítulo que discute de maneira exemplar esta questão. O autor procura dados históricos na obra *A Interpretação dos Sonhos*, e retira dali um posicionamento ativo em relação ao meio em que se insere. Na obra de Freud, este relata um ímpeto megalomaniaco ao avistar o conde reacionário, Thun, apressadamente partindo da plataforma onde o médico judeu se encontrava para um trem ali estacionado.

Para o leitor moderno, é fácil esquecer a ousadia – em parte nervosismo, em parte coragem – contida na apresentação do Sonho Revolucionário e seu prelúdio diurno aos contemporâneos de Freud. O conde Thun, afinal, ainda liderava o governo quando Freud enviou as últimas páginas do manuscrito para o impressor, no início de setembro de 1899. No Sonho Revolucionário, seu último e explosivo aceno à política, Freud ocupou o campo como um Davi liberal-científico contra um Golias político muito real, o ministro-presidente em função. Desnudou seus sentimentos políticos e sociais em termos nada obscuros. Mas, tanto na plataforma da estação como no sonho, o encontro entre o doutorzinho judeu e o pálido aristocrata sugere um duelo quixotesco, ao mesmo tempo heróico e ridículo (Schorske, 1989, p. 192-3)

Se é verdade que tomadas isoladamente em cartas à noiva e aos discípulos, a crítica a Viena aparece como um desabafo puramente pessoal, a posição do médico entregue ao público – publicada – assume um teor

revolucionário. *Flectere si nequeo superos, Acheronta movebo*³⁵ é a epígrafe do Livro dos Sonhos, e pode ser compreendida como a afronta política de um homem que no entanto, nunca chegou a ser ministro³⁶. Viena se figura semelhante à cidade da obra *O flautista de Hamelyn*, citada pelo narrador. Uma cidade de pessoas gananciosas que querem se ver livre dos seus ratos, e que quando são ajudadas por um flautista estrangeiro, não reconhecem o trabalho feito. O flautista analista expurga os ratos da cidade, e tudo o que recebe em troca é o desprezo de seus concidadãos. Movimentando o inferno e invocando os espíritos inferiores, a Viena fictícia seria a Viena que perdura. Concluo este eixo da pesquisa com a reflexão de Ernesto Sábato.

Além de ser a arte uma criação, e não um reflexo, a realidade que ela cria é mais perdurável e intensa do que a que lhe serviu de base. Da Grécia de Homero não resta nada ou quase nada. Seus poemas resistiram mais do que suas cidades. (BARONE, 2005, p. 87)

³⁵ “Se não posso dobrar os poderes superiores, moverei o inferno [o rio Aqueronte]” Sob as cidades da terra, há uma outra, subterrânea, escondida, e igualmente poderosa.

³⁶ Consta que Freud ficou dividido entre ser advogado e ser médico, pois era comum, nos percursos dos judeus vienenses que atingiram os cargos públicos a passagem pelos estudos de direito.

4. A LÓGICA DO ABSURDO E O ABSURDO AVESSO Á LÓGICA: O PENSAR OBSESSIVO E O PENSAR DO MÉDICO

“Há bem poucas pessoas que não tenham, em qualquer momento de sua vida, procurado divertir-se voltando pelo mesmo caminho pelo qual chegaram a certas conclusões de suas próprias idéias. Êste trabalho é, não poucas vezes, muito interessante e quem o tenta pela primeira vez fica admirado com a distância ilimitada e com a aparente incoerência que há entre o início e o fim do próprio raciocínio.”

- Edgar Allan Poe -

O objetivo deste eixo é tentar apontar alguns elementos do jogo de forças que se estabelece entre analista e paciente, debruçando-se especificamente no texto em questão. Vemos que este jogo é mediado exclusivamente pelo pensar do que é que ocorre com o paciente e do que se sabe sobre o paciente. É pelo saber que o poder se desloca, e é a partir deste jogo poder/saber que o discurso afirma e engendra a constituição de subjetividades linguageiras, e formas de ser paciente e analista.

O narrador insere a sugestão de se abordar os “caracteres gerais das formações obsessivas”³⁷ (FREUD, 1909/2001, p. 173) não em termos de representações isoladas, mas definindo-o como um “pensar obsessivo”³⁸. Reconhece ainda que a preferência do paciente em intitular seus pensamentos de “representações” foi adotada por ele – o que de fato se pode observar não

³⁷ Na tentativa de afirmar uma lógica do inconsciente, o médico ao escrever o “A Interpretação dos Sonhos” enfatiza a existência de “pensamentos oníricos” latentes, do qual se derivaria o sonho manifesto. (FREUD, 1900, p. 118)

³⁸ Desde o “Projeto de uma Psicologia Científica”, escrito em 1895, o pensar estava na ordem do dia, para a psicanálise (FREUD, S. *Projeto de uma Psicologia Científica*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995).

somente no artigo citado de 1896, *“Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa”*, mas também ao longo de toda a sua obra:

Minha definição das representações obsessivas, dada em 1896, segundo a qual são umas “censuras mudadas, que retornam da repressão e estão referidas sempre a uma ação da infância, uma ação sexual realizada com prazer”, me parece hoje formalmente objetável por mais que esteja composta dos melhores elementos. *Mostra um excessivo empenho unificador, e toma como modelo aos próprios enfermos obsessivos, que com sua peculiar inclinação ao impreciso, mesclam as mais diversas formações psíquicas sob o título de “representações obsessivas”*³⁹. (FREUD, 1909/2001, p. 173)

Como podemos adiantar, é pelo discurso do médico que o discurso do paciente vai aparecer. Este atendimento, se fosse narrado pelo paciente, certamente teria encaminhamento completamente diferente.⁴⁰ Consola-nos, entretanto, que o resultado deste encontro possa ter impregnado o texto com uma modalidade importada do paciente – modalidade que se imiscui com o estilo narrativo do médico. Mahony nos aponta como que a forma de escrever este texto, diferentemente da descrição de outros casos clínicos, seguiu uma modalidade mais obsessiva.

Uma explanação complementar para a falta de articulação do histórico do caso do Homem dos Ratos, quando comparado com outros escritos de Freud, consiste no fato de que as próprias idéias obsessivas de Freud foram ativadas contratransferencialmente, deixando marcas no seu controle da exposição. Isto é, a expressão de Freud foi contaminada pelos conteúdos, pela neurose obsessiva que, separando as ligações causais pelo isolamento defensivo, é, afinal, uma patologia que afeta a contigüidade do material psíquico, bem como a expressão verbal daquele material. (MAHONY, 1991, p. 181)

³⁹ Grifo nosso.

⁴⁰ Podemos pensar, talvez, no que representa para um jornalista que aporta em área de guerra, e que, em sua tentativa de apontar a verdade do que observa, se vê minado porque é conduzido e protegido pelas tropas de um dos lados das forças que combatem. É certo no entanto, que por mais que os soldados de um determinado país tente apontar apenas as informações que lhe são favoráveis, para que apenas este lado da verdade seja divulgado pela imprensa, o jornalista perspicaz não deixará de ver “lacunas”, “lapsos”, “formas de agir cruéis” das tropas aliadas. Ilustração deste exemplo é o da imprensa de todo mundo que desembarca no Iraque após a ocupação das tropas americanas em 2004, e que não pode se deslocar sem uma escolta norte-americana.

Pode-se observar que no texto citado acima estão apontados alguns caracteres gerais que definem tanto o pensar do médico como o pensar obsessivo.⁴¹ O narrador valoriza negativamente e coloca ao lado do paciente duas características importantes: o “excessivo empenho unificador” e a imprecisão. Ao lado do médico, está o reconhecimento dos próprios erros, a capacidade para poder superá-los e a capacidade de discernimento, de precisar e de especificar, não generalizar.⁴² Apesar destas “discriminações”, alguns pontos de entrecruzamento e identificação entre paciente e analista aparecem. Vejamos como o narrador designa o “pensar obsessivo”

De fato, é mais correto falar de um “pensar obsessivo” e pôr em relevo que os produtos obsessivos podem ter o valor dos mais diferentes atos psíquicos. Cabe defini-los como desejos, tentações, impulsos, reflexões, dúvidas, mandamentos e proibições. (FREUD, 1909/2001, p. 173)

Pode causar surpresa a um leitor desavisado que o pensar se defina por desejos, tentações, impulsos, reflexões, dúvidas, mandamentos e proibições. Alguns destes elementos que definem o pensar obsessivo estão, para este leitor, quase em oposição ao que correntemente se pode atribuir à atividade de “pensar”. Enquanto a dúvida e a reflexão fazem parte do que é um pensamento, enquanto o desejo pode estar mobilizando o pensar, é também certo que os impulsos, os mandamentos e as proibições podem ser vistas também enquanto impossibilidade de pensar.

Mas assim seria se tomássemos o pensar como finalidade única de uma análise. O narrador não o faz. Seria espantoso se tivéssemos como

⁴¹ Cumpre notar que não designei aqui um “pensar médico”, mas um “pensar do médico”. A obra em estudo singulariza e personaliza o pensar do médico, enquanto que as formas de pensamento do paciente – e não

pressuposto uma identidade entre pensar e consciência. Ao contrário, no discurso freudiano existem pensamentos conscientes e pensamentos inconscientes, como podem também correr rios sobre e sob a superfície da Terra. O narrador dispõe o pensar obsessivo e o pensar do médico em termos de duas modalidades de pensamento diversas. Se o Homem dos ratos “pensa” mandamentos e proibições, seu pensamento faz parte de seu sintoma.

Como o Homem dos ratos é designado? Apesar da tendência à unificação excessiva, e à imprecisão, não nos esqueçamos dos atributos apreendidos no primeiro eixo: uma particular intolerância às incertezas, uma dificuldade de reconhecimento dos erros da vida (se formos opor o obsessivo de Schonbrunn ao pai do homem dos ratos). Além disso, o Homem dos ratos, na primeira página do historial clínico “*impressiona [ao médico] com uma mente clara, perspicaz*”. (FREUD, 1909/2001, p. 127)

De um lado, clareza e perspicácia. De outro, imprecisão, desconhecimento das incertezas e dos erros, tendência às generalizações. Vimos como o pai do Homem dos ratos foi apresentado como homem fragmentado; da mesma forma, o foi o obsessivo de Schonbrunn. O Homem dos ratos é descrito em palavras finais pelo médico da seguinte maneira:

Não posso abandonar meu paciente sem expressar em palavras minha impressão de que ele estava fragmentado, por assim dizer, em três personalidades; eu diria: em uma inconsciente e duas préconscientes, entre as quais podia oscilar sua consciência. Seu inconsciente abarcava as moções prematuramente sufocadas, moções que cabe designar como *apaixonadas e más*; em seu estado *normal* era *bom, jovial, reflexivo, prudente, esclarecido*, mas em uma terceira organização psíquica rendia tributo a superstição e ao ascetismo, de sorte que podia ter dois credos e sustentar duas cosmovisões diversas. (FREUD, 1909/2001, p. 193)

seus caracteres específicos – são empregadas para a compreensão de um “pensar obsessivo”. O Homem dos ratos é caracterizado porque se trata de um “caso exemplar” de neurose obsessiva.

⁴² Da mesma forma como curiosamente o narrador singulariza o pai do Homem dos ratos.

E, mais adiante, prossegue: “Esta pessoa preconsciente continha sobretudo as formações reativas frente a seus desejos reprimidos, e é fácil prever que, se continuasse sua enfermidade, haveria devorado a pessoa normal” (FREUD, 1909/2001, p. 193)

Pode-se observar assim que o paciente é tomado como contendo três personalidades, ou organizações psíquicas diversas. Uma normal e jovial, outra supersticiosa e ascética, e uma terceira infantil, apaixonada e má. É em favor da normalidade que o médico irá combater, impedindo que a supersticiosa (autora de mandamentos e punições) devore a personalidade normal. É dentro deste jogo de forças interno que o médico precisará se situar. Observa-se que ele situa estas personalidades no lugar de diferentes “vozes” do sujeito – vozes que representam de um lado, um sujeito que teve sua subjetividade desenvolvida, e de outro, outras duas vozes, a de um pai – severo, arbitrário, punitivo – e de um filho intempestivo, incapaz de conter suas paixões. Apostando no sujeito dividido, o médico se alia a uma personalidade em defesa desta, e em oposição às outras duas: a do pai castrador e a do pequeno masturbador. Para que haja aí uma conciliação – uma resolução do conflito, o desejo masturbatório recalcado precisa aflorar no discurso do paciente, parando de assumir, assim, diferentes formas para se realizar (inclusive nos rituais que impedem o afloramento do desejo⁴³).

A diferença entre médico e paciente não se encontra aí no fato de que o primeiro não possui uma divisão interna e o segundo a possui, mas na forma

⁴³ O obsessivo utiliza-se das modalidades de defesa contra o desejo para realizar este desejo. A defesa contra a masturbação torna-se, assim, uma forma de se masturbar.

como os dois se apropriam desta divisão. Enquanto o primeiro tende a colocar lado a lado as vozes que querem falar, o paciente empreende uma luta entre as vozes, luta esta que possui vencedores parciais e temporários que ganham predominância em determinados momentos. Tal característica é denominada pelo narrador de *ambivalência*, característica típica dos enfermos obsessivos. No caso específico do paciente, há a ambivalência entre as personalidades (uma dando lugar à outra, que fica por sua vez temporariamente soterrada, mas que continua lutando), ambivalência entre o amor e o ódio e ambivalência entre o pai e a amada.⁴⁴

Tais ações obsessivas de dois tempos, cujo primeiro tempo é cancelado pelo segundo, são de ocorrência típica na neurose obsessiva. Desde logo, o pensar consciente do enfermo incorre em um mal entendido a respeito delas e as dota de uma motivação secundária: as racionaliza. Mas seu significado real e efetivo reside na figuração do conflito entre duas moções opostas de magnitude aproximadamente igual, e, até onde eu pude averiguar, se trata sempre da oposição entre o amor e o ódio. Elas reclamam um interesse teórico particular porque permitem discernir um novo tipo de formação de sintoma. Em vez de chegar-se, como acontece por regra geral na histeria, a um compromisso que contenha a ambos os opostos em uma só figuração, matando dois pássaros de um tiro, aqui os dois opostos são satisfeitos por separado, primeiro um e depois outro, ainda que não, desde logo, sem que se intente estabelecer sobre estes opostos mutuamente hostis algum tipo de enlace lógico (freqüentemente violando toda lógica). (FREUD, 1909/2001, p. 151-2)

Histéricas se apropriam das moções por meio da ambigüidade. Obsessivos, por meio da ambivalência. O médico, discernindo-as, tornando-as forças antagônicas, colocando o que é da parte do ódio e o que é da parte do amor, analisando e revelando o resultado da análise – desejos sufocados e de difícil conciliação. O paciente procrastina o conflito, convertendo-o em formação de compromisso, por meio da neurose. O analista revela as forças que se

⁴⁴ Cabe lembrar que não estou preocupado, neste estudo, com os progressos metapsicológicos desta obra em relação ao conjunto da obra freudiana. Os conceitos são abordados porque estão presentes no texto, mas

opõem.⁴⁵ Ali onde o paciente acha que só pode haver um afeto, o analista aponta outro oposto, para que a partir disso, afetos tomados como exclusivos no aparato anímico possam ser dialogados com outros, opostos aos conscientes. Grande parte do embate entre analista e paciente se realiza quando o médico tenta convencê-lo de que o paciente sente ódio pelo pai e de que a origem deste ódio é infantil.

Ele fica muito agitado, muito incrédulo, e o assombra que fora possível nele este desejo, sendo que seu pai era para ele o mais amado dos homens. Não admitia dúvidas em quanto a renunciar a toda felicidade pessoal se deste modo houvesse podido salvar a vida de seu pai. – Eu respondo que justamente esse amor intenso é a condição de ódio reprimido. (FREUD, 1909/2001, p. 143)

Acerca do vínculo com o infantil, vale a pena ressaltar o trecho abaixo, que se dá justamente após o médico afirmar que o paciente tem razão de sentir culpa por ter realizado um crime contra o pai – crime este que o enfermo não lembra, embora esta culpa esteja atrelada a um conteúdo de representação errôneo.

- Diz lembrar-se de que, embora se considere uma pessoa ética, com toda segurança em sua infância fez coisas que partiam da outra pessoa. – Eu entendo que assim, de passagem, ele descobriu um caráter principal do inconsciente: o vínculo com o infantil. Digo-lhe que o inconsciente é o infantil, e é aquela peça da pessoa que naquele tempo se separou dela, não a acompanhou em seu desenvolvimento ulterior e por isso foi reprimido (suplantado). Os retornos deste inconsciente reprimido são os elementos que sustentam o pensamento involuntário em que consiste seu padecer. E agora – digo-lhe – pode descobrir outro caráter do inconsciente; mas gostaria de deixar que ele adivinhasse esse descobrimento. – Não fala mais nada de maneira direta; no entanto, exterioriza a dúvida de que se possa desfazer alterações existentes há tanto tempo. (FREUD, 1909/2001, p. 141)

meu objetivo não é discriminar conceitos, mas ressaltar a voz que evoca estes conceitos.

⁴⁵ Um exemplo que me ocorre é a diferença que há entre uma guerra declarada e a chamada “guerra fria”, silenciosa, que se estendeu por muitas décadas, porque ambos os lados temiam as armas destrutivas do antagonista, que poderiam dar cabo do conflito através da aniquilação total.

O paciente resiste em se convencer. Agita-se, não tira os pés de sua incredulidade. Observe-se que resistência e defesa aparecem como dimensões diversas da mesma força. A força que resiste é a mesma que recalca (FREUD, 1912). Além disso, até então a defesa e a repressão são usadas indiscriminadamente. Será no desenvolvimento da teoria que recalque/repressão se diferenciarão da defesa, e o recalque se tornará uma das formas da defesa⁴⁶.

A resistência surge neste texto basicamente de cinco formas: por meio da *transferência* (FREUD, 1909/2001, p. 157) (atribuir ao médico conteúdos que são pertencentes à história do paciente), da *omissão* (FREUD, 1909/2001, p. 154) (inibição em relação a determinados assuntos), da *dúvida* (FREUD, 1909/2001, p. 143-5) (contestações racionais ou “racionalizantes”), da *ironia* (FREUD, 1909/2001, p. 135) (chistes carregados de ódio, como quando o paciente chama o médico de “senhor capitão”) e da *agitação* (FREUD, 1909/2001, p. 133) (como mostrado acima ou no momento em que é pedido que descreva ao médico a tortura chinesa dos ratos). Por muito tempo, por exemplo, o médico tenta convencer o paciente que este traga a ele uma fotografia de sua dama, para que deste modo suas inibições em relação a ela desapareçam.

Do lado do médico, esta resistência é combatida frontalmente: confiando no poder de convencimento da experiência da transferência, confiando no poder de persuasão da teoria psicanalítica, confiando no efeito que a revelação

⁴⁶ Em *Inibição, Sintoma, Angústia* (1926a), o autor irá destacar duas formas de defesa comuns em neuróticos obsessivos: anular o acontecido e isolar. Tendo em vista que o movimento do manifesto até o recalcado se dá pela perseguição de uma trilha que perfaz o caminho contrário do ‘retorno do recalcado’ desfigurado pela censura, e em vista do fato de que este caminho é feito de uma cadeia de conteúdos de representação, a defesa do obsessivo não faz esquecer. Enquanto a anulação do acontecido retira o afeto de um conteúdo de representação significativo, o isolamento mantém tal conteúdo sem ligações na cadeia. Conservada a representação patógena, ela não se “comunica” com outras representações, impedindo a reelaboração e a inserção deste material aparentemente sem importância na fala do paciente.

de conteúdos (hipóteses) – construções e interpretações – possa exercer sobre o indivíduo. Para o narrador, uma negação direta por parte do paciente pode ser seguida de uma confirmação indireta ou involuntária, na forma de uma reflexão, lembrança ou história observada. Vejamos algumas intervenções por parte do médico de peculiar importância:

Acaso se refere ao empalamento? – “Não, isso não, mas o condenado é atado.” (se expressava de maneira tão pouco nítida que não pude deduzir em seguida em que postura), “sobre seu traseiro é posto um vaso, no qual fizeram entrar ratos, que” (de novo se havia posto de pé e mostrava os sinais de horror e a resistência) “penetravam”. No ânus, pude completar.

Em todos os momentos mais importantes do relato *se nota nele uma expressão de rosto* de muito rara composição, e que só posso resolver como horror ante seu prazer, ignorado por ele mesmo. (FREUD, 1909/2001, p. 133)

“Somente em um terceiro relato se conseguiu levar-lhe a coligir estas obscuridades e a aclarar estes espelanismos de recordação e deslocamentos a que havia se entregado”. (FREUD, 1909/2001, p. 135)

Fica tocado, mas não resigna a sua contradição, querela que interrompo apontando que a idéia da morte do pai sem dúvida não se apresentou pela primeira vez neste caso; é *evidente* que advinha de antes, e em algum momento *nos veríamos obrigados a rastrear* sua origem. (FREUD, 1909/2001, p. 142)

“Depois deste dito, declarado por ele com intensidade plena, considero adequado *expor-lhe* outro pequeno fragmento da teoria”. (FREUD, 1909/2001, p. 142)

O desejo (de eliminar o pai como perturbador) se havia gerado sem dúvida em épocas em que as constelações eram de todo modo diversas: quiçá não amasse ao pai com mais intensidade que a pessoa com ele anelada sensualmente, ou ainda não fosse capaz de tomar uma decisão clara; foi em sua muito primeira infância, antes do sexto ano, quando se

instalou sua recordação continuada, e isto poderia ter permanecido assim para todos os tempos. – *Com esta construção, concluo provisoriamente a elucidação.* (FREUD, 1909/2001, p. 145)

Na conversa que se segue *argumento que do ponto de vista lógico* não pode menos que declarar-se não responsável por estes traços de caráter, pois todas estas moções reprováveis provinham da vida infantil, corresponderiam os retornos do caráter infantil que sobrevivem no inconsciente, e ele bem sabe que para a criança não rege a responsabilidade ética. (...) Mas ele põe em dúvida que todas as suas moções más sejam desta origem. Prometo-lhe *demonstrá-lo* no curso da cura. (FREUD, 1909/2001, p. 146-7)

“*Apoiado neste e em parecidos indícios, me atrevi a formular uma construção:* em criança, à idade de 6 anos, ele cometeu algum desaforo sexual relacionado com o onanismo, e recebeu do pai uma sensível reprimenda.” (FREUD, 1909/2001, p. 161)

Apontando evidências, solicitando novas versões da mesma história, rastreando origens, expondo a teoria, elucidando, argumentando com base no ponto de vista lógico, demonstrando: tais são algumas das adjetivações que o médico se utiliza para designar o seu “pensar”. A interpretação parece um árduo trabalho lógico que oscila entre convencer e fazer surtir efeito. O médico, neste texto, deve se atrever a formular construções. Não deve se esquivar de formular leituras a partir das expressões faciais, principalmente as de rara composição. Baseia-se sobretudo em *indícios*, e agrupa-os a partir de suas semelhanças.

É preciso fazer uma diferenciação breve do que Freud chama de interpretação, e aquilo que denomina construção. Nas origens da psicanálise, no período da terapia catártica, a crença na emergência completa do recalado fez com que a interpretação estivesse em primeiro plano. Poder nomear o prazer e o

horror nas expressões faciais do paciente são formas de interpretar, de tornar consciente e ao mesmo tempo capturar o vislumbado em palavras. Ao longo de toda a obra, coexiste uma pretensão cientificista de poder dissecar a alma e “extrair” a verdade sufocada e um reconhecimento da impossibilidade desta empreitada. Deste outro lado, em um dos momentos mais belos da obra freudiana, este compara a arte do analista ao do arqueólogo. (FREUD, 1937b/2001, p. 261) Ambos, diz, lidam com fragmentos. Para recompor o passado, é preciso reconstruí-lo. É preciso formular sentenças acerca daquilo que não vai nunca ser lembrado, inclusive porque parte deste inefável jamais foi esquecida. Um convencimento do paciente em relação a uma construção do analista vale tanto quanto uma recordação. Uma construção do analista pode, inclusive, produzir uma recordação, como o caso do próprio caso em questão, onde a alusão a uma reprimenda do pai o fez lembrar-se de ocasião semelhante à construção feita. Destarte, é só *a posteriori* que se pode verificar se a construção é válida. O conceito de construção, em Freud, é aquele que mais nos aproxima de uma compreensão da investigação psicanalítica enquanto criação e não apenas enquanto descoberta.

Em outros momentos, o médico utiliza-se da literatura – emprestando uma obra de Zolá para o paciente, citando Júlio César, de Shakespeare – para fortalecer sua interpretação. O paciente se coloca muitas vezes como aquele que se interessa pela teoria (Freud, 1909/2001, p. 140) mas duvida de muitos aspectos dela, tão persistente quanto o próprio médico, ou como em sua fala, como o Conde de Monte Cristo.

A argumentação, a elucidação, a demonstração do médico não provocariam um convencimento direto no paciente. Avivariam a luta em torno dos complexos reprimidos, facilitando a emergência do material inconsciente. Provocando este material, o recalado emergiria, finalmente suscitando a recordação. Sendo este material recordado reelaborado, o convencimento seria a etapa final. Esta trajetória poderia ser intitulada de “escola do padecer”, e foi perfeito pelo paciente por meio de “curiosos caminhos”.

Produzir convencimento nunca é o propósito de tais discussões. Só estão destinadas a introduzir na consciência os complexos reprimidos, a avivar a luta em torno deles sobre o terreno da atividade anímica inconsciente e a facilitar a emergência do material novo proveniente do inconsciente. O convencimento só sobrevém depois que o enfermo elaborou o material readquirido, e enquanto seja oscilante corresponde considerar que o material não foi esgotado. (Freud, 1909/2001, p. 144)

“Só apresento tais argumentos para voltar a comprovar quão impotentes são. Não entendo como outros psicoterapeutas podem informar que combatem exitosamente as neuroses com semelhantes armas”. (FREUD, 1909/2001, p. 147)

“Mas na ulterior trajetória da cura se viu forçado, por um curioso caminho, a convencer-se de que minha conjectura era correta”. (FREUD, 1909/2001, p. 157)

“Em tal escola do padecer, meu paciente adquiriu pouco a pouco o convencimento que lhe faltava, e que a qualquer outro, não envolvido pessoalmente, haveria parecido evidente;...” (FREUD, 1909/2001, p. 164)

A resposta do analista à resistência do paciente trilha um curioso caminho ao longo dos textos técnicos. Em um breve panorama, vemos que Freud questiona continuamente sua posição frente à resistência. Em 1912, três anos após a publicação do texto em análise, o narrador afirma que as armas da resistência devem ser derrubadas, uma a uma.

Esta luta entre médico e paciente, entre intelecto e vida pulsional, entre discernir e querer atuar, se desenvolve quase exclusivamente em torno dos fenômenos transferenciais. É neste campo onde se deve obter a vitória cuja expressão será sanar duradouramente a neurose. (FREUD, 1912/2001, p. 105)

Em um dos últimos textos técnicos de Freud, a oposição se converte em parceria. O trabalho de análise seria uma “distribuição de tarefas”:

E o desejado é uma imagem confiável, e íntegra em todas as suas peças essenciais, dos anos esquecidos da vida do paciente. Mas aqui somos advertidos de que o trabalho analítico consta de duas peças por inteiro diferentes, que se consuma sobre dois cenários separados, se cumpre em duas pessoas, cada uma das quais tem um encargo diverso. (...) Todos sabemos que o analisado deve ser movido a recordar algo vivenciado e reprimido por ele, e as condições dinâmicas deste processo são tão interessantes que a outra peça do trabalho, a operação do analista, passa a um segundo plano. Em que consiste, pois, sua tarefa? Tem que compilar o esquecido desde os indícios que este deixou atrás de si; melhor dizendo: tem que construí-lo. (FREUD, 1937b/2001, p. 260)

Em artigos contemporâneos à obra *O Homem dos ratos*, a metáfora da análise é a de um jogo de xadrez (FREUD, 1913/2001, p.125), a de um campo de batalha onde existem refúgios estratégicos e armas a serem demovidas (FREUD, 1912/2001, p. 101). A transferência amorosa é colocada em termos de um teatro em chamas (FREUD, 1915/2001, p.165-166), as forças mobilizadoras da análise são como forças explosivas manipuladas por um químico (FREUD, 1915/2001, p.173). No texto de 1937, ao contrário, o analista é comparado a alguém tão

meticuloso quanto um arqueólogo⁴⁷, que vai exumando fragmentos do passado cujas lacunas deverá preencher. Isso aponta a transformação que sofreu o conceito de resistência ao longo dos anos. No primeiro caso, é como se o narrador se degladiasse com uma das “organizações psíquicas” ou personalidades do paciente – como se ao menos uma das organizações soubesse a verdade e não quisesse revelá-la. No último caso, aquilo que resiste é meramente aquilo que insiste – esta instância não é vista em sua pessoalidade, mas em sua impessoalidade – como a terra, a decantação, a decomposição, a conservação e o tempo.

Do ponto de vista do “*cenário*” do paciente, somos levados àqueles atributos que nos obrigam a adentrar a esfera do que se pode chamar de absurdo e de sua tentativa de tradução. A razão imediata que o leva à análise se refere ao temor de que algo aconteça a duas pessoas que ele mais amava: o pai e a dama. Era acometido de mandamentos, como cortar o pescoço da avó da dama com uma navalha, e depois cortar o próprio pescoço; correr sob um sol escaldante para emagrecer; contar os segundos entre um raio e um trovão; devolver a um determinado tenente uma soma de dinheiro, o que o assola e toma seus pensamentos avassaladoramente; retirar uma pedra da rua porque acha que a dama poderá nela tropeçar, e devolvê-la ao lugar por achar estapafúrdio este pensamento. Sentia que não compreendia perfeitamente o que as pessoas lhe diziam, pedia a elas que repetisse, como se houvesse sempre um conteúdo que faltou apreender. Pensa que declarava seus pensamentos sem ouvi-los. Julgava-

⁴⁷ Como já foi salientado há pouco, acerca das construções em análise.

se culpado por ter cometido um crime contra o pai, crime este que não sabe qual é. Tinha fantasias que o pai – já morto - o flagraria estudando, ou o flagraria se masturbando. Tinha inibições em relação aos estudos devido a estes pensamentos, que em muito atrasaram a realização de seus exames. Julgava ter sonhos e pensamentos proféticos, assim como temia que pudessem ler seus pensamentos. Por fim, demonstra uma atenção particular para a tortura narrada por um tenente “que amava o cruel”, acerca de um prisioneiro ao qual é amarrado um vaso contendo ratos vivos e que há muito não comeram. Os ratos saem pela única saída possível, o ânus do torturado. O paciente fantasia que se não realizar estes mandamentos, esta tortura recairá sobre a dama e o pai no “mais além”. Por outro lado, relata fantasias heróicas onde pode, através de uma perseverança e privação, mostrar seu valor à dama, como no romance de Dumas, *O Conde de Monte Cristo*.

Como o médico irá se apropriar e compreender este pensamento: mandamentos, inibições, premonições, temores, fantasias? Como o médico irá curar o paciente destes acometimentos involuntários ao qual está entregue? Dedicar-me-ei agora à primeira pergunta. Em um diálogo com o co-narrador, o leitor, a insere no texto para que se possa, em seguida, respondê-la.

Bem claro o discernimos: esta neurose elementar infantil tem já seu problema e seu aparente *absurdo* como qualquer neurose complicada de um adulto. Que quererá dizer que o pai tem que morrer se na criança se move aquele desejo concupiscente? É um erro *sem sentido*, ou há caminhos para compreender esta afirmação, fazê-la como um resultado necessário de processos e premissas anteriores? (FREUD, 1909/2001, p. 131)

Não me assombraria se o leitor não logra entender nada neste ponto, pois mesmo a exposição detalhada que o paciente me ofereceu sobre os sucessos externos deste dia e suas reações frente a eles sofria de

contradições internas e resultava irremediavelmente *confusa*. (FREUD, 1909/2001, p. 135)

“Não se espere tão prontamente que tenho para apresentar sobre o esclarecimento destas representações obsessivas de *raro sem sentido...*” (FREUD, 1909/2001, 138)

Absurdo, sem sentido, contraditório e confuso: é como o narrador considera, a princípio, o conteúdo do pensar obsessivo. Condutas que não possuem explicação ou esclarecimento, que são confusas, que exigem atenção e detalhamento. Como neste texto, o absurdo foi tema amplamente estudado.

Insiro, neste momento, o pensamento de Camus acerca do absurdo, por tratar-se de um ângulo que julguei ser fértil, e para, em seguida, melhor diferenciar o absurdo da noção de estranho. Assim como o pensamento de Foucault, Camus também não é objeto desta investigação, mas ambos produzem um movimento que auxilia na leitura do texto estudado.

Segundo Camus – e agora cotejaremos ambos os textos – na obra *O mito de sísifo* (2004), de Jaspers a Heidegger, de Kierkegaard a Chestov, o século XIX e o XX se dedicaram a abordar este tema, por meio de diferentes métodos. Segundo Camus, o absurdo não está no homem: depende tanto do homem quanto do mundo. É o confronto do irracional com o desejo de esclarecimento. É a vontade de saber do homem em confronto com a perene opacidade do mundo.

Um mundo que se pode explicar, mesmo com raciocínios errôneos, é um mundo familiar. Mas num universo repentinamente privado de ilusões e de luzes, pelo contrário, o homem se sente um estrangeiro. É um exílio sem solução, porque está privado das lembranças de uma pátria perdida ou da esperança de uma terra prometida. Esse divórcio entre o homem e

sua vida, o ator e seu cenário é propriamente o sentimento do absurdo (CAMUS, 2004, p. 20)

O absurdo, segundo Camus, é tanto as coisas fora do lugar quanto as coisas estarem, dia a dia, a todo momento, no mesmo lugar, na mesma previsível sequência. O irmão da fotografia que se torna estranho, a esposa com a qual se está casado há mais de trinta anos e que, de repente, é vista como uma estranha. “Cultivamos o hábito de viver antes de adquirir o de pensar”. (CAMUS, 2004, p. 21) E este pensamento que se depara com a vida, que se debruça sobre ela e a estranha, e não a compreende – este é o sentimento radical do absurdo.

Remetamo-nos à citação de Lukács (Cf. p. 134). O esclarecimento buscou a dominação da natureza e dos homens, e provocou assim o estranhamento entre a natureza e o homem, e a natureza do homem. O indivíduo dividido, o estranho no homem e o estranho ao homem se tornam temas recorrentes no qual sempre se resvala.

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo (ADORNO, 1985, p. 40)

Coisificação esta que, ao invés de provocar familiaridade, provoca estranhamento. Ao invés de aproximar o homem do mundo, o afasta, e o afasta de si mesmo. A compreensão, esta tentativa de imersão na opacidade é sempre frustrada.

Eis também umas árvores, e eu conheço suas rugosidades, a água, e experimento seu sabor. Esses aromas de ervas e de estrelas, a noite, certas noites em que o coração se distende, como poderia negar este mundo cuja potência e cujas forças experimento? Mas toda a ciência desta Terra não me dirá nada que me assegure que este mundo me pertence. Vocês o descrevem e me ensinam a classificá-lo. Vocês enumeram suas leis e, na minha sede de saber, aceito que elas são

verdadeiras. Vocês desmontam seu mecanismo e minha esperança aumenta. Por fim, vocês me ensinam que este universo prestigioso e multicolor se reduz ao átomo e que o próprio átomo se reduz ao elétron. Tudo isto é bom e espero que vocês continuem. Mas me falam de um sistema planetário invisível no qual os elétrons gravitam ao redor de um núcleo. Explicam-me este mundo com uma imagem. Então percebo que vocês chegaram à poesia: nunca poderei conhecer. Tenho tempo para me indignar? Vocês já mudaram de teoria. Assim, a ciência que deveria me ensinar tudo acaba em hipótese, a lucidez sombria culmina em metáfora, a incerteza se resolve em obra de arte. Que necessidade havia de tanto esforço? As linhas suaves das colinas e a mão da noite neste coração agitado me ensinam muito mais. Voltei ao meu começo. (CAMUS, 2004, p. 33-4)

De um lado, uma coisificação da alma; de outro, uma incapacidade da ciência de nos aproximar das coisas. Ressalta-se o indivíduo dividido, os romances que demonstram como parte do sujeito procura se apropriar da ciência e outra parte prossegue em sua dimensão irracional, animal, primitiva, ligada às coisas.

Difícil não pensar nos romances literários publicados no século anterior, relativos ao tema do duplo *Dr. Jekyll and Mr. Hide* (Stevenson); *Frankenstein* (Mary Shelley)⁴⁸; *O Espelho* (Machado de Assis)⁴⁹ e *O caso de Charles Dexter Ward* (H. P. Lovecraft) nos quais há um combate entre o lado animal do sujeito dividido, e seu lado racional.

“Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro...” (ASSIS, 2001, p. 30)

Partes importantes da massa de imagens mentais de Charles Ward, principalmente aquelas que diziam respeito aos tempos modernos e à sua vida pessoal, haviam sido inexplicavelmente eliminadas, enquanto toda a paixão pela arqueologia acumulada na juventude brotava de um profundo subconsciente que tragava o contemporâneo e o individual. (LOVERCRAFT, 1997, p. 134-5)

⁴⁸ SHELLEY, M. *Frankenstein*. Porto Alegre: LP&M, 1997.

⁴⁹ ASSIS, M. “O Espelho” IN *Contos*. Porto Alegre: LP&M, 2001

Acerca disso, Foucault (1975a/2002) destaca o modo como a psiquiatria solicitada pelos juízes, fez uso do sujeito cindido para produzir uma intelecção acerca de atos criminosos sem explicação. Aponta a história, no regime judiciário, da passagem da imagem do criminoso - do monstro imoral para o anormal. A partir do início do século XIX a psiquiatria começa a ser requisitada pela justiça a dar seu depoimento sobre aquele ato criminoso de pessoas que não são “monstros degenerados”, mas que conservam, apesar de terem realizado crimes hediondos, uma inteligência intacta. Sai a figura da aberração da natureza, entra o homem de duas faces: a face noturna compactua com a animalidade, a diurna é a do burguês racional. Frente à ausência de interesse como motivação de um ato criminoso, a noção de “instinto” como gabarito de inteligibilidade coloca o “indivíduo dividido” no cerne da questão da punição. Pessoas que possuem plena consciência da gravidade de seus atos e que alegam ter estado fora de si requerem da psiquiatria que aplique ali o seu saber, podendo recorrer à noção de instinto animal – presente em todo ser humano – como justificativa de um crime. “No fundo, ela agiu como num sonho, e só acordou de seu sonho depois de ter cometido seu ato”. (FOUCAULT, 1975a/2002, p. 163), alega o delegado de Henriette Cornier, mulher julgada em 1826 por ter matado a filha, cortado e comido a perna com repolho. A réu foi absolvida.

É preciso, neste momento, fazer uma discriminação que acreditamos ser importante. Discriminação entre o absurdo e o estranho, onde este último deverá figurar no terceiro eixo de análise deste trabalho. Enquanto que o absurdo é o reconhecimento da incompreensão por meio da lógica, o estranho é um

recurso estético e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da familiaridade na estranheza. Se o absurdo advém de um desejo de clareza, o estranho é um movimento que invade o sujeito de obscuridade. No sentimento de estranho, o inexplicável invade o sujeito.

De certa forma, o estranho, como poderemos ver, é já uma interpretação e uma tentativa de dissolução do absurdo através da equação que liga o atual ao infantil; e o absurdo, segundo Camus, é aquilo que deve ser mantido, não solucionado, a batata quente que deveremos segurar.⁵⁰ O estranho, ao contrário, é uma trilha que, por meio do percurso do pensamento, nos levará a algo mais arcaico. Assim como não é possível separar o de dentro e o de fora, estranho e absurdo se confundem e se comunicam no sentimento do estrangeiro.

Retomemos Freud. A primeira atitude do psicanalista é portanto a de reconhecer o estranho, o absurdo, o sem sentido. Sem isso, não saberá quais partes do discurso circunscrever para operar a segunda atitude: a de dar sentido ao sem sentido, a de procurar a razão do irracional a, enfim, operar a tradução do absurdo.

Eis então o prenúncio da abordagem da segunda questão, colocada atrás, aquela que questiona a posição terapêutica do médico frente ao absurdo. O

⁵⁰ São três as figuras emblemáticas que representam para Camus a apropriação do absurdo: o ator, vivo e alegre em sua arte efêmera como um castelo de cartas; o Don Juan, que se entrega a um amor que acredita ser passageiro; e o conquistador, que não “aspira a vida imortal”, mas procura esgotar o campo do possível – que reconhece que, após a morte, de toda conquista se fará pó. O título da obra se refere à danação de Sísifo, condenado a levar uma imensa pedra até o alto de uma montanha, e que deverá rolar até a base novamente. A atividade de Sísifo, condenado pelos deuses, é esta empreitada absurda, eterna e inútil, cuja finalidade se esgota em si mesma. Segundo Camus, “É preciso imaginar Sísifo feliz.” (CAMUS, 2004, p. 141)

médico irá operar com a *tradução* para converter o absurdo em inteligível ou evidente. Tal tradução operará a cura: a dissolução dos complexos.⁵¹

Como é notório, as representações obsessivas aparecem imotivadas ou bem sem sentido, de modo como nossos sonhos noturnos; e a tarefa imediata que se coloca consiste em distribuir-lhes sentido e ocasião dentro da vida anímica do indivíduo, de sorte que se volvam inteligíveis, ou ainda evidentes. (FREUD, 1909/2001, p. 147)

Dos cinco casos publicados por Freud, um é uma análise indireta de criança e outro uma análise de uma obra literária. Dos outros três - O Homem dos lobos, o Caso Dora e o Homem dos ratos - este último é o único em que o sonho não representa um papel principal.⁵² Neste caso, a representação obsessiva é tomada como um sonho, e como tal, é analisada. Esta subversão produz uma aproximação do discurso do paciente com o universo onírico, e uma quebra das barreiras, mais firmemente expostas em “A interpretação dos sonhos”,⁵³ entre o sonho e a vigília. Não à toa, o médico fala de percepções delirantes, onde o horrível desejo do paciente utiliza o mundo como reflexo. O discurso adquire então uma matiz onde imperam as mesmas leis que reinam no sonho: segundo o movimento da regressão, a realização mais direta de desejo por meio da alucinação, observando-se, intercalada a raciocínios do paciente, racionalizações onde estão presentes a condensação e o deslocamento.

O paciente se utilizaria de racionalizações, de argumentos que não são puramente racionais, mas delírios, assim como também faria uso de desfigurações

⁵¹ O reconhecimento da impossibilidade da tradução exaustiva, dicotômica à atitude acima explicitada, está presente em muitos momentos da obra freudiana, e é exposta no terceiro eixo desta leitura (Cf. “Em torno do estranho: a morte, a superstição e o mais além”).

⁵² Os outros quatro casos são, em ordem cronológica de publicação: *Fragmento de análisis de un caso de histeria* (1905[1901]); *Análisis de la fobia de un niño de cinco años* (1909); *Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranóia (Dementia paranoides) descrito autobiográficamente* (1911[1910]); *De la historia de una neurosis infantil* (1918[1914]).

por omissão (elipses), de crenças contraditórias, de desgarramento de nexos causais, de adesão a temas metafísicos e universais (filiação paterna, duração da vida, a vida depois da morte, a memória), incertezas e dúvidas com relação à vida, compulsões, regressões, onipotência de seus afetos de amor e ódio assim como uma fixação em torno do tema da morte; utilizaria estes recursos defensivos com a finalidade única de evitar a resolução de um único conflito, herdado pelo pai. O paciente, ao contrário do médico, não possui uma opinião indecisa acerca de determinado tema, mas a co-existência de opiniões contrárias. Segundo Freud, “A produção de incerteza é um dos métodos que emprega a neurose para retirar o enfermo da *realidade* e isola-lo do mundo, o qual constitui, por certo, a tendência de toda perturbação psiconeurótica.” (FREUD, 1909/2001, p. 181) O analista, agarrado à realidade, procura reconduzir o paciente a ela. Enquanto que o pensamento do paciente procura substituir a ação, o pensamento do médico serve para melhor conduzir a ação. Paciente tem a tendência de atuar (presentificar o passado) e não a de agir (a partir das variáveis do presente). O médico se detém sobre aquilo que de fato pode ser resolvido, e paciente sobre aquilo que nunca poderá ser resolvido – sobre as coisas marcadas pela dúvida.

Construamos neste momento *uma nova cena*. Cena esta que se utiliza de todos os elementos no texto relatados. Distribuindo os papéis nesta cena, dá-se a construção de uma *cenografia*. Retomando a citação do relato da tortura dos ratos, o paciente não consegue enfim ficar sentado. Não consegue evitar a

⁵³ Embora seja o primeiro caso clínico onde esta forma de abordar o discurso do paciente esteja presente em toda sua inteireza, importa salientar que Freud não inaugura neste texto este procedimento.

agitação. Tem dificuldades para falar, para agir. Se o paciente pensa, é para evitar uma ação, é para se isolar da realidade, é para resistir ao encontro com a realidade e à resolução dos conflitos que provocaram e constituem seu padecer. Se o paciente tem uma opinião, esta não procurará uma solução sintética com outra opinião que sustentava anteriormente. Antes, as duas opiniões passam a coexistir, impedindo que aja, que se decida, que avance, que entre em contato com as decisões da vida. Não consegue compreender as palavras do outro porque não quer compreender: suas dificuldades são vontades intrínsecas em ebulição e confronto.

O médico, por conseqüência, e representando a sanidade, consegue ficar sentado. Consegue pensar e agir de forma dialética. Se analisa, é para realizar novas sínteses. Procura ler as evidências, para encontrar os elos entre o sintoma e a história clínica. Procura semelhança entre palavras, entre situações, entre ações presentes e episódios passados. Não é supersticioso: trabalha com causas e efeitos até naquilo que parece completamente sem causa e sem razão de ser. Quando o paciente o ataca verbalmente com suas fantasias, o médico não faz senão interpretar, construir, analisar. O processo de análise, tendo duração de um ano, pôde ser explicitado - excluindo adendos e esclarecimentos complementares - na transcrição de não mais do que oito sessões. Se é certo que a transcrição não publicada e a própria introdução aludem a outros episódios ditos importantes, é notório que o narrador tenha conseguido realizar uma exposição satisfatória neste texto.

O texto se dedica a destrinchar, analisar, escandir o chamado "Complexo dos Ratos". Pelo fato de ser termo utilizado com freqüência e de

significado impreciso, convém esclarecer o que é o complexo para a psicanálise freudiana, segundo os autores Laplanche e Pontalis (1998, p. 70):

Conjunto organizado de representações e recordações de forte valor afetivo, parcial ou totalmente inconscientes. Um complexo constitui-se a partir das relações interpessoais da história infantil. Pode estruturar todos os níveis psicológicos: emoções, atitudes, comportamentos adaptados.

O complexo⁵⁴ pode ser visto como um “dispositivo relativamente fixo de cadeias associativas”; pode ser considerado como “um conjunto mais ou menos organizado de traços pessoais”; e ainda, como uma “estrutura fundamental das relações interpessoais e o modo como a pessoa aí encontra seu lugar e se apropria dele” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 71-2). Dispositivo de cadeias, conjunto de traços, estrutura fundamental de relações e modos de situação e apropriação. Há ainda a relação do complexo com uma palavra indutora:

Acostumamo-nos a chamar ‘complexo’ a um conteúdo de representação capaz assim de influenciar a reação à palavra indutora. Essa influência manifesta-se ou porque a palavra indutora afloreia diretamente o complexo, ou porque este consegue, através de intermediários, relacionar-se com a palavra indutora. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 71)

⁵⁴ O termo, reativado pelo contato com Jung, é já utilizado nos *Estudos sobre a histeria* (1895), e antes ainda, no “Sobre as Afasias”, de 1891, e é o desenvolvimento de uma idéia de John Stuart Mill, onde os elementos são definidos pelas relações, inseparáveis, que possuem com outros elementos. “O conjunto associativo resultante dos elementos não é por ele concebido como uma simples soma destes elementos, mas como um produto gerado a partir destes elementos, cujas propriedades são irredutíveis às propriedades dos elementos, tal como ocorre com a água em relação aos seus elementos constituintes, o oxigênio e o hidrogênio”. (GARCIA-ROZA, 1991, p. 51) Avesso a tipificações generalizantes, Freud sempre utilizou o termo com certa reserva. Não se pode esquecer, no entanto, que em 1909 as relações entre Freud e Jung estavam se dando intensamente. No mesmo ano o autor publicara o caso do pequeno Hans, considerado como baluarte para o desenvolvimento de outro complexo, o Complexo de Castração. Ao lado do Complexo de Édipo, são os conjuntos organizados cujo desenlace determinará o modo como a subjetividade da criança irá se desenvolver. O primeiro diz respeito à resolução do enigma das diferenças sexuais entre meninos e meninas; o segundo, o modo como a criança irá se relacionar com os pais, dentro das dualidades amor e ódio. Se os Complexos de Édipo e de Castração são considerados universais, o Complexo dos Ratos diz respeito ao emaranhado particular de representações que deverá ser afrouxada e dissolvida pela cura. Se “todos os caminhos levam a Roma”, se dita a sobredeterminação psíquica que todo sujeito passa pelo Édipo e pela Castração, é preciso especificar o caminho utilizado para se chegar a Roma. Este caminho é o Complexo dos Ratos.

Neste contexto, se estrutura uma equação simbólica de equivalências entre palavras por semelhança. Equações que coloca: rato {*Ratten*}, cota/dinheiro {*Raten*}, filho⁵⁵, vermes⁵⁶, pênis, jogo de naipes {*Spielratte*}, casamento {*Heiraten*} e conjectura {*Raten*} como eqüivalentes seriam o que constitui o complexo. A “palavra indutora” “rato” presente na história contada do tenente cruel provoca tanta agitação no paciente porque se trata do “fio da meada”, que, ao puxar, irá aflorar e dissolver todo o conjunto ordenado patógeno que se tem evitado por meio da repressão e da resistência. A expressão ‘rato’ é, assim, uma ocasião propícia para o afloramento de material recalçado: material referente a uma fixação no erotismo anal, à fase de desfusão pulsional onde amor e ódio se encontram cindidos; fase em que as noções de dinheiro, filhos e pênis estão intrinsecamente relacionados.

“Tantos florins, tantos ratos”. A esta língua foi transposto pouco a pouco todo o complexo dos interesses monetários que se referiam à herança do pai; vale dizer, todas as representações pertinentes foram assentadas, através desta ponte de palavras cotas-ratos, no obsessivo, e arrojadas no inconsciente. Este significado de dinheiro dos ratos se apoiou, ademais, na reclamação do capitão em devolver a quantia de reembolso; isso sucedeu com a ajuda da palavra-ponte *Spielratte*, desde a qual se descobriu o acesso até a prevaricação do jogo de seu pai. (FREUD, 1909/2001, p. 167)

Impressionante que esta expressão pode ser vista como condensação (sobreposição de sentidos) e como ponta consciente de uma cadeia associativa que conduz ao inconsciente. Como condensação, a análise dissecou o que na verdade se apresenta como pura polissemia. Ao se agitar com o pronunciamento da expressão “rato”, esta agitação se dá porque “rato” carrega e contém ao

⁵⁵ Refere-se às fantasias infantis de que as crianças nasçam pelo ânus e de que também os homens possam dar à luz a bebês.

mesmo tempo, a criatura que se esconde, a criatura que devora o pai sob a tumba, a criatura que provoca doenças (sífilis), o filho que pode nascer pelo ânus, os vermes contraídos pelo paciente quando este se apresentava fixado nos contatos com suas fezes, o dinheiro herdado do pai, a dívida herdada do pai, a criatura estranha e ao mesmo tempo digna de pena, asquerosa, representante da alma dos mortos. A expressão seria então uma “panela de pressão” ou uma “caixa de Pandora” simbólica, pedindo ao médico a sua abertura.

Uma formulação que gostaria de levantar para concluir a explanação deste eixo é que – e como se pode ver, corrobora a hipótese de Mahony - o custo da elucidação e da dissolução do complexo é que o próprio texto acaba reproduzindo este complexo. O campo transferencial impregna a escrita. O caráter cansativo sentido na leitura do texto pode se dever a uma tentativa obsessiva de que o complexo se apresente em sua maior extensão possível. Por conta disto, desta homologia entre sonho, sintoma e complexo, o texto acaba possuindo forma semelhante daquilo sobre o que fala. A obra passa a se assemelhar a um grande complexo que precisa ser dissolvido também pelo leitor.

Na seqüência destas formulações, a própria psicanálise aparece em correspondência a colegas (Cf p. 136) como empreitada absurda: “Em Viena é particularmente fácil ter-se a impressão de que não há nada a fazer, de que nada se pode mudar, de que se ajuda o bom Sísifo a empurrar sua pedra.” Deduzimos que quando o diz, quer dizer que parece plantar em solo infecundo. Que todo seu esforço parece não dar os frutos que mereceria sua heróica empreitada. Enquanto

⁵⁶ No momento em que o erotismo anal do paciente estava exacerbado, este contraiu uma verminose, prolongando esta fase por estimulação das lombrigas intestinais.

que os conteúdos do paciente são absurdos por não ligarem passado e presente e não atribuírem ao passado os conflitos que lá se originaram, o analista e sua empreitada são vistas como absurdas em relação à resistência do presente que enfrentam. Feito Moisés, que carregando as tábuas da lei, e questiona se a jornada vale o esforço, ao sentir-se solitário entre o povo escolhido perdido em adorações espúrias e os exércitos do faraó, que os escravizaria. A empreitada parece visar apenas um reconhecimento futuro, tornando absurda uma dedicação que aparentemente não possui gratificações no presente.

O absurdo ronda o psicanalista. Sua rede e seu encadeamento de idéias não isenta a patologia de sua falta de sentido. Ao contrário, revela o absurdo da lógica, de como o estado da vigília e a do sono se aparentam e se parecem, como conclusões, pensamentos, raciocínios, têm seu caráter fantasmático. O médico dá sentido ao pensamento neurótico, e para isso, descreve-o – como foi feito em a *Interpretação dos Sonhos* (1900) – os encadeamentos e as condensações do pensamento. Este estudo, dedicado ao pensamento patológico revela também a natureza do pensamento não patológico. O sonho dialoga com as imagens da vigília – os desejos da loucura noturna são transmutações da sanidade diurna. O umbral entre saúde e doença psíquica é relativo.

Dizer que a razão pela qual o Homem dos ratos foi assolado por um ritual em que deveria devolver 3,80 coroas ao tenente que deveria repassá-lo à funcionária dos correios é, originalmente a herança de um conflito que o pai teve entre o amor por uma jovem sem recursos e a garantia de um futuro em um casamento de interesses, de uma dívida de jogo feita pelo pai, não torna em

absoluto a história mais compreensível. Não retira o sistema do absurdo, mas amplia o absurdo, fazendo-o engolfar toda a história do paciente. Ainda, só acusa o pensamento de se subordinar a nossas fixações involuntárias. Estas fixações – constelações de qualquer processo de subjetivação – determinam os desejos e o sentido de nossa história, e são por conseguinte tão arbitrários quanto a própria história.

Por outro lado, é também absurda a idéia de que todo discurso tem a capacidade de “contar uma história” que a análise descobre, mas que seu autor, a princípio, está mais cego para ela. Quando o médico formula uma hipótese diretamente descartada pelo paciente, que em seguida conta uma anedota que “lhe vem à cabeça”, que é tomada como uma seqüência daquilo que estava sendo dito, sem que o paciente a veja como tal, esta história feita de fragmentos acaba por carregar um estatuto absurdo. Esta lógica, observada em muitos momentos do “Historial Clínico” é explicitada em 1900 (FREUD, 2001, p. 257):

Em uma psicanálise se aprende a reinterpretar a proximidade temporal como uma trama objetiva; dois pensamentos aparentemente desconexos, que se seguem imediatamente um ao outro, pertencem a uma unidade que se há de descobrir, assim como um a e um b que eu escrevo uma junto à outra devem se pronunciar como uma sílaba, ab.

Lembranças, pensamentos, anedotas, chistes, formam uma unidade a despeito de nossa vontade consciente.⁵⁷ Contamos sempre, até quando “jogamos conversa fora” nossa história mais íntima. Um pouco como nos atendimentos infantis, onde se considera que as crianças, quando estas brincam, deixam o analista a par de seus complexos mais profundos. Se isso revela uma lógica do

⁵⁷ Sabemos o quanto o aparelho psíquico freudiano é um aparelho de memória. Tal idéia já se encontra presente na famosa *Carta 52*.

absurdo, é possível entrever também um absurdo presente em qualquer lógica, visto que esta sempre está subordinada a outra coisa, a um *isso* que a guia. Se em tudo que fazemos há um motor inconsciente que nos impulsiona para determinadas direções, todo pensamento, do trivial ao bem orquestrado, nos escapa em alguma medida.

Partamos agora para a última injunção deste trabalho. Discorreremos sobre as relações entre o analista e a cidade. Discutimos acerca das relações beligerantes e absurdas entre analista e paciente. Neste próximo eixo, o cerne será a relação entre o médico e os limites de seu saber, assim como a relação entre leitor e o texto freudiano.

5. ENTORNO DO ESTRANHO: MORTE, SUPERSTIÇÃO E O MAIS ALÉM

“Creio, de fato, que boa parte da concepção psicológica do mundo, que penetra até nas mais modernas religiões, não é outra coisa que ‘psicologia projetada no mundo exterior’. O obscuro discernimento (uma percepção endopsíquica, por assim dizer) de fatores psíquicos e constelações do inconsciente se espelha – é difícil dizê-lo de outro modo, deve-se ajudar aqui com a analogia que nos oferece a paranóia – na construção de uma ‘realidade supra-sensível’ que a ciência deve tornar a transformá-la em ‘psicologia do inconsciente’. Poderia ousar responder desta maneira os mitos do paraíso e do pecado original, de Deus, do bem e do mal, da imortalidade e outros similares: transpor ‘metafísica’ em ‘metapsicologia’.”

- Sigmund Freud -

“De uma maneira conseqüente e quase correta do ponto de vista psicológico, a Idade Média atribuía todas essas exteriorizações patológicas à ação de demônios. E até que não me assombraria chegar a saber que a psicanálise, que se ocupa em pôr a descoberto tais forças secretas, se tenha tornado inquietantemente familiar para muitas pessoas justamente por conta disso.”

- Sigmund Freud -

Antes de me debruçar sobre o livro *O Homem dos ratos*, esperava que minha atividade fosse mais ou menos sistemática. Uma leitura com comentários, grifos, pensamentos, citações agrupadas, resumos; seguidos de outra leitura, esta mais densa que a primeira; e em seguida uma terceira, mais densa, erigindo a uma sistematização elaborativa. Fiz um cronograma como é requerido pelas instituições que me amparam e por uma exigência interna de trabalho, de comum acordo com minha orientadora. Ao fim, pensava que o trabalho sistemático, a escrita de quem sabe com esboços, poderiam me fazer enxergar e pensar o suficiente para que daí um material pudesse ser produzido, uma elaboração provisoriamente conclusiva.

A leitura e o encontro com a obra não foram nada do que esperava. O texto era interessante mas de difícil apreensão. A percepção que obtinha dele era de que se tratava de algo fragmentário, não sabendo se esta impressão se devia a características do texto ou de uma tensão incontida. Tensão na leitura? Angústia? Sem dúvida. Mas a obra não colaborava. Ao final de uma primeira leitura, sentei

para escrever o que havia sido retido em minha memória. Espantei-me com o fato de que me lembrava de algo, ainda que prestes a desaparecer, como um sonho se esfumaça ao despertar.

Precisei conviver com a frustração de minhas expectativas, com o descumprimento do cronograma, com a possível crítica de que afinal, e ao final, após dois anos de estudos para encorpar um instrumental de leitura, não era capaz de enxergar corretamente. A cada aproximação, era como mergulhar em alto mar para registrar a topografia do fundo do oceano sem equipamentos de respiração ou tubos de oxigênio. Era meu fôlego que estava em jogo, era meu fôlego que atrapalhava. Ao final de cada leitura, cansaço extenuante.

Minha autocensura tornou-se mais branda quando, após contar para conhecidos, amigos, colegas psicanalistas, sobre qual era meu objeto de estudo, fui abordado por alguns que me julgavam corajoso por analisar este texto específico. Consideravam-no uma floresta cerrada sem trilhas, um pântano escuro e lodoso, jornada por muitos interrompida na metade ou logo de início. De fato, o texto apresentava dificuldade. Não foi possível realizar uma pequena pesquisa de campo, registrando impressões para reproduzi-las aqui. Conto apenas com a reprodução de minha escuta pouco precisa, acima exposta, de que não se trata de opinião isolada.

A leitura suscitava afetos contraditórios. Raiva, frustração, pena, asco, e o que mais nos importa aqui, uma identificação perturbadora. A narrativa de um médico que se encontra com um jovem de formação universitária, perspicaz porém isolado da realidade, prenhe de racionalizações fantasmáticas, escondendo sua debilidade por trás do intelecto e incapaz de escutar os próprios pensamentos

e de enxergar corretamente, não poderia deixar de provocar em mim uma sensação de que eu era um pouco como este paciente. A comédia que encenava provocava-me pena, e ficava impressionado com a capacidade do médico de poder suportar o contato com os sintomas estranhos de seu enfermo: a descrição do ritual para pagar os óculos entregues pelos correios, a transferência com o médico, a descrição da tortura dos ratos provocava uma angústia considerável.

Transcrevo abaixo parte das impressões de minha primeira leitura:

Pobre homem dos ratos. O que dá pena numa ratazana é justamente aquilo que também provoca raiva. A pena se deriva do fato de que o Homem das ratazanas é odiável. É patético e mesquinho, e se crê onipotente. É impotente e libidinisa tudo. Troca a ação pelo pensar. Engana a si mesmo. Suas elucubrações são da ordem de um conflito amoroso. Está afastado da realidade. Identificação com algumas partes.

Ao mesmo tempo, era a minha própria onipotência que estava em jogo. O anseio de analisar corretamente, produzir um material original e importante estava em jogo. Curioso como um texto que discorre sobre o mal pensar, um pensar dominado e neutralizado pelo afeto, pudesse ser lido de forma tão truncada, difícil e lenta. Se o analista foi suscitado contratransferencialmente pelo que nele havia de obsessivo – como afirmamos atrás -, isso também acontece comigo como leitor. Foi então que o que era equívoco, ilusão de óptica, foi por mim convertido em condição de possibilidade de análise e de apreensão. Uma descrição de minha leitura não seria completa ou fiel se não levasse em conta este sentimento, este truncamento presente a todo momento. Transformei-o em eixo de análise: o terceiro. Terceira margem do rio – invisível, incontinente, impalpável mas presente como a mancha que fica na vista após fitar por algum tempo ou sol ou uma lâmpada.

Empreitada quase tão difícil quanto a análise de um sonho. As palavras estavam ali, corporificadas. Seus sentidos, porém, migravam aderiam a objetos estranhos, oscilavam, desfocados. Como aquela personagem em *Descontruindo Harry*, de Woody Allen, que se descobre de repente fora de foco. Os familiares sentem enjôo ao vê-lo. Precisam de óculos para enxergá-lo. Quando o colocam, o ator fica nítido; em contrapartida, todo o resto se anuvia. Óculos estes que inexistem ao analisar o texto – impossível pagar por eles.

Tão insólito como o ofuscamento e o desfocamento na leitura foi a maneira como os eixos foram sendo compostos. Afinal de contas, a análise foi possível, e a forma como isso aconteceu escapa, em certa medida, daquele que a realizou. Outro texto foi sendo produzido, e embora o tenha sido feito no encontro com a obra estudada, possuía uma autonomia em relação a esta. Percebi-me, para dar um passo adiante, erigindo uma ficção em relação à ficção primeira, àquela em questão.

Retornemos então, mais uma vez, a esta ficção primeira. Afasto-me temporariamente de minhas impressões, a fim de colher frutos de diálogo com outras idéias.

O estilo freudiano é reconhecido como sendo literário. A leitura das obras de Freud geralmente provoca prazer. Um prazer de percorrer o pensamento por sendas inéditas, por refazer caminhos percorridos há muito, por procurar preencher lacunas deixadas pelo autor, e por isso participar da manufatura da obra enquanto co-autor. Na pesquisa realizada por Mahony (1991), poderemos observar que não se tratou de um fato isolado. O autor intitula a obra como uma mistura do fracasso literário e da realização impressionante (MAHONY, 1991, p.

181), e o próprio Freud e seu interlocutor naquela época, Jung, compartilham desta dificuldade de acesso. Em carta a Jung, Freud confessa,

Estou achando isso muito difícil. É quase além da minha capacidade de apresentação. O trabalho, provavelmente, não será inteligível para alguém fora do nosso círculo imediato. Como são mal feitas as nossas reproduções, quão pobremente nós dissecamos as grandes obras de arte da natureza psíquica! (carta de 30/06/09; FREUD, 1974^a, p. 238 apud MAHONY, 1991, p. 178)

Não conseguindo declarar a dificuldade em ler a obra freudiana para o próprio Freud, Jung afirma em carta a Ernest Jones,

O trabalho de Freud sobre a neurose obsessiva é maravilhoso, porém muito difícil de entender. Logo mais deverei lê-lo pela terceira vez. Serei eu particularmente estúpido? Ou será o estilo? Eu me inclino cautelosamente para este último. Entre a oratória e a escrita de Freud existe uma 'lacuna' que é muito grande. (carta de 25/12/1909; JUNG, 1973, p. 14 apud MAHONY, 1991, p. 179)

O que se dá nesta obra em especial que provoca tanta dificuldade e estranheza? O que há no estilo que nos faz suspeitar de sermos estúpidos os leitores; estranhamente estúpidos quem sabe como o próprio Homem dos ratos em sua sagacidade e perspicácia? Tentando compreender esta característica apreendida na leitura, pude me remeter a alguns elementos referentes ao conteúdo do texto. Visto que o *conteúdo* não dá conta de esclarecer os fenômenos percebidos pela *forma* da obra, talvez a maior provocadora desta perturbação, faço uso dos textos de Kon (1996, 2002, 2003), que procuram conversar psicanálise e literatura fantástica. Sua reflexão faz maior sentido quando podemos identificar que as reações da leitura se assemelham àquelas provocadas pelas obras que tentam manter a hesitação e o suspense constantemente altos, justamente pelo fato de estimular uma identificação entre o homem diurno com o médico, e o homem noturno com o monstro.

Poderemos nos remeter ao início desta análise. O subtítulo da obra já adianta seu caráter estranho. O texto anuncia que irá mais além de um caso de neurose obsessiva. O tom impessoal do primeiro título é abrandando pelo segundo título, onde a pessoalidade se funde a um elemento animal – o rato. O “dos” que há entre “ratos” e “homem” indica uma possessão. Os ratos parecem ser dominados pelo homem, ou vice-versa: poderíamos entender como “Aquele homem que possui ratos.” ou “Aquele homem que é dos ratos.” Em contrapartida, o que caracteriza o homem são os ratos. Como se diz “O homem de preto.” ou “Aquele homem ali, de chapéu.”, os ratos parecem a referência de identificação deste homem.

Trata-se de um homem tipicamente estranho, pelo relato do médico. É conhecido pelas irmãs como “o pássaro de mau agouro”, por estar presente com frequência em encontros fúnebres. Também, ao final da análise, é conhecido como o próprio rato.

É inseparável da representação do rato que ele rói e morde com seus dentes afilados; agora bem, o rato não é mordedor, voraz ou sujo sem castigo, mas que, como ele já havia visto freqüentemente com horror, é cruelmente perseguido pelos homens e morto sem piedade. Freqüentemente havia sentido compaixão destes pobres ratos. E ele mesmo era um tipo assim, de asqueroso e sujo, que tomado pela ira poderia morder aos demais e ser por isso açoitado terrivelmente. Real e efetivamente podia falar do rato como “a viva imagem de si mesmo”. (FREUD, 1909/2001, p. 169)

O rato é emblema de alguns elementos que acabam por possuir um parentesco no texto. São: a morte, a deterioração, a doença, a superstição, a sujeira, as fezes, os vermes intestinais, a feitiçaria. Alguns destes elementos, quais sejam, a deterioração, a doença, a sujeira, as fezes e os vermes intestinais são considerados em seu parentesco pela importância que tem para o sujeito em

determinado momento de sua história individual, a saber, quando a analidade se encontrava especialmente investida. Neste eixo, debruçemo-nos no segundo grupo de elementos, que concernem os temas da morte, da superstição e da feitiçaria. Se o efeito que o primeiro grupo surte sobre o homem civilizado é o do “nojo” e o do “asco” como resultados do recalque, é o segundo grupo que em nós repercute como aquilo que pode ser denominado de “estranho”.

Na citação anterior, “a viva imagem de si mesmo” é uma referência literal de uma obra cara ao narrador, onde um homem vende sua alma para o demônio, conhecido na obra por Mefistófeles. Na cena em que se encontra este excerto, satã vai à bruxa requisitar um feitiço:

“Ele vê no inchado rato, claro está/ a viva imagem de si mesmo”.
(GOETHE, *Fausto*, parte I, cena 5 apud FREUD, 1909/2001, p. 169)

O rato é nitidamente um animal noturno, fugidio, escondido. Sua impessoalidade e animalidade podem fazê-lo representar aquilo que foi recalcado, e que está no inferno subterrâneo. Lembremos que a epígrafe de *A Interpretação dos Sonhos – Flectere si nequeo superos, Acheronta movebo.* - faz analogia entre descobrir e revelar o inconsciente e “mover o rio Aqueronte”, um rio que se encontra no território de Hades, segundo a mitologia. Em outro momento, num texto técnico sobre o amor de transferência, escrito em 1915, o retorno do recalcado é comparado com um feitiço para convocar um demônio das profundezas.

Exortar ao paciente, tão prontamente quanto confessou sua transferência de amor, a sufocar o pulsional, à renúncia e à sublimação, não seria para mim um obrar analítico, mas um obrar sem sentido. Seria o mesmo que fazer subir um espírito do mundo subterrâneo, com elaborados conjuros, para enviá-lo de novo para baixo sem inquirir-lhe nada. Teria se chamado

o reprimido à consciência apenas para reprimi-lo novamente, preso de terror. (FREUD, 1915/2001, p. 167)

O reprimido provoca terror e medo até mesmo naquele que o convoca. É figurativizado como o espírito temível que apenas a custa de muitos conjuros pode ser manipulado. Quando se está perto dele, até mesmo o médico poderá querer afogá-lo novamente para dentro, sufocá-lo, soterrá-lo, exigindo daquele que o conjura um alto grau de suportabilidade.

Em outros dois momentos, os ratos são apresentados como emblemas da morte e dos mortos:

“Certa vez que estava visitando a tumba de seu pai, viu um animal grande, que tomou por um rato, vadiando pelo túmulo. Supôs que acabara de vir da tumba de seu pai, e estava se banquetando com seu cadáver”. (FREUD, 1909/2001, p. 169)

“Nas sagas, os ratos não aparecem tanto como um animal asqueroso, mas *estranho*, poder-se-ia dizer ctônico, e se as emprega para figurar a alma dos mortos.” (FREUD, 1909/2001, p. 169)

A expressão “ctônico” é derivado do grego *khthonós*, e é um elemento de composição que, quando colocado no começo da palavra, refere-se à “terra” (como na palavra “placa tectônica”); quando posto no final, significa “matar” (como na versão abreviada, “catatônico”) (HOUAISS, 2001).

No discurso fantasmático e delirante do paciente, há presente a expectativa de que o pai poderá aparecer a qualquer momento. Teme-se que algo de terrível, como a tortura dos ratos, possa acontecer a ele, mesmo estando este morto há anos. Sua presença morta é mais conspícua que outras

contemporâneas. O discurso se refere ao *mais além*, um lugar onde o pai se encontre vivendo, referência tanto à idéia da religião quanto à da superstição. Este mais além, ao contrário da imagem etérea e evanescente que se possa pensá-la, possui uma vivacidade e uma materialidade impressionantes.

“Suas idéias sobre a sobrevivência depois da morte são, no inconsciente, tão consequentemente materialistas quanto a dos antigos egípcios.” (FREUD, 1909/2001, p. 232)

Quando o paciente descreve sua visita à tumba do pai e percebe ali o rato que porventura tenha se alimentado de seu cadáver, a idéia que constrói deste pai subterrâneo é muito parecida com a idéia dos faraós mumificados vivendo dentro das pirâmides.

Por sua vez, seu cristianismo e o hábito de freqüentar a igreja surge quando após uma primavera em que fora acometido de violentas censuras internas, “caiu de joelhos, passou a reluzir sua piedade, resolvido a crer no mais além e na imortalidade”. (FREUD, 1909/2001, p. 236). Em relato de 8 de outubro, o narrador afirma que o paciente “padece de compulsão sacrílega como as monjas”. (FREUD, 1909/2001, p. 217). Três dias depois, afirma que o paciente possui três personalidades; uma delas a ascética, religiosa.

A religiosidade, no entanto, não se deve à sua individualidade, mas a seu padecer. Ao dizer isso, baseado na observação constante de práticas religiosas e supersticiosas em obsessivos, defende o combate a esta

religiosidade. Afinal, o paciente não é religioso, nos diz o médico. Devemos livrá-lo disso, pois se trata de uma conduta neurótica.⁵⁸

Nosso paciente era supersticioso em alto grau, e isso apesar de ser um homem esclarecido, de elevada cultura e notável perspicácia, e de poder assegurar as vezes que não tinha por verdadeiro nada de tais bobagens todas. (FREUD, 1909/2001, p. 179)

Nisso o médico o distinguiria dos “religiosos incultos”, que não colocam dúvidas em suas crenças. Era a superstição de um homem culto, e *prescindia de vulgaridades* (ojeriza às sextas-feiras, ao número 13, etc.) Afirmava ter sonhos premonitórios e reconhecer sinais proféticos. Via e recebia cartas de pessoas nas quais havia acabado de pensar. Em outro momento, tendo viajado para uma estância de águas, e visto que seu lugar havia sido ocupado por um senhor, desejou-lhe a morte. De fato, um tempo depois ficou sabendo que tal sujeito morreu de causas naturais.

Do ponto de vista do narrador, não seria, portanto, possível o convívio não neurótico entre esclarecimento e cultura com a religiosidade e a superstição. Tais “milagres” seriam fabricados pelo paciente – meros truques de prestidigitação que o Homem dos ratos aos poucos foi descobrindo que fazia. Afinal, quando um sonho não se profetizava, isso não servia de prova para o paciente de que o acaso representava grande papel nesses poderes paranormais. A religiosidade é vista aí como uma projeção do mundo psíquico sobre o mundo exterior, ou de uma *percepção endopsíquica* pelo paciente. Em texto de 1923, há a análise de uma

⁵⁸ Acerca disso, notável a afirmação de Jorge Luís Borges sobre a idéia de Deus: *[Deus] é a criação máxima da literatura fantástica! O que Wells, Kafka ou Poe imaginaram não é nada comparado com o que a teologia imaginou. A idéia de um ser perfeito, onipotente, todo-poderoso é realmente fantástica.* (BARONE, 2005, p. 34)

possessão demoníaca registrada no século XVII. O diabo, para a psicanálise, aparece aí como um substituto do pai. Na introdução lê-se

A neurose da infância nos ensinou que nelas se conhece sem trabalho, a primeira vista, muito do que mais tarde só é possível discernir mediante uma investigação exaustiva. Esperamos algo semelhante a respeito das enfermidades neuróticas dos séculos anteriores, e assim ocorrerá, com efeito, com tal que estejamos preparados para reconhecê-las sob rótulos diversos que as de nossa neurose de hoje. Não nos assombra que a neurose destas épocas antigas se apresentaram com vestes demoniológicas, posto que de nossa época apsicológica aparecem com vestes hipocondríacas, disfarçadas de enfermidades orgânicas. (...) A teoria demoniológica daqueles tempos obscuros ganhou seu pleito a todas as concepções somáticas do período de ciência “exata”. Os casos de possessão correspondem a nossas neuroses, para cuja explicação aduzimos os poderes psíquicos. Os demônios são para nós desejos maus, desestimados, retornos de moções pulsionais rechaçadas, reprimidas. Somente desautorizamos à Idade Média em sua projeção destes seres anímicos ao mundo exterior; para nós, eles nascem na vida interior dos enfermos, aonde moram. (FREUD, 1923/2001, p. 73)

O médico considera a psicanálise como aquela que afirma que os fantasmas externos são na verdade moções internas. Em *Lo ominoso*, de 1919, o estranho é tomado como tema central. Freud considera que o sentimento do estranho e os fenômenos sinistros derivam de crenças infantis que se conservam intactas no inconsciente. Crenças de que os bonecos possam possuir vida própria, crenças acerca da onipotência dos sentimentos, de que estes têm uma continuidade no mundo exterior, e aquelas onde há uma irmandade entre animais e seres humanos. O sujeito não se encontra discriminado do mundo que o circunda, e tanto objetos inanimados quanto animais são considerados a partir do chamado “animismo” – a natureza possui alma. A pré-história de cada sujeito e a pré-história da civilização podem ser comparadas, como se viu acima acerca do Homem dos ratos e dos egípcios. Comportar-se neuroticamente é comportar-se

como os antigos, como na infância da civilização. Entre esta pré-história e nosso tempo, há um “progresso secular de repressão”.⁵⁹

Sou acometido por uma série de questões que alargam nosso âmbito, e que não tenho pretensão de responder, mas apenas indicar: Seria a tradução interpretativa e a conversão do fantástico no infantil recalcado, o procedimento que traduziria a posição da psicanálise em relação ao que pertence à esfera do incognoscível? E – outra pergunta – considerando um desmatamento abundante da região dos fantasmas, das mulas sem cabeça, dos vampiros espectrais dos castelos, qual seria a roupagem do fenômeno estranho na contemporaneidade? Qual seria o espaço ocupado pelo estranho em nossas formas de subjetivação?

Em socorro a uma busca de compreensão, remeto-me a uma experiência vivida em relação à minha própria análise. Ali se encontram: o medo do estranho irrompendo na claridade da razão e da tecnologia, a busca pela análise no afã de não temer os fantasmas, de querer acreditar que estão para dentro da realidade psíquica, e não para fora, neste mundo opaco e entrevisto. Façamos então um novo mergulho, uma nova digressão.

É uma sexta-feira à noite. Acabo de me arrumar, e espero minha carona. Sairemos. O clima é de leveza. Há muito tempo não espaireço, tomo uma cerveja com os amigos, converso bobagens. Como de costume, minha amiga se atrasa, e procuro pequenas coisas para fazer enquanto a aguardo. Ligo a

⁵⁹ Da distinção entre as obras “Édipo Rei”, de Sófocles, e “Hamlet”, de Shakespeare, Freud nos aponta: “No mesmo solo Édipo Rei funde suas raízes com outra das grandes criações trágicas, o Hamlet de Shakespeare. Mas de modo diverso de tratar idêntico material se manifesta toda a diferença da vida anímica nestes dois períodos da cultura, tão separados no tempo: se mostra o progresso secular da repressão na vida espiritual da humanidade. Em Édipo, como no sonho, a fantasia do desejo infantil subterrâneo é trazida à luz e

televisão e começo a “zapear” os canais disponíveis pela televisão à cabo. Outra coisa que faço raramente: ver televisão. Mas, naquele dia, estou à vontade, relaxado. Não quero pensar. Os canais passam noticiários, desenhos animados, clipes musicais, documentários sobre animais da savana africana. Nada me interessa, e continuo mudando de canal. Na verdade, não pretendo encontrar coisa alguma; afinal, quero é que minha amiga chegue logo. Até que minha curiosidade me faz parar em um canal. Transmitem um culto evangélico, ou alguma religião destas populares que servem para alienar e usurpar o povo. É uma bobagem, mas por algum motivo, aquilo me prende. O pastor de camisa social dentro da calça, uma gravata, os olhos fechados, coloca as mãos sobre a cabeça de uma mulher. A mulher mantém a cabeça baixa, os cabelos desgrehados, seu rosto oculto, as roupas simples. Dou-me logo conta: encenam um exorcismo. A mulher está possuída pelo demônio, sua voz é arranhada, gritada, como se de dentro dela uma criatura se agitasse contra o pastor. “Sai desse corpo!”, o pastor pergunta o que o demônio está fazendo dentro dela. Em nome de Deus, ordena que fale, ordena que diga o que aquela criatura vil faz com ela todos os dias. Às vezes, a voz hesita. Às vezes, solta um grito, esganiça uma resposta.

Quando dou por mim, percebo que aquela cena boba, facilmente desmontada por meio da lógica, da consciência de que se trata de uma encenação com finalidades de encher bolsos a custa do medo, da crença fácil, aquela cena me toma. Não há mais leveza, estou embargado. Sou tomado por um

realizada; em Hamlet, permanece reprimida, e só averiguamos sua existência – as coisas se encadeiam aqui como em uma neurose – por suas conseqüências inibitórias.” (FREUD, 1900, p. 271)

“sentimento negativo”, por mais que seja completamente ateu, rechace misticismos, orientalismos, e não goste que me digam que mandem “energias positivas” ou que determinado local estava repleto de “energias negativas”. Eu, pensamento esclarecido, sinto medo. Minha carona chega, saio, me divirto, mas continua o nó na garganta, de que fui tomado por algo que não sei o que é. Conto para minha amiga do acontecido. Em vão ela procura me acalmar.

Alguns dias depois, narro para minha analista esta vivência. Falo disso e de outras coisas. Sinto que, de alguma forma, fui possuído. Sei que esta experiência tem algo de patético. Mas na sessão de análise, aquela experiência vai sendo compreendida a partir de desejos e anseios que me tomam naquele momento. Pensada a partir deles, esta experiência faz sentido. Saio dali tranqüilo. Posso esquecer do que aconteceu. Posso superar, e desacreditar que fui invadido por um espírito ruim.

A compreensão vem aí em meu auxílio. Com ela, eu não sinto medo. Posso me proteger do inexplicável. Por enquanto, ao menos. Por enquanto, porque sei que o que senti foi muito vivo. De alguma forma sei que, por mais que a psicanálise tenha iluminado um bicho papão dentro do armário, que há, em fantasia, o bicho papão, e que o armário é mais fundo, mais preenhe de sombras e de fundos falsos. A própria psicanálise nos ajuda a pensar que havia um outro que tomou conta. Se este outro é uma outra face minha, a minha metade negra, tanto pior. Nem que eu corra, poderei me ver livre dela.

“Seria a psicanálise apoteose do pensamento iluminista, ficção científica que abarque o maravilhoso? Domesticação do insólito? Do inefável que nos é inerente?” (KON, 2003, p. 208)

Convivendo com a gestação da psicanálise na sociedade européia se encontrava uma literatura efêmera, passageira, intitulada literatura fantástica. Segundo Todorov, tratava-se de manter a tensão da hesitação entre fantasia e realidade, entre as premissas das novelas policiais e aquelas dos contos de fadas. Nestes e naqueles, a tensão se resolvia. No primeiro, o mistério se convertia em enigma. No último, o pacto com o leitor era de que havia de fato o sobrenatural, e poderíamos reconhecer o mundo narrado como outro mundo.

Ao contrário, na literatura fantástica, o protagonista é comumente caracterizado como um homem que se baseia na razão, que caminha sobre os próprios pés e em terra firme. De súbito ou aos poucos, algo de insólito acontece, e a narrativa se estende entre as justificativas científicas e outras, sobrenaturais. O chão sob os pés falha. Verdade e ilusão passam a ser indistinguíveis.

E o que teria a psicanálise a ver com isso? Para Kon, que inicialmente se baseia em Todorov,

A psicanálise viria a seguir e tratava de inserir o resto de exterioridade apavorante, ainda presente ambigualmente no fantástico, num novo território, desta feita não mais sobrenatural ou sobre-humano, mas de uma humanidade nova, habitante do território inédito do inconsciente freudiano. (KON, 2003, p. 208)

Segundo a autora, “ao homem o que é do homem”. A psicanálise seria o golpe de misericórdia do pensamento milagroso, seria o desmatamento completo do, de acordo com Maupassant, “bosque do maravilhoso”. A teoria da

neurose e a invenção do inconsciente levariam todos os fantasmas para dentro de casa, de um território que ainda precisava ser explorado. Entre a fantasia e a realidade teria sido criada uma nova realidade onde estes fantasmas poderiam existir e se resolver: a realidade psíquica.

Este é o ponto justo: a rejeição do mistério, a assunção do não explicado em vez do inexplicável, do inexplorado em vez do inexplorável da alma humana. Esse é o lugar da emergência da psicanálise, como ultrapassagem do mundo que deu origem à literatura fantástica, e da geração do homem psicanalítico que sucede ao homem fantástico. (KON, 2003, p. 22)

O homem psicanalítico seria este caracterizado por um novo estofo, por uma nova densidade, por uma cisão constitutiva, por esta sobreposição ou decantação. Seríamos habitados por estas vozes, estes desejos e anseios, estas instâncias, esta nova temporalidade, esta nova forma de pensar, perceber e sentir.

A esta altura, a autora insere um novo pensador que coloca as relações entre psicanálise e a literatura fantástica a partir de um outro ponto de vista. Seria Caillois⁶⁰, que analisando o processo destas irrupções do ponto de vista histórico, entenderia o fantástico como aquilo que surge quando não se pode mais acreditar em milagres. Neste sentido, portanto, a psicanálise não baniria o fantástico, mas seria o último tijolo que faltava para concluir a muralha que nos protege do inacreditável, do inexplicável. Quanto mais compreendêssemos, mais suportável seria a convivência com o inexplicável.

Do ponto de vista de Kon (2003) e de outros autores do século XX aos quais se remete e se ancora – Pontalis, Merleau Ponty, Foucault, Derrida, Castoriadis, Melsohn e Winnicott – haveria espaço para se pensar o primordial,

⁶⁰ CAILLOIS, R. *Au coeur du fantastique*. Paris: Gallimard, 1965.

aquilo que permanece insistindo em sua indiferenciação, em sua impossibilidade de nomear.

Refiro-me a três momentos na obra freudiana em que podemos pensar a possibilidade de conservação do mistério, do que não pode e não deve ser convertido em enigma. Mais do que três momentos, talvez, creio que sejam três elementos nodais que comparecem no pensamento do autor ao longo de sua obra.

O primeiro, parte da gestação psicanáltica, é o artigo publicado ainda em 1890, que se intitula *Tratamento psíquico (tratamento da alma)*. Freud inicia seu trabalho apontando o menosprezo dos médicos pela importância que o anímico possui para suas atividades. Segundo o autor, os médicos, quando se ancoram na possibilidade curativa que suas “meras” palavras têm sobre os pacientes, estão se utilizando de modo pouco refletido deste poder.

O leigo achará difícil conceber que umas perturbações patológicas do corpo e da alma possam ser eliminadas mediante “meras” palavras do médico. Pensará que se está alentando-o a crer em encantamentos. E não estará tão equivocado; as palavras de nosso falar cotidiano não são outra coisa que uns encantamentos desbotados. Mas será preciso empreender um largo rodeio para fazer compreensível o modo como a ciência consegue devolver à palavra uma parte, sequer, de seu antigo poder encantador. (FREUD, 1890/2001, p. 115)

De um lado é preciso reconhecer que as palavras são “encantamentos desbotados”. De outro, que é preciso devolver às palavras este prístino poder de “encantamento”. Apoiando-se em seu *talking cure*, ou cura pela palavra (ou pelo falar) como base da psicanálise, pode-se considerá-la como portadora de um saber. Este saber não é aquele que pode reconhecer necessariamente a palavra justa de antemão, mas o saber de reconhecer que as palavras possuem uma

vitalidade material. Utilizando-se da mesma expressão que Foucault utiliza para falar do “discurso”, a palavra têm, para a psicanálise, uma “materialidade incorpórea” (Cf. 51 deste trabalho). Nesse sentido, ela tem a capacidade de poder influir sobre o corpo. Das expressões faciais à neurose, a carnalidade da palavra surte efeito sobre o corpo, e o analista é aquele que se utiliza deste saber para promover a cura.

Seguindo este raciocínio, o saber do analista inclui uma tentativa não de amortizar o estranho e o feitiço, mas de fazer uso dele. Ao contrário da “filosofia da natureza” (FREUD, 1890/2001, p. 115), o saber da psicanálise não desconsidera o poder dos xamãs, dos curandeiros, das crendices populares. Ao contrário, incorpora-os em sua trama de pensamentos: vide, como exemplo, o capítulo segundo de *A Interpretação dos Sonhos*.

Vi-me levado a admitir que estamos outra vez frente a um destes casos, não raros, em que a crença popular antiquíssima, mantida com tenacidade, parece aproximar-se mais à verdade das coisas que o juízo da ciência que hoje tem validade. (FREUD, 1900/2001, p. 122)

O segundo elemento, momento da fundação do pensamento psicanalítico, aborda o modo como os sonhos podem ser analisados. Obra em que se corrobora a importância do infantil, da sexualidade, do Complexo de Édipo⁶¹, da realidade psíquica, e da dinâmica e tópica psíquicas, culminando na instauração do inconsciente e de suas leis. Em dado momento, ao analisar um dos muitos sonhos estudados ali – ao mesmo tempo não um sonho qualquer, mas um sonho paradigmático, um dos mais importante da obra freudiana, o conhecido *Sonho da*

⁶¹ Embora o amor por um dos pais e o desejo que o outro dos pais morra se afirme em sua universalidade já nesta obra, a expressão “Complexo de Édipo” só irá surgir em 1910 (p. 164).

Injeção em Irma, o autor afirma ao mesmo tempo a incapacidade de compreensão total e de tradução completa de qualquer sonho.

“Todo sonho tem pelo menos um lugar no qual é insondável, um umbigo por onde se conecta com o desconhecido”. (FREUD, 1900/2001, p. 132)

Mais adiante, na mesma obra, o autor volta à esta idéia de maneira reformulada, sem contudo deixar de repetir algumas expressões chaves: os limites da interpretação, o umbigo, o desconhecido.

Ainda nos sonhos melhor interpretados é preciso com freqüência deixar um lugar nas sombras, porque na interpretação se observa que dali se arranca uma madeixa de pensamentos oníricos que não se deixam desenredar, mas que tampouco tem feito outras contribuições ao conteúdo do sonho. Então este é o umbigo do sonho, o lugar em que ele se assenta no desconhecido. Os pensamentos oníricos com que topamos à raiz da interpretação têm que permanecer sem clausura alguma e desbordar em todas as direções dentro da emaranhada rede de nosso mundo de pensamentos. E a partir de um lugar mais espesso deste tecido se eleva logo o desejo do sonho como o cogumelo de seus filamentos vegetativos. (FREUD, 1900/2001, p. 519)

Se analisar é encontrar o fio da meada e desemaranhá-la, o analista reconhece como parte de seu percurso que esta madeixa poderá ser desfiada até certo ponto, encontrando por fim um resto, um nódulo que deverá deixar intacto. Pensando que o sonho se encontra dentro do sujeito, como um bebê se encontra dentro do ventre de sua mãe, o umbigo é aquele lugar por onde o feto se desenvolve e se nutre. Todo o material do qual se alimenta e se constitui advém deste umbigo preso a um cordão umbilical. Com esta imagem, podemos compreender ainda melhor a expressão de que o umbigo do sonho é o lugar onde o sonho se assenta sobre o desconhecido. O objeto de análise paradigmático da psicanálise, o sonho, assenta-se sobre algo que não é dado saber, que deve ficar nas sombras, permanecer obscuro. O relato de um sonho, por sua vez, é o relato

desta viagem realizada na fronteira entre o interpretável e o insondável. Sua existência pressupõe e se nutre desta fronteira.

Por fim, o terceiro e último elemento que denota a inclusão do que resiste à inclusão é a instauração, já em 1920 do conceito de pulsão de morte. Este conceito, instaurado em *Além do princípio do prazer*, teria inserido aquilo que “permanecera rondando como um estranho ao aparelho, como um ser fantástico, um *revenant*” (Kon, 2003, p. 329).

Algo no arranjo havia falhado, algo já não é suficiente. A irrupção da morte, adiada até então, tornou-se inevitável. Há algo que, apesar dos nossos esforços, surge para desfazer nossa acomodação, algo que destrói a harmonia. O fantástico é isso, e não há nome que esvazie a sua força. Calado, ele retorna de outro lugar. (KON, 2004, p. 329)

Incômodo lugar de se firmar, na fronteira entre compreensível e incompreensível. Incômodo sistema que firma suas bases na ausência de harmonia, em conceitos que incluem o fantástico em seu arcabouço. Concluindo meu pensamento, reproduzo as palavras de Freud, citadas por Kon:

Em outra região, inteiramente diferente, é verdade, defrontamo-nos realmente com tal hipótese, mas *é de tipo tão fantástico, mais mito do que explicação científica*, que não me atreveria a apresentá-la aqui se ela não atendesse precisamente àquela condição cujo preenchimento desejamos, porque faz remontar a origem de um instinto a uma necessidade de restaurar um estado anterior de coisas. (FREUD apud KON, 2003, p. 329-30)

Trata-se desta hesitação não resolvida, este paradoxo que não pode e não deve ser traduzido em elementos digeríveis, este fantástico que não tem como ser enigmático porque não se deixa ver, mas apenas entrever, pressentir, deixar-se possuir. Na leitura do “O Homem dos ratos” tais aspectos tomaram um primeiro plano. Nortearam minha leitura, presente porém impalpável. Ao abordar a alma da obra, pude concluir que ela também determina a forma como se deixa

abordá-la. Não se entrega facilmente. Resumos e resenhas não a conformam. Se cada obra responde as perguntas que nós mesmos formulamos para elas, é também certo que estas perguntas, não sabemos se somos nós que formulamos, ou se é outra coisa que em nós, convidada pela obra, decide formulá-las.

Freud reconhece o insólito ao longo de sua obra, e ressaltamos isso em três períodos diversos: 1890, 1900 e 1920. Este contato com o estranho se deriva decerto do encontro com elementos emaranhados na narrativa clínica, e que, pela falta de esclarecimentos por parte do médico, deixam o leitor em relação direta com eles, sem mediações. Em busca de uma aproximação e tentativa de compreensão do misterioso, a psicanálise mimetiza-o e o incorpora. A alma e qualquer aproximação verdadeira dela – seja na clínica, seja na narrativa clínica, seja na literatura - seria a possibilidade de contato com o estranho e o estranhamento, pois a alma o contém, indomável. A alma é sua morada, sofre e se nutre da presença do sinistro. Poderosa e indefesa, mergulha por inteiro neste oceano abismal de trevas e pânicos.

V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não deveria haver música nesse silêncio?

Não estaria já ali, reprimida?”

Rainer Maria Rilke

Analisar a narrativa freudiana em busca dos valores e posicionamentos dos personagens de seu enunciado: este foi o objetivo deste trabalho.

Como fizemos isso? Avivando no texto o confronto pelo discurso, lançando luz sobre o jogo de forças entre as vozes – discernindo-as - que lutam e negociam suas presenças; profanando e mundanizando a figura do analista; descoisificando o conceito, textualizando o contexto; retirando da teoria sua presença totêmica e monolítica. Trazendo uma contribuição que não seja direta, mas fruto de uma sucessiva demolição. Apontando a viva turbulência de um caso clínico, sua atualidade avessa ao pó decantado no fundo dos baús; considerando o parentesco do caso clínico com suas obras literárias vizinhas no tempo e no espaço, procurando aquilo que o distingue delas e chacoalhando sua pretensa impermeabilidade. Discernindo sua dimensão ética – ou o *ethos* que engendra – e sacando dali seus modos de presença no mundo. Discernindo sua dimensão estética e procurando o que faz do texto freudiano uma narrativa tão rica e inesgotável.

Desta estratégia de pensamento e de abordagem, quais valores pudemos reconhecer? Pudemos ver que a figura do analista não é no seu texto

uma forma dêitica, apagada, ausente, vazio a ser meramente preenchido pela identificação do leitor, mas uma presença responsável e ativa. Pudemos pensar as relações que um analista, figura irremediavelmente política, estabelece com sua pólis, como se posiciona perante sua cosmopolita e conservadora cidade. Apreendemos uma cenografia singular onde uma Viena fictícia é acossada por uma guerra silenciosa e violentamente presente; pudemos recompor a vocação heróica que o analista se consagra ao questionar mandamentos arcaicos, punições injustas, pedagogias heterônomas, uma aplicação perversa das leis. Pudemos ver o quanto este advoga uma política do *laissez faire*, expressão usada para designar a liberdade a iniciativas em desenvolvimento, e o ato de abordar o cidadão como sujeito responsável. Vimos o quanto afirma que uma sociedade com muitas restrições não deixa outra alternativa para seu membro a não ser transgredi-las. Pudemos inclusive encontrar uma Pompéia decantada em Viena, uma Pompéia sobreposta ou soterrada que jaz tão viva quanto antes, justamente porque foi sufocada no tempo devido, e que se faz presente na prática de seus habitantes.

Pudemos também recorrer às maneiras como o narrador se coloca perante o pensamento absurdo e o próprio absurdo do pensamento sobredeterminado. Pudemos ver algumas maneiras pelas quais o analista engendrava sua persuasão, convencendo leitor e paciente, e da mesma forma, como que o analista se deixava impregnar pelo modo de presença deste paciente, por seus rituais, suas dúvidas em relação a coisas insondáveis, sua metódica organização, suas confissões sofridas. E, finalmente, como se operam as idéias

de convencimento, de complexo, de interpretação, de construção e de formulação de hipóteses a partir da leitura.

E ainda, o mais além na leitura: o umbigo onde o leitor é tragado pelo vórtice do estranhamento com as palavras. Na identificação perturbadora, no tremor tectônico de sua própria história sufocada, singrando apavorado pelo Nilo/Aqueronte fonte adentro, no curso descontínuo da narrativa freudiana, para daí se pensar nas apropriações e nas domesticações do inefável e do fantástico pela psicanálise.

Tentemos, nestas palavras finais, sintetizar a *cenografia*, montada pela análise do “O Homem dos ratos”.

No palco, dois protagonistas, um cenário e uma trama. O público. Neste público, o escritor investigador.

O *analista* formula hipóteses baseando-se em indícios, elucida com construções, argumenta do ponto de vista lógico, analisa expressões faciais a caça de afetos ambíguos, abstem-se da curiosidade imediatista, reconhece as limitações, cercado por estatuetas, conquistas suas em fazer retornar o recalcado.

O *paciente*, anti-ethos da narrativa, debate-se, é impreciso, transfere, omite, duvida, ironiza. É assolado por rituais absurdos, seu pensamento guiado por mandamentos. O paciente é curioso, apresenta grande dificuldade em conter seus afetos. Padece de uma crise fáustica de valores, entre o amor e o dinheiro, entre a prosperidade e a verdade, entre a convenção tradicional e o desejo que o constitui. Padece por ser moderno.

O *cenário*. Estes personagens contracenam mergulhados numa cidade onde se é dado conhecer de seus homens os fatos mais triviais – o nome, a profissão, a propriedade -, desconhecendo-se suas verdades mais profundas. Estão imersos em uma cidade tediosamente curiosa, que obstrui o desenvolvimento da psicanálise. Cidade de sujeitos divididos, divorciados de sua própria natureza. Cidade de policiamento constante, de um sistema legal arcaico, de uma aplicação perversa das leis, ameaças de castigo corporal, supressão de um espaço legitimado de realização sexual; cidade beligerante, regida por um sistema produtor de sujeitos heterônomos. Cidade cuja higiene oculta a infestação de ratos.

A *trama*. A psicanálise faz uso do poder encantador das palavras, se aproxima da morte, procura se assentar nesta posição muito incômoda de exercer sua impotência, de reconhecer que há um “umbigo da psicanálise” de onde partem os fios de discernimento, buraco negro, eterna interrogação. A psicanálise se dobra perante o incognoscível e tenta dobrar o incognoscível; reconhece o desconhecido e ao mesmo tempo tenta traduzi-lo. Perante o ódio infantil e parricida, Freud oferece o cavalheirismo do divã, do debate lógico, do conforto nos progressos da psicanálise. Freud traz à luz os fantasmas das profundezas para em seguida convidá-los para uma partida de xadrez interpretativa/construtiva, mesmo reconhecendo o absurdo do sintoma, o absurdo de suas premissas, e o absurdo de esforçar-se tanto em tentar plantar sementes em solo infértil. O analista acaba sendo, neste jogo de xadrez, encarnado pelos fantasmas que evoca, mimetizando o complexo, reproduzindo formas obsessivas de pensar e escrever.

O *público*. O leitor sente-se ignorante, perturbado, analisado em seus rituais obsessivos. O leitor sente medo e cansaço, e reconhece como, nas palavras bem empregadas de Mahony, como o campo transferencial impregna tanto a escrita quanto a leitura. O leitor aproxima-se da trama não tanto pelos diálogos e afirmações, mas por este modo sutil de transmissão da psicanálise.

O *escritor investigador*. Um exercício do olhar desaprendendo a olhar. Movimento de recuos e avanços, de contornos e tropeços, de saltos e espantos, de silêncio e verborragia, de reflexão e de deixar-se levar. Com este movimento, as obras de Foucault como estopim e as de Freud como dinamite. Foucault foi um guia, Freud este país estrangeiro. Graças a sugestões valiosas, pude muitas vezes deixar de lado este guia volante e caminhar a esmo, sem mapas pré-traçados, por este território desconhecido, Itália ansiada e evitada, desejada e temida.

Quanto àqueles para quem esforçar-se, começar e recomeçar, experimentar, enganar-se, retomar tudo de cima a baixo e ainda encontrar meios de hesitar a cada passo, àqueles para quem, em suma, trabalhar mantendo-se em reserva e inquietação equivale a demissão, pois bem, é evidente que não somos do mesmo planeta. (FOUCAULT, 1984/1988, p. 12)

Ao mesmo tempo, um trabalho de maturação e entrecruzamento dos objetos, de apropriação dos saberes, de, como o guia mestre bem disse, “desconhecer-se a si mesmo” – trabalho de cura gradual e sempre inacabada de minha própria neurose obsessiva, que quis, de início, apenas fazer um mestrado sem esperar, contudo, deixar-se abalar por aquilo que estudava. Que não queria se frustrar com os limites, que precisou muitas vezes se deparar com a banalidade e o lugar comum das grandes “epifanias” que tinha. Repito aqui o que disse há pouco: se cada obra responde as perguntas que nós mesmos formulamos para

elas, é também certo que estas perguntas, não sabemos se somos nós que formulamos, ou se é outra coisa que em nós, convidada pela obra, decide formulá-las.

A partir da leitura e da retrospectiva de minha própria obra, novas questões puderam ser formuladas. Questões que ficam, no espaço deste trabalho, em aberto. Questões que ficam no espaço deste trabalho em aberto, circunscritas em três conjuntos.

Muito tardiamente, dei-me conta de que ao abordar o texto freudiano, utilizava quase que indiscriminadamente dois termos distintos. Embora se refiram à mesma coisa, conferem a ela estatutos diversos. De certa forma, assemelha-se à dualidade que apresentam os “dois” títulos do caso clínico exposto.

Refiro-me ao *discurso* e à *narrativa*. O primeiro se refere aos valores transmitidos pelo hábito da conjunção interdiscursiva – a princípio impessoal – que disseminada com facilidade, compõe padrões de respostas e perguntas, de visões de mundo culturalmente arraigados. Membros de uma família podem ter formas de presença no mundo semelhantes, em relação, por exemplo, ao comer. A narrativa, por sua vez, é a astúcia da enunciação. O estilo, pessoal e intransferível como a grafia (de onde a expressão deriva) determina o modo como estes valores serão transmitidos. A narrativa é o enfoque sobre a figurabilidade. O discurso, sobre o tema. Se o discurso não poderia estar mais vivo nos dias de hoje, a narrativa é tida em extinção. Valoriza-se aquilo que informa, e desconsidera-se a forma destes informes. Assim, a palavra, na tentativa de decantar dela sua dimensão particular e estética, perde o gosto.

Nada mais enganoso do que pretender separar forma e conteúdo. Todo conteúdo é formal, e toda forma possui, na sua invariância heterogênea, virtualidade informativa. Pretender destacar a ética da estética e os valores do modo, faz parte da ilusão de uma objetividade que acredita dizer apagando os traços daquele que disse. Limpar os dados de sua sujeira estilística é processo recente, e não mais que uma astúcia da enunciação, efeito de sentido de objetividade, tão presente nos artigos científicos financiados por indústrias farmacêuticas, por catálogos psicotécnicos e editoriais de jornal. Há, em contrapartida a isso, e segundo Foucault, a constatação de que não há discriminação precisa entre modos de objetivação e modos de subjetivação. A massa sovada pelas mãos do homem delinea o molde e o bojo desse mesmo homem.

Não poderemos encerrar este trabalho sem retomarmos uma *segunda* questão: a psicanálise pode, a partir de sua especificidade, ser traduzida enquanto técnica meramente confessanda? A resposta que elaboramos é negativa. Freud, se força a confissão, é retirando-lhe o estatuto de confissão. A culpa, como já foi dito, não é o motor da fala, mas a sua barreira. Freud, ainda, não impele o paciente a falar de sua história. Por outro lado, identifica a homologia ou embreagem simbólica entre história, desejo e constituição subjetiva. Freud reconheceu o desejo onde só se enxergava um organismo cheio de sintomas. Se Freud força a confissão, como um torturador, é a confissão da descoberta gradual da inoperância do saber médico acerca das doenças da alma. É a confissão de que o analista tem muito a aprender com seu paciente. A psicanálise faz o sujeito defrontar-se com a prática de si e compreender a moral que norteia seus atos.

Qual é, então, esta luminosidade da psicanálise? Seria a mesma, ponto por ponto, da luminosidade engendrada pelo regime disciplinar? A psicanálise amplia a visibilidade dos seus membros, classifica indivíduos pelos mínimos gestos, transforma o indivíduo num todo completamente visível, num objeto a ser documentado, num “caso” (descrito, mensurado, comparado a outros por meio de sua própria individualidade)? Como o panóptico, a psicanálise também pode ser considerada um pequeno laboratório de comportamentos, uma dissociação do par ver/ser visto?

Como negá-lo? E ao mesmo tempo, como negar também que se trata de uma versão às avessas deste regime? Afinal, no enquadre clínico, o sujeito termina por defrontar-se com o mito que ele mesmo encena, sem que soubesse que o fazia. Quem se apodera da visibilidade do paciente é o próprio paciente. Como não seria às avessas, se há declarado um objetivo de reassumir o poder sobre si por meio de uma hermenêutica de si, integrando elementos da história do sujeito e de sua família?

É fundamental, como fruto da pesquisa, deixar explícito e em aberto este conjunto de questões, que se deu no encontro da análise do discurso freudiano com as críticas foucaultianas.

Há ainda uma *terceira* possibilidade de questionamento que não poderia deixar de ser explicitada. Ao propor a análise do caso clínico freudiano, o objetivo era encontrar ali, no momento de fundação de um modo de presença, de uma teoria, de uma técnica, de um gênero literário chamado psicanalítico, as bases de determinadas condutas, modos de pensar e práticas que seriam questionáveis não por transgredir a teoria, mas por estarem nela atrelados. Um

exemplo: como a resistência pode engendrar uma conduta autoritária. Como a crítica da curiosidade comezinha pode ser precursora da prescrição da abstinência.

Pois bem. Acreditava encontrar no texto as raízes de uma pretensa despolitização ou apolitização. Acreditava encontrar ali a vizinhança com o inefável – estranho e absurdo – letra escarlate e marca da psicanálise na contemporaneidade. Psicanálise sendo o questionamento daquilo que não se encontra na cidade, não é propriamente religião, não é propriamente ciência.

Na graduação, fui encaminhado pela clínica-escola de uma faculdade de inquestionável renome para uma psicóloga psicanalista, cujo consultório ficava no coração da metrópole – o prédio acima do Conjunto Nacional, na avenida Paulista. Carregava as expectativas e anseios de alguém que revelaria a intimidade a um desconhecido. A profissional, uma moça relativamente jovem, aparentemente segura de si, quis abraçar-me no primeiro contato. Em sua sala de atendimento, duas poltronas frente a frente eram ladeadas por uma espécie de maca encostada à parede. Meio sem saída, fiei, desconfiado, os motivos de minha procura. Falei durante vinte minutos e fui interrompido pela sua fala. As frases estapafúrdias que ela então dissera ficaram marcadas, apesar de sua distância no tempo.

- Você não vive. Você vegeta!

- Olhe para esta janela: voe, Tiago! Voe!

- Você quer que eu faça uma massagem, para que se sinta mais à vontade?

A certa altura, tomado de indignação e embaraço, questiono uma afirmação que fizera de que eu era muito inteligente e que faria grandes coisas. Perguntei a ela como dizia tais coisas, se nem sabia quem eu era. Então, tocando o indicador com o centro de sua testa, rebateu:

- Vejo por aqui. Por meu terceiro olho.

Desnecessário dizer que não retornei para a reprise daquele espetáculo circense.

Ora, independentemente das apropriações singulares que foram sendo feitas desde o início do século XX, a religião, a superstição, a morte sempre foram balizas da psicanálise. Se em nosso exemplo a psicanálise se entrega e se deixa levar por elas, no Homem dos ratos há um embate feroz, uma negação que é ao mesmo tempo realização da afirmação, assim como um mandamento contém em si a própria realização que proíbe. Se o sonho se assenta em seu umbigo, se a manifestação clínica da compulsão desembocou na formulação da pulsão de morte, se o analista almeja recuperar o poder encantador das palavras, é fazendo uso do desconhecido para melhor conhecê-lo. É reconhecendo as incertezas e não fingindo habitá-las a partir de uma fala mística, que este se instaura.

Acerca da cidade, é preciso reconhecer uma diferença cabal. Freud não deixou de falar do que era necessário, em nome da abstinência necessária à transferência. O que vemos é uma presença singular, um narrador que não deixa de dialogar, e que aponta as sanções ultrapassadas, o mau uso das leis, a guerra silenciosa, a violência pedagogizante das torturas imaginadas. Critica a cidade, sua curiosidade, seu ocupar-se do trivial, a coexistência dos ratos enrugados dentro dos ternos bem passados e das notas lisas de dinheiro. Lá está ele,

megalomaniaco judeu, Davi/Moisés querendo mover o Aqueronte, querendo escavar a Pompéia sobreposta/soterrada em Viena.

Seria preciso se debruçar na tarefa de decifrar como é que se formou um imaginário da prática psicanalítica que se revestiu de “não me toques”, de uma reserva impessoal, e converteu sua presença em uma quase ausência, mesmo sabendo que a transferência se instalava quando o paciente conhecia a filha do analista, lia ou folheava seus livros, freqüentava sua casa e comia em sua mesa. Seria preciso estudar a história desta transformação, de um analista falante em um analista silencioso; de um analista que, como o diálogo platônico, discute literatura e política em um caso clínico e de outro que se disfarça de analista, como figura apagada, cinzenta em seu dialeto de especialista.

Sem dúvida, ao pretender retrair as origens deste imaginário – ou os princípios éticos que norteiam uma práxis por meio da transmissão – terminei por contrapor-lhe a uma origem a ela estranha e disruptiva. Por meio desta cenografia: deste palco-Viena, desta relação absurda entre os atores analista e paciente, desta luminosidade do mais além, procuramos o fundador da psicanálise, nesta nossa cisão, que separa o homem do analista. O fundador não está nesta separação. Não a veicula, não a defende. Pelo contrário.

Está, a voz fundadora, naquele que se propõe a desaprender a ler Freud, que deixa de lado as mediações atenuantes, que desiste de perdoar Freud pelo “contexto” em que vive, e não quer anular uma frase dita por ele por meio de outra que disse em outro lugar. Freud carregava o autoritarismo no conceito de resistência, ou quando pretendia “resgatar” ao mundo o paciente dele apartado? Seguiu o princípio “Cara eu ganho, coroa você perde.”? Freud representava o

homem absurdo, o herói sem testemunhas? Reduzia o intraduzível em traduzido? Sim. E não. Traduz o absurdo e converte todo acaso determinado em absurdo. Traduz o inefável e afirma a impermeabilidade dele. Critica a curiosidade dos vizinhos, e insiste que o paciente traga de volta sua Gisela Fluss. E é nesse jogo de tensões do analista fundador mundanizado, e não como totem a ser adorado ou deposto, que podemos nos situar. Equilibremos todos os pratos. Tomando-o irmão, quem sabe possamos brincar com a ficcionalidade de suas descobertas, sem desmembrar a coxa do peito, sem que se finja não ver suas grandes pretensões, sua luta relutante, sua suada face na narrativa, no discurso, em nome dos valores e do seu modo único de dizê-los. Quem sabe assim recriemos, a partir daí, e com mais liberdade, novas formas de lutar, de pensar, de analisar, de ser sujeito analista?

VI

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMMER, Max. **Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. 256 p.

AMARAL, Mônica do. Da arte do bem narrar à narratividade da análise: uma tarefa possível no mundo em que vivemos? IN **Percurso**, no. 28 – 1, 2001.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. Teoria da narrativa: posições do narrador in: **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, 31(57): 9-43, set. 1998.

ASSIS, Machado de. O espelho IN **Contos**. Porto Alegre: L&PM, 2001. 120 p.

ASSOUN, P. L. **Psychanalyse**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). IN **Cadernos lingüísticos**. Campinas: Unicamp, 19: 25-42, 1990.

AZAMBUJA, Sonia Curvo de Construções sobre os sonhos. IN **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, 35 (64/65): 225-236, 2002.

AZEVEDO, M. A. A Pedagogia Despótica e a Violência Doméstica contra crianças e adolescentes: onde psicologia e política se encontram. in: **Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades desse encontro**. São Paulo: Cortez; FAPESP, 1995.

BARONE, O. (org.) **Borges Sábató – Diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.

BENJAMIN, W. O Narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow. IN **Textos Escolhidos/ Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jurgen Habermas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Narrativa e Cura. IN **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, 35 (64/65): 115-116, 2002.

BENVENISTE, E., **Problemas de lingüística Geral I**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BIRMAN, Joel. A escritura nos destinos da psicanálise. IN **Boletim de Novidades –Pulsional**, 76: 13-14, 1995.

_____. Os jogos de verdade da Psicanálise IN: **Percorso**. São Paulo, no. 29, 2/2002.

_____. Do saber ao cuidado de si. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000

CAFFÉ, Mara. Memória: a construção de uma narrativa. IN: **Percorso**. São Paulo, no. 13 – 2, 1994.

CALVINO, Italo. (1972) **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 152 p.

CAMUS, Albert. (1942) **O mito de Sísifo** Rio de Janeiro: Record, 2004.

CORTÁZAR, J. **As armas secretas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

CROCHIK, J. L. A (Im)possibilidade da Psicologia Política, in: **Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades desse encontro**. São Paulo: Cortez; FAPESP, 1995.

ETCHEVERRY, José Luiz. Sobre la version castellana. IN **Obras Completas Sigmund Freud**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

FÉDIDA, P. A Angústia na Contratransferência ou o Sinistro (Inquietante Estranheza) da Transferência, IN: **A clínica psicanalítica: estudos**. São Paulo: Editora Escuta, 1988.

_____. Morfologia do Caso em Psicanálise: questões abertas IN **Jornal de Psicanálise**. vol 35, no. 64/65, p. 49-56, 2002.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio **Revisitando as psicologias**: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. São Paulo: Educ; Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Palavras Cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

FOULCAULT, Michel (1966a) **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugal Editora, 1966.

_____. (1969a) **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. (1975a) **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002. 480 p.

_____. (1975b) **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

_____. (1969b) O que é um autor?, in: Manoel de Barros da Motta(org.), ***Coleção Ditos e Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema.*** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. (1971) ***A Ordem do Discurso.*** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. (1976) ***História da Sexualidade I: a vontade de saber.*** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. (1984) ***História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres.*** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. (1966b) A palavra nua de Foucault. ***Folha de São Paulo***, São Paulo, 21 nov. 2004. Caderno Mais!, p. 10

FLAUBERT, Gustave ***Madame Bovary*** Porto Alegre: L&PM, 2003.

FREUD, Sigmund. ***A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl G. Jung.*** Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____. (1890) Tratamiento psíquico (tratamiento del alma) IN ***Obras Completas Sigmund Freud*** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 111-132 p.

_____. (1895) Estudios sobre la histeria IN ***Obras Completas Sigmund Freud*** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

_____. (1900) La interpretación de los sueños IN ***Obras Completas Sigmund Freud*** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 1-611 p.

_____. (1901) Psicopatología de la vida cotidiana IN ***Obras Completas Sigmund Freud*** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 1-306 p.

_____. (1905 [1901]) Fragmento de análisis de um caso de histeria, IN ***Obras Completas Sigmund Freud*** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 1-306 p.

_____. (1909) A proposito de un caso de neurosis obsesiva (el hombre de las ratas) IN ***Obras Completas Sigmund Freud*** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 119-249 p.

_____. (1910) Sobre un tipo particular de elección de objeto en el hombre (Contribuciones a la psicología del amor, I) IN ***Obras Completas Sigmund Freud*** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 155-168 p.

_____. (1912) Sobre la dinámica de la transferencia. IN ***Obras Completas Sigmund Freud*** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 93-105 p.

_____. (1913) Sobre la iniciación del tratamiento. IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 121- 144 p.

_____. (1915) Puntualizaciones sobre el amor de transferencia (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, III) IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 159-174 p.

_____. (1916 [1915]) La transitoriedad. IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 305-312 p.

_____. (1919) Lo ominoso. IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 215-252 p.

_____. (1923) Una neurosis demoníaca en el siglo XVII IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 67-106 p.

_____. (1926a) Inhibición, síntoma y angustia. IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 71-164 p.

_____. (1926b) Pueden los legos ejercer el análisis? IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 165-234 p.

_____. (1930) El malestar de la cultura. IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 57 – 140 p.

_____. (1937a) Análisis terminable e interminable. IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 211 – 254 p.

_____. (1937b) Construcciones en el análisis IN **Obras Completas Sigmund Freud** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. 255-270 p.

GARCIA-ROZA, Luis Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana; v.1** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

GAY, Peter. **Freud: uma vida para nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIRADO, Marlene. As regras do jogo psicanalítico – Da ética e da política na Psicanálise IN **Psicologia, Ciência e Profissão**. Vol. 11 (1-3), p. 21, 1991.

_____. **Psicanálise e Análise do Discurso**. São Paulo: Summus, 1995.

_____. **A Clínica Psicanalítica na Sombra do Discurso: Diálogos com aulas de Dominique Maingueneau**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KAFKA, F. **O castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KON, Noemi Moritz. **Freud e seu duplo: reflexões sobre psicanálise e arte**. São Paulo: Edusp e Fapesp, 1996.

_____. Literatura Fantástica e Psicanálise. IN **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 35 (64/65): 135-156, 2002.

_____. **A viagem: da literatura à psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 411p.

LACAN, Jacques. **O mito individual do neurótico**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987.

LAPLANCHE, Jean. **Problemáticas I: a angústia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da Psicanálise** São Paulo: Martins Fontes, 1999. 552 p.

LOFFREDO, Ana Maria. Sobre a escrita dos relatos clínicos freudianos. IN **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 35 (64/65): 175-190, 2002.

LOVECRAFT, Howard Philip. **O caso de Charles Dexter Ward**. Porto Alegre: L&PM, 1997. 210 p.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2000. 240 p.

MAHONY, Patrick **Freud e o homem dos ratos**. São Paulo: Escuta, 1991. 238 p.

_____. **Psicanálise e Discurso**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

_____. **Sobre a Definição do Discurso de Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

MANDELBAUM, E.; MINERBO, M. A narrativa da Clínica. IN **Jornal de Psicanálise**. vol 35, no. 64/65, p. 157-174, 2002.

MANONNI, Octave El hombre de las ratas. In: MASOTTA, O.; JINKIS, J. **El Hombre de las Ratas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. Freud: experiência, memória, narrativa. IN **Jornal de Psicanálise**. vol 35, no. 64/65, p. 201-208, 2002.

MAINGUENEAU, D. **O Contexto da Obra Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MENEZES, Luis Carlos. O Homem dos Ratos e a Questão do Pai. IN **Fundamentos de uma Clínica Freudiana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

_____. A tradução de Freud: da atualidade de um debate. IN **Fundamentos de uma Clínica Freudiana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MEZAN, Renato. Uma arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise IN: RIBEIRO, R. J. (org.) **Recordar Foucault: os textos do Colóquio Foucault**. São Paulo: 1985.

_____. **Escrever a Clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PASOLINI, Pier Paolo. Freud conhece as astúcias do grande narrador. IN **Jornal de Psicanálise**. vol 35, no. 64/65, p. XX-XX, 2002.

PATTO, Maria Helena Souza. Prefácio IN **Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades desse encontro**. São Paulo: Cortez; FAPESP, 1995.

PENNA, A. G. **Introdução à Psicologia Política**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

PERESTRELLO, Marialzira. Freud e os escritores de sua época. IN **Revista Brasileira de Psicanálise**, vol. 34 (2): 309-318, 2000.

POE, Edgar Allan. Os assassinios da rua Morgue IN **Os assassinios da rua Morgue e outros contos**. São Paulo: Boa Leitura S. A. Editora, 1960.

PURIFICACIÓN, Barcia Gomes. Como se narra a psicanálise do final do milênio? IN **Percorso**, no. 23 – 2, 1999.

RICCI, Giancarlo. (1995) **As cidades de Freud**: itinerários, emblemas e horizontes de um viajante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 219 p.

RUDELIC-FERNANDEZ, Dana. Linguagem do caso: modelos e modalidades. IN **Jornal de Psicanálise**. vol 35, no. 64/65, p. 49-56, 2002.

SAMPAIO, Camila Pedral “De Contar Estórias e Vislumbrar uma História” IN **Jornal de Psicanálise**. vol 35, no. 64/65, p. 273-301.

SCHORSKE, Carl E.. Política e Parricídio em “A Interpretação dos Sonhos” de Freud. IN **Viena Fin-de-Siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Paulo César. Freud como escritor IN: **Freud, Nietzsche e outros alemães**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

UCHITEL, Myriam. **Além dos limites da interpretação**: indagações sobre a técnica psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997)

VERNANT, J. P.; NAQUET, P. V.- **Mito e tragédia na Grécia antiga**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

ZLOTNIC, Sérgio. Considerações sobre o Homem dos Ratos: qual o lugar da mãe? **Percursos**, São Paulo, no. 20, p. 49-55, 1/1998.